



# PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E A INCLUSÃO SOCIAL



**Bahia**

TERRA DE TODOS NÓS

GOVERNO DO ESTADO



## PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E A INCLUSÃO SOCIAL

Promover o desenvolvimento do Estado com inclusão social é uma das diretrizes do Governo para fazer frente, com programas e ações, ao enorme passivo social encontrado na Bahia, compartilhando frutos de um cenário promissor nas economias brasileira e baiana com segmentos mais fragilizados da sociedade.

Para essa diretriz, o Governo da Bahia prevê retorno social de duas formas: uma mais imediata, de curto prazo, que exige intervenções do Estado para sanar problemas mais urgentes, como a exposição a situações de insegurança alimentar e a ressocialização de crianças e adolescentes em conflito com a lei; e outra que contemple ações mais estruturantes, de longo prazo, como aquelas que visam fortalecer a economia solidária, a qualificação profissional de jovens e adultos e o desenvolvimento de comunidades onde residem povos tradicionais, como os quilombolas e os indígenas.

No âmbito do trabalho, a Bahia segue com a implementação da Agenda Bahia de Trabalho Decente e com ações que visam a inserção do trabalhador no mercado, a exemplo do SineBahia, serviço de intermediação de mão-de-obra que, em 2009, viabilizou a colocação de 58 mil profissionais no mercado de trabalho, através de 118 postos de atendimento espalhados pelo Estado. Mais 4,4 mil profissionais estão sendo qualificados para reinserção através do Qualifica Bahia, programa que prioriza quem possui baixa escolaridade, baixa renda ou sofre de discriminação social, como afrodescendentes, mulheres e trabalhadores com mais de 40 anos. Outros programas de qualificação também estão em curso, assim como a oferta de serviços de emissão de documentos trabalhistas e orientações na área previdenciária.

Um dos focos estruturantes da diretriz é o fortalecimento da Economia Solidária, através de

ações de fomento e dinamização dos micro e pequenos empreendimentos ou da implementação de Centros de Economia Solidária e incubadoras em municípios baianos. Com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – Funcep, já estão em funcionamento três Centros de Economia Solidária em Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, aproximando trabalhadores envolvidos com a atividade. Destaque-se o papel da Desenbahia, que, além da oferta de crédito ao segmento, com o CrediBahia por exemplo, vem implantando agências no interior, facilitando o acesso dos trabalhadores aos empréstimos.

Outro ramo de atividade para o qual o Estado vem concedendo crédito é o artesanato. O Governo da Bahia qualificou, em 2009, cerca de 1,5 mil artesãos, além de realizar ações de preservação da memória, por meio da constituição de acervo, e de fomento, com empréstimo financeiro a profissionais das mais diversas modalidades. Também promoveu eventos focados na divulgação e na comercialização da produção, que vem sendo exercida, principalmente, por micro e pequenos empresários, além de residentes em comunidades tradicionais, como grupos indígenas e quilombolas, que são contemplados com outras ações específicas de valorização do seu artesanato.

Outra preocupação do Estado é com o segmento mais exposto ao desemprego na Bahia, que é o jovem com idade até 24 anos. Foi concebido um conjunto de programas e ações para qualificar aqueles sem experiência profissional, cujo mercado tem dificuldade de absorver, e contemplar os jovens em situação de vulnerabilidade social ou com dificuldade de ressocialização.

Na área da assistência social, em 2009, a Bahia experimentou um significativo avanço em rela-

ção à autonomia dos municípios para a gestão do Sistema Único de Assistência Social – Suas. Dos 417 municípios do Estado, 415 estão habilitados para a gestão do sistema, o que se reflete também na ampliação no número de Centros de Referência de Assistência Social – Cras, que já alcançam 340 municípios. Essas conquistas contam com o suporte do Governo da Bahia, que apóia e promove reuniões e discussões para ampliar a cobertura dessa rede de proteção social. Destaca-se também, como pode ser constatado no decorrer da leitura dessa diretriz, outras iniciativas de política assistencial que promovem a proteção à mulher vítima de violência, aos idosos e portadores de necessidades especiais.

Em relação à segurança alimentar, o Governo da Bahia vem incentivando ações integradas. Beneficiando 6,6 mil famílias de agricultores familiares, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA obtém os alimentos junto a esses produtores para destiná-los a escolas ou à rede de restaurantes populares, cujas refeições são subsidiadas pelo Estado. Outra iniciativa relevante é a distribuição de sopas que beneficia a população mais carente da Bahia. Entre a população beneficiária das ações de segurança alimentar, estão os trabalhadores em acampamentos e pré-assentamentos de cerca de 87 municípios.

O Governo da Bahia tem uma atenção especial às comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, que contam com programas de desenvolvimento específicos que, em alguns casos, encontram-se em estágios mais avançados de implementação. As iniciativas na área contam com o suporte de organismos multilaterais com experiência reconhecida na área.

No âmbito esportivo, a Bahia se insere em definitivo no circuito dos grandes eventos nacionais e internacionais. Em 2009, a capital baiana assegurou a condição de uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014, que vai acontecer no Brasil. O projeto do estádio, que vai substituir a antiga Fonte Nova, está em andamento e as obras começam já em 2010. Outra grande conquista diz respeito ao futebol baiano, com a garantia de realização de jogos da Olimpíada de 2016, que será sediada no Rio de Janeiro, em Salvador.

As ações para promoção do desenvolvimento do Estado com inclusão social, detalhadas a seguir nesta diretriz de Governo, alcançaram resultados consideráveis em 2009 e vêm cumprindo o propósito de atender segmentos mais fragilizados da sociedade baiana.



## AGENDA BAHIA DO TRABALHO DECENTE

A Agenda Bahia do Trabalho Decente, lançada em dezembro de 2007, busca promover o Trabalho Decente na Bahia através de parcerias com órgãos públicos, instituições privadas e representações dos trabalhadores e empregadores, visando contribuir para sua incorporação nas políticas públicas do trabalho, nas práticas de gestão públicas e privadas e na sociedade de forma geral. A Agenda surge de uma proposta ampla do Governo da Bahia: colocar o trabalho decente como eixo central das estratégias de desenvolvimento, com inclusão e justiça social.

### Programa Bahia do Trabalho Decente

O Comitê Gestor do Programa Bahia do Trabalho Decente, instalado pelo Governo do Estado em 2009, desenvolveu suas atividades no intuito de cumprir a proposta da Agenda e suas linhas de ação para alcançar os resultados previstos. Em cada um dos eixos temáticos, legitimados por um amplo diálogo social, as ações envolveram diversos órgãos do Estado e entidades da sociedade civil organizada na melhoria das condições e na busca da dignidade dos trabalhadores.

Cada eixo seguiu seu desenvolvimento em ritmo próprio, de acordo com o contexto social respectivo, sendo que os seguintes eixos tiveram seus Planos elaborados: Erradicação do Trabalho Escravo, Erradicação do Trabalho Infantil, Segurança e Saúde do Trabalhador, Juventude, Trabalho Doméstico e Promoção da Igualdade (Gênero e Raça e Pessoas com Deficiência). O Programa Bahia do Trabalho Decente é formado pelo conjunto dos Planos de Ação e será lançado no início de 2010.

O eixo Serviço Público foi encaminhado no sentido de integrar à agenda o programa Você Servidor e o eixo Biocombustíveis mudou para Empregos Verdes, voltados para compatibilizar trabalho decente e desenvolvimento econômico com a estabilização do clima e um padrão ambiental sustentável.

No eixo Erradicação do Trabalho Infantil, já está em implantação o Projeto Bahia Livre do Trabalho Infantil, desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, através do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – Ipec, tendo como alvo resgatar e prevenir um total de 14 mil meninas e meninos.

No mês de outubro de 2009, foi realizada a Caravana de Erradicação do Trabalho Infantil no Território Semi-árido Nordeste II, envolvendo 18 municípios, quando foi fomentada a discussão sobre o tema, envolvendo, inclusive, os gestores municipais, além de professores, estudantes e organizações da sociedade civil, mobilizando cerca de 6 mil pessoas.

No eixo Trabalho Doméstico, foram lançados a Cartilha do Trabalho Doméstico, de distribuição gratuita para um público inicial de 10 mil trabalhadores, e o *site* [www.trabalhodomestico.ba.gov.br](http://www.trabalhodomestico.ba.gov.br), sendo que a publicação e o *site* contêm informações necessárias para que os trabalhadores e empregados desenvolvessem relações de trabalho decentes.

Um grande evento em comemoração ao Dia do Trabalho Doméstico também foi promovido, reunindo, no Parque Costa Azul, em Salvador, mais de 2 mil trabalhadoras e trabalhadores e seus familiares no dia 26 de abril, quando tiveram a oportunidade de fazer, gratuitamente, exames de mamografia, carteira profissional e de identidade, além de participar de atividades culturais e serviços de massagem corporal e capilar, penteados, tratamento de pele e outras ações de valorização e elevação da auto-estima.

Para o eixo Promoção da Igualdade, foi implantado o “Projeto Integrado de Ação Afirmativa: Formação para Concurso Público e Qualificação Sócio-profissional”, com objetivo de capacitar as populações jovem, negra e de baixo poder econômico para a inserção no mercado de trabalho; e desenvolvido o “Projeto de Formação de Formadores do Programa de Fortalecimento Institucional para Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego – GRPE”, uma parceria entre as secretarias estaduais do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, de Promoção da Igualdade – SEPROMI e da Administração – SAEB, numa ação pioneira em que instrutores formados já iniciaram a capacitação de outros servidores públicos do Estado da Bahia.

Ainda no âmbito da Agenda Bahia do Trabalho Decente, foi lançado o programa “Trabalho Decente, Trabalhador Protegido” em parceria com o Ministério da Previdência Social, com o desenvolvimento conjunto de eventos, cursos e publicações para informação e conscientização dos direitos e deveres dos trabalhadores em relação à Previdência Social.

Cabe destacar também que - além da publicação do Decreto Estadual nº 11.723/2009, criando a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – Coetrae/BA com a finalidade de propor mecanismos, em articulação com o Programa Bahia do Trabalho Decente, para a prevenção e o enfrentamento do trabalho escravo no Estado da Bahia entrou em vigor a Lei nº 11.479/2009, que institui restrições à concessão e à manutenção de financiamentos e incentivos fiscais estaduais a empregadores que não adotem práticas de trabalho decente e não atendam à legislação que trata de cotas para pessoas portadoras de deficiência e jovens aprendizes.

### Relações Internacionais

O ministro do Trabalho da República Dominicana e o vice-ministro do Trabalho e Previdência Social de El Salvador visitaram a capital baiana, a convite da Organização Internacional do Trabalho – OIT, para conhecer a Agenda Bahia do Trabalho Decente e, a partir da troca de experiências, coletar subsídios para a construção de agendas em seus respectivos países. Em consequência dessa iniciativa, o Gover-

nador do Estado esteve nos dois países, onde assinou Cartas de Intenção para Cooperação Técnica acordando a transferência da experiência do Estado da Bahia com o trabalho decente.

### Rede de Atendimento ao Trabalhador – SineBahia

A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE desenvolve relevante serviço de atendimento ao trabalhador baiano através das 118 unidades Unidades de Atendimento ao Trabalhador da Rede SineBahia – Serviço de Intermediação para o Trabalho, distribuídas em 105 municípios e presente nos 26 territórios de identidade do Estado, conforme a Tabela 1.

Nessas unidades de atendimento, prestam-se serviços integrados de intermediação para o trabalho, habilitação ao seguro-desemprego, orientação para o trabalho e qualificação social e profissional. Algumas unidades, inclusive, prestam outros serviços, como orientação trabalhista e previdenciária, emissão de documentação civil e trabalhista, microcrédito e finanças solidárias.

**TABELA 1**

**UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE  
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	NÚMERO DE POSTOS
Extremo Sul	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Itamaraju, Itapebi, Mucuri, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas	11
Itapetinga	Itambé, Itapetinga, Itororó, Macarani	4
Vitória da Conquista	Barra do Choça, Poções, Vitória da Conquista	3
Bacia do Paramirim	Macaúbas	1
Sertão Produtivo	Caetité, Guanambi, Livramento de Nossa Senhora	3
Litoral Sul	Camacan, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Una	6
Médio Rio de Contas	Barra do Rocha, Ipiaú, Jequié	3
Baixo Sul	Cairu, Ituberá, Valença	3
Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Elísio Medrado, Itiruçu, Laje, Jaguaquara	5
Recôncavo	Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara	9
Metropolitano de Salvador	Camaçari (duas unidades), Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador (13 unidades), Simões Filho, Vera Cruz	22
Semiárido Nordeste II	Cipó, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Santa Brígida, Sítio do Quinto	6
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	Alagoinhas, Catu, Entre Rios, Mata de São João, Pojuca	5
Irecê	Ibititá, Irecê, Xique-Xique	3

Continua

Conclusão da Tabela 1

Chapada Diamantina	Morro do Chapéu	1
Piemonte do Paraguaçu	Iaçu, Miguel Calmon, Piritiba, Ruy Barbosa	4
Bacia do Jacuípe	Gavião, Ipirá, Riachão do Jacuípe	3
Piemonte da Diamantina	Jacobina, Saúde	2
Sisal	Araci, São Domingos, Serrinha, Tucano e Conceição do Coité	5
Portal do Sertão	Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Igará, São Gonçalo dos Campos, Santo Estêvão, Terra Nova	7
Sertão do São Francisco	Juazeiro, Sobradinho	2
Itaparica (BA/PE)	Paulo Afonso	1
Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso, Senhor do Bonfim	2
Velho Chico	Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Muquém do São Francisco	3
Bacia do Rio Corrente	Correntina, Santa Maria da Vitória	2
Oeste Baiano	Barreiras, Luís Eduardo Magalhães	2
<b>TOTAL</b>		<b>118</b>

Fonte: SETRE/Sudet

**Modernização da Rede de Atendimento** - Buscando garantir a qualidade dos serviços prestados aos trabalhadores baianos, vêm sendo implementadas ações de adequação/readequação de estruturas físicas, conforme Quadro 1 a seguir.

**QUADRO 1**

**INTERVENÇÕES NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR BAHIA, 2009**

UNIDADE	INTERVENÇÃO
Salvador - Unidade Central	Melhoria da climatização nas áreas de espera e atendimento ao trabalhador, com a instalação/substituição de sete novos aparelhos de ar condicionado
Santo Amaro	Reforma da antiga sede, para devolução
Santa Maria da Vitória	Recuperação da estrutura física do imóvel
Mata de São João	Reforma da antiga sede, para devolução
<b>UNIDADES COM MUDANÇA PARA NOVA SEDE</b>	
Santo Amaro, Mata de São João, Caetitê e Xique-Xique	
<b>UNIDADES RECUPERADAS SEM ONUS PARA SETRE</b>	
Livramento de Nossa Senhora, Poções, Santo Estêvão e Campo Formoso	

Fonte: SETRE/Sudet

As unidades de Caetitê e Conceição do Coité foram informatizadas em 2009, somando 65 unidades que terão acesso ao Sistema de Gestão de Ações de Emprego – Sigae em sua nova plataforma web. A Bahia foi escolhida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE como Estado piloto para implantação dessa solução, que trará uma série de vantagens ao cidadão, como efetuar seu cadastramento ou atualização de dados no sistema com comodidade e economicidade, sem precisar deslocar-se a uma unidade de atendimento ao trabalhador, além de visualizar e candidatar-se a vagas disponibilizadas em todo o território nacional, candidatar-se a cursos de qualificação social e profissional e acompanhar o andamento do pagamento do benefício do seguro desemprego.

**Intermediação para o Trabalho** - A intermediação para o trabalho tem como objetivo principal a inserção/reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, no sentido de buscar assegurar ao cidadão condições de emprego e renda. Para tanto, o Governo da Bahia vem atuando, através das Unidades de Atendimento ao Trabalhador localizadas na capital e no interior, nos cadastros de trabalhadores com perfil pessoal e profissional e de empresas que informam os requisitos das vagas a serem ofertadas.

O SineBahia comemora, em 2009, a colocação de 58 mil pessoas no mercado de trabalho em todo o Estado, o que representa resultados significativos, considerando que este foi um ano de crise econômica mundial, com reflexos diretos na produção industrial baiana. Este indicador revela o cumprimento de 96% da meta estabelecida no Plano Plurianual 2008-2011,

que é de 60,5 mil trabalhadores colocados em 2009. O desempenho demonstra, também, crescimento de 18,8% em relação a igual período de 2008, quando 48,8 mil trabalhadores foram intermediados através das Unidades de Atendimento da rede SineBahia, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Comparando-se o período de janeiro a novembro dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, percebe-se um aumento crescente no número de vagas captadas pelo Sistema Público de Emprego e

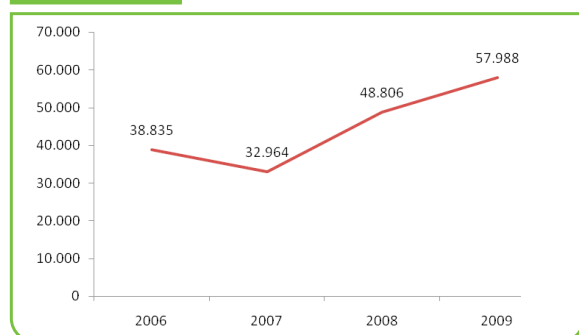
Renda do Estado, respectivamente: 50,6 mil vagas, 61,3 mil vagas, 97,3 mil vagas e 115,9 mil vagas. Em 2009, houve, portanto, um crescimento de 19% em relação ao ano anterior, demonstrando que o Governo do Estado, através da SETRE, está trazendo melhores resultados para trabalhadores e empregadores.

Para os resultados do SineBahia, colaboraram a atuação constante da equipe de captação na busca de novos parceiros/empresas, por meio dos consultores externos e da equipe interna de captadores, bem como as ações de acompanhamento do Serviço de Psicologia em grandes processos de pré-seleção no interior do Estado, o que garante maior compatibilidade entre os perfis dos candidatos encaminhados e das vagas ofertadas, gerando maior credibilidade quanto ao serviço.

O principal indicador da intermediação para o trabalho é o número de trabalhadores colocados. Nota-se, na Tabela 2, a participação destacada dos seguintes territórios: Metropolitano de Salvador (38,7%), Sertão do São Francisco (11,5%), Extremo Sul (8,6%), Agreste de Alagoinhas (6,8%) e Itapetinga (6,7%).

**GRÁFICO 1**

**TRABALHADORES COLOCADOS  
ATRAVÉS DAS UNIDADES DO SINEBAHIA  
BAHIA, 2006- 2009**



Fonte: Relsine/Sigae

OBS: Dados de janeiro a novembro

**TABELA 2**

**INTERMEDIACÃO FORMAL POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE  
BAHIA, 2009\***

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TRABALHADORES INSCRITOS	VAGAS CAPTADAS	TRABALHADORES ENCAMINHADOS	TRABALHADORES COLOCADOS	%1
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	13.880	6.304	6.304	4.059	6,8
Bacia do Jacuípe	1672	691	691	389	0,7
Bacia do Paramirim	160	88	88	78	0,1
Bacia do Rio Corrente	457	248	248	223	0,4
Baixo Sul	995	633	633	631	1,1
Chapada Diamantina	997	692	692	840	1,4
Extremo Sul	21.976	8.532	8.532	5.142	8,6
Irecê	1.436	395	395	281	0,5
Itaparica (BA/PE)	4.187	609	609	364	0,6
Itapetinga	7.311	7.744	7.744	3.996	6,7
Litoral Sul	13.987	2.027	2.027	1.278	2,1
Médio Rio de Contas	10.286	1.484	1.484	1.288	2,2
Metropolitana de Salvador	120.269	56.718	56.718	23.129	38,7
Oeste Baiano	8.956	4.150	4.150	1.764	2,9
Piemonte da Diamantina	3.795	947	947	476	0,8
Piemonte do Paraguaçu	1506	1.282	1.282	772	1,3
Piemonte Norte do Itapicuru	2.535	239	239	233	0,4
Portal do Sertão	17.412	4.003	4.003	1.662	2,8
Recôncavo	11.391	3.252	3.252	2.275	3,8

Continua



Conclusão da Tabela 2

Semiárido Nordeste II	681	171	171	142	0,2
Sertão do São Francisco	9.701	9.567	9.567	6.886	11,5
Sertão Produtivo	10132	2.225	2.225	1.944	3,3
Sisal	203	36	36	20	0,0
Vale do Jequiriçá	1.474	311	311	406	0,7
Velho Chico	1.032	365	365	279	0,5
Vitória da Conquista	11288	3.095	3.095	1.250	2,1
<b>TOTAL</b>	<b>277.719</b>	<b>115.918</b>	<b>260.136</b>	<b>59.807</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SETRE/Sudet

<sup>1</sup> Percentual de participação no número de colocados

\* Dados até novembro

Nos últimos três anos, a Região Metropolitana de Salvador – RMS vem apresentando a maior participação nas colocações, registrando um crescimento, em 2009, de 140% se comparado a 2007. Tal fato deve-se, principalmente, à ampliação da participação do serviço de Psicologia nos processos pré-seletivos realizados na RMS e atuação da equipe de Consultoria na prospecção de novos parceiros.

A atuação do município de Salvador é de grande relevância nos resultados da intermediação. O crescimento do número de colocados em Salvador, de janeiro a dezembro de 2009, foi de 24% em relação a igual período do ano passado – exatamente 16,4 mil pessoas empregadas contra 13,2 mil em 2008, com uma média mensal atual de 1,3 mil trabalhadores colocados na capital.

A Unidade Central inaugurou no SineBahia uma nova metodologia de trabalho, ao integrar as atividades da

intermediação com a qualificação social e profissional. A unidade conta com equipe especializada de profissionais de Psicologia e estagiários que realizam a pré-seleção dos candidatos às vagas disponíveis no sistema e, em 2009, atendeu cerca 36 mil pessoas.

O Serviço de Psicologia utiliza técnicas e instrumentos específicos, como entrevistas seletivas, dinâmicas de grupo, psicotestes, testes teóricos, técnicos e práticos, para avaliar os candidatos a cada vaga.

Outra inovação da Unidade Central foi a realização rotineira de ações de qualificação social e profissional, envolvendo diversas atividades (Tabela 3), que beneficiaram mais de 6,3 mil pessoas. Destaca-se a oficina de orientação para o trabalho, atividade com o maior número de participantes, em que são apresentadas informações sobre o mercado de trabalho, conceitos sobre processo seletivo e os comportamentos adequados no mesmo, além de orientação sobre a elaboração de currículos.

**TABELA 3**

**PESSOAS QUALIFICADAS NA UNIDADE CENTRAL DO SINEBAHIA BAHIA, 2009\***

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	QUALIFICADOS	% TRABALHADORES COLOCADOS
<b>Cursos</b>	-	<b>2.400</b>	-
Telemarketing	12h	634	10,0
Informática	20h	507	8,0
Informática - PcD	20h	26	0,4
Técnica de Vendas	12h	383	6,0
Qualidade no Atendimento	12h	809	12,7
Libras para Empresas	30h	19	0,3
Libras para Servidores	80h	22	0,3
<b>Oficinas</b>	-	<b>3.950</b>	-
Matemática	10h	543	8,6
Técnicas de Redação	10h	826	13,0
Orientação para o Trabalho	2h	2.581	40,6
<b>TOTAL</b>		<b>6.350</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SETRE/Sudet

\*Dados até novembro

### Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo –

**Patra** - Tendo como filosofia oportunizar a formação de uma carteira de clientes, o Patra faz intermediação para trabalhadores autônomos, captação das demandas da clientela e da elaboração do cadastro, além de realizar ações que melhoram o aspecto estritamente técnico e o aspecto comportamental, dando-lhes informações sobre saúde e segurança no trabalho, questões previdenciárias, postura profissional, uso de equipamentos e produtos na realização de suas tarefas.

O Programa, que completou 28 anos de existência em setembro de 2009, encontra-se em execução em seis territórios de identidade. Dadas as características do serviço, de caráter temporário e realizado por profissionais diaristas, os municípios que mais demandaram os serviços em 2009 foram: Salvador (86,7 mil), Vitória da Conquista (9 mil) e Lauro de Freitas (7,9 mil), conforme demonstrado na Tabela 4. Tal fato deve-se ao desenvolvimento econômico dos referidos municípios e à sua movimentação de mercado.

**TABELA 4**

**INTERMEDIÇÃO INFORMAL POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE  
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	UNIDADE	NÚMERO DE ATIVIDADES	
		SOLICITAÇÕES	SERVIÇO REALIZADO
Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte	Alagoinhas	38	34
Portal do sertão Médio Rio de Contas Sertão do São Francisco	Feira de Santana	1.803	1.790
	Jequié	413	405
	Juazeiro	2.753	2.619
Metropolitano de Salvador	Camaçari	70	70
	Lauro de Freitas	7.874	7.743
	Salvador	86.684	75.328
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	9.023	8.716
<b>TOTAL</b>		<b>108.668</b>	<b>96.705</b>

Fonte: SETRE/Sudet

**Seguro Desemprego** - No processo de atendimento ao Seguro Desemprego, o Governo do Estado, através da SETRE, realiza ações que objetivam orientar e habilitar o trabalhador que, sendo demitido sem justa causa e preenchendo os pré-requisitos, tenha direito ao auxílio financeiro.

Através das ações integradas desenvolvidas nas Unidades de Atendimento do SineBahia, os trabalhadores que solicitam o benefício do Seguro Desemprego nas modalidades formal e empregado doméstico são orientados a participar dos programas de qualificação e cadastro junto à in-

termediação de mão-de-obra, com vistas à sua recolocação no mercado de trabalho.

O benefício também é concedido como assistência financeira a pescadores artesanais que se encontram impedidos de trabalhar nos municípios onde, por decreto, acontece o “defeso”, período em que a pesca é proibida como medida de preservação da espécie.

O Quadro 2 informa o número de requerentes de atendimento pelo SineBahia e os habilitados por modalidade no exercício de 2009.

**QUADRO 2**

**ATENDIMENTO DO SEGURO DESEMPREGO  
SINEBAHIA  
BAHIA, 2009**

MODALIDADE	REQUE- RENTES	HABILI- TADOS
Seguro Desemprego formal (*)	224.101	220.416
Seguro Desemprego pescador artesanal (**)	32.857	31.932
Seguro Desemprego pescador empregado doméstico (***)	106	105

Fonte: SAEG net / M T E

(\*) dado atualizado até o Lote 1099 de 26/09/2009

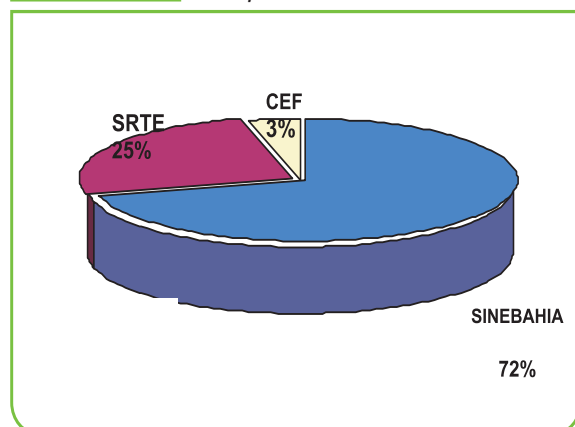
(\*\*) dado atualizado até o Lote 673 de 26/09/2009

(\*\*\*) dado atualizado até o Lote 430 de 26/09/2009

A SETRE, através do SineBahia, vem liderando, ao longo dos anos, as ações de atendimento aos requerentes do Programa Seguro Desemprego, ao lado da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE e da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme Gráfico 2. Ao se cadastrar para habilitação ao Seguro Desemprego no SineBahia, o trabalhador pode ter novas oportunidades de trabalho, ser encaminhado para processos seletivos junto às empresas, em cargos com perfil profissional compatível com o seu, e também para ações de Qualificação Social e Profissional oferecidas na rede.

**GRÁFICO 2**

**PARTICIPAÇÃO DO SINEBAHIA NO  
ATENDIMENTO DO SEGURO DESEMPREGO  
BAHIA, 2009**



Fonte: SETRE/Sudet

## Qualificação Profissional

**Programa Qualifica Bahia** - Esperando gerar impactos nas políticas de atração de investimentos, no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, na geração de trabalho e renda e na intermediação de mão-de-obra, foi criado o Programa Qualifica Bahia, cuja proposta é beneficiar próximo de 11,9 mil trabalhadores oferecendo formação social e profissional.

A proposta utiliza recursos oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep como ação complementar ao Plano Territorial de Qualificação do Estado da Bahia, atendendo prioritariamente as cadeias produtivas em desenvolvimento no Estado.

O Qualifica Bahia tem entre os seus princípios a integração com as demais ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, como intermediação para o trabalho, seguro desemprego, documentação trabalhista e orientação profissional; qualificação vinculada com as vocações efetivas e potenciais dos territórios; articulação com programas governamentais; territorialização das atividades; além do monitoramento, avaliação e compromisso com o gasto público.

A prioridade do programa é beneficiar pessoas economicamente e socialmente mais vulneráveis, sobretudo os trabalhadores e trabalhadoras com baixa renda e escolaridade e populações sujeitas às diversas formas de discriminação social, como desempregados de longa duração, afrodescendentes, indígenes, mulheres, jovens, pessoas com deficiência, entre outras.

Está em processo de qualificação um contingente de 4,5 mil trabalhadores nas áreas de agricultura familiar e economia solidária, comércio e serviço, construção civil, construção naval, empreendedor individual, portuária e mineração, petróleo e gás, pessoas com deficiência, e turismo, perfazendo um investimento na ordem de R\$ 2,1 milhões. Na outra etapa, em 2010, serão qualificados 7.434 educandos.

**TABELA 5**

**EXECUÇÃO POR CADEIA PRODUTIVA DO PROGRAMA QUALIFICA BAHIA  
BAHIA, 2009**

CADEIA PRODUTIVA	NÚMERO DE EDUCANDOS	CARGA HORÁRIA
Agricultura Familiar e Economia Solidária	242	40
Comércio e Serviço	616	160
Construção Civil	770	200
Empreendedor Individual	638	40
Construção Naval	220	200
Portuário e Mineração	88	200
Petróleo e Gás	1.320	80
Turismo	462	200
Pessoas com Deficiência	110	200
<b>TOTAL</b>	<b>4.466</b>	<b>-</b>

Fonte: SETRE/Sudet

#### **Plano Territorial de Qualificação - Planteq Bahia**

- Com o propósito de implementar ações de qualificação profissional, através de instituições parceiras que executam a preparação da mão-de-obra para os postos de trabalho ofertados pelo mercado, o Plano Territorial de Qualificação – Planteq Bahia é parte de um acordo técnico e financeiro entre o Estado e o Governo Federal e integra o Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

Por intermédio da SETRE, as ações do Planteq Bahia, que é financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, são implementadas, pautadas no atendimento de demandas oriundas das comissões municipais de Emprego, da sociedade civil organizada e de programas públicos.

Entre janeiro de 2007 e novembro de 2009, foram qualificados 15,8 mil trabalhadores baianos

através do Planteq Bahia, sendo 4,7 mil em 2007; 9,5 mil em 2008 e 1,5 mil trabalhadores em 2009. Neste exercício, 15 executoras realizaram ações de qualificação social e profissional em 61 municípios do Estado, com carga horária média de 200 horas e investimento da ordem de R\$ 2,1 milhões para formação de 150 turmas. As ações restantes do Planteq 2009 serão executadas no período de janeiro a maio de 2010, conforme Tabela 6.

#### **Plano Setorial de Qualificação - Planseq Tecnologia da Informação**

- O Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008, liberou R\$ 900 mil em recursos provenientes do FAT para projetos de capacitação de mão-de-obra no setor de *software*, com o objetivo de atrair estudantes, principalmente os de baixa renda e da rede pública estadual de ensino médio, para os cursos técnicos na área de tecnologia da informação.

**TABELA 6**

**EXECUÇÃO POR CADEIA PRODUTIVA DO PLANSEQ  
BAHIA, 2009**

ITEM	CADEIA PRODUTIVA	NÚMERO DE EDUCANDOS	CARGA HORÁRIA
1	Agropecuária	60	200
2	Alimentos	360	200
3	Artesanato	40	200

Continua



Conclusão da Tabela 6

4	Calçadista	60	200
5	Construção Civil	440	200
6	Energia	380	200
7	Fundac	80	200
8	Indústria	120	200
9	Petróleo E Gás	160	200
10	Pic Pcd	200	200
11	Comércio e Serviço	280	200
12	Tecnologia da Informação	380	200
13	Têxtil	260	200
14	Trabalho Doméstico	200	200
15	Transporte	340	200
16	Turismo	100	200
<b>TOTAL</b>		<b>3.460</b>	

Fonte: SETRE

Nesse mesmo ano, O Planseq Tecnologia da Informação qualificou inicialmente 100 trabalhadores em cursos de desenvolvimento de *software*, com média de 300 horas, no município de Salvador. Executado pela Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – Asceteb, o Estado, através de parceria entre a SETRE, Casa Civil, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e Secretaria da Educação – SEC, qualificou para o desenvolvimento de *software* 990 jovens no biênio 2008/2009. Des-tes, 210 trabalhadores concluíram os cursos em

2009, preparando-se tecnicamente para melhor atuar nas empresas locais do setor.

No ano de 2009, o número de beneficiados subiu para mais de 1.100 trabalhadores e trabalhadoras e privilegiou estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais, com idade entre 16 e 24 anos, cursando o segundo e o terceiro ano, nas cidades de Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana e Vitória da Conquista, conforme Tabela 7. Os resultados serão avaliados e servirão de bali-zamento para a expansão do programa em 2010.

**TABELA 7**

**MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANSEQ - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
BAHIA, 2008/2009**

MUNICÍPIO	NÚMERO DE EDUCANDOS	
	2008	2009
Salvador	100	300
Lauro de Freitas	0	100
Feira de Santana	0	400
Vitória da Conquista	0	300
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>1.100</b>

Fonte: SETRE/Sudet

**Plano Setorial de Qualificação – Planseq Construção Civil - Programa Bolsa Família** - O Governo Federal, através dos ministérios do Trabalho e Emprego – MTE e de Desenvolvimento Social – MDS, liberou para a Bahia recursos da ordem de R\$ 7,4 milhões para investimento em projetos de qualificação profissional no setor da construção civil.

Executado pela SETRE, em parceria com Sindicato dos Trabalhadores da Construção e da Madeira do Estado da Bahia – Sintracom/BA, Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira do Estado da Bahia – Fetracon/BA e Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia – Sinduscon/BA, o Planseq Construção Civil visa atender demanda de qualificação profissional do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, utilizando

como público prioritário os beneficiários do Programa Bolsa Família.

O número estimado de profissionais qualificados é de 9,3 mil para o período 2009/2010, tendo como área de abrangência dez municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. As inscrições foram iniciadas em outubro de 2008 junto às unidades do SineBahia.

Em novembro de 2009, a SETRE iniciou as ações de qualificação social e profissional em oito municípios da RMS, com meta de atingir 2,3 mil trabalhadores. Destes, já foram qualificados 231 trabalhadores e a expectativa é concluir o restante até junho de 2010.

**TABELA 8**

**MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANSEQ - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
BAHIA, 2008/2009**

MUNICÍPIO	Nº. BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA	NÚMERO DE EDUCANDOS	QUALIFICADOS
Camaçari	16.077	880	66
Candeias	5.405	160	44
Dias D'Ávila	4.111	270	33
Itaparica	2.135	60	Execução em 2010
Lauro de Freitas	9.113	560	44
Madre de Deus	1.035	40	Execução em 2010
São Francisco do Conde	2.692	140	22
Simões Filho	8.736	220	22
<b>TOTAL</b>	<b>49.304</b>	<b>2.330</b>	<b>231</b>

Fonte: SETRE

**Programa de Qualificação Profissional Gratuito – CQPG Senai** - O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai e o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, firmaram convênio para oferecer gratuitamente cursos de qualificação profissional para trabalhadores e trabalhadoras desempregados, maiores de 18 anos, com ensino fundamental completo e com baixa renda. Com 160 a 240 horas,

os cursos oferecem formação inicial aos trabalhadores que são selecionados pelas unidades do SineBahia.

De agosto a outubro de 2009, foram qualificados 3.240 trabalhadores de 18 municípios do interior e da Região Metropolitana de Salvador. No mês de novembro, foram oferecidas ainda 320 vagas gratuitas, com previsão de término em janeiro de 2010.

Definidos com base em estudo conduzido pelo Senai e SineBahia, os cursos oferecidos na área da indústria são para formação inicial em: caldeireiro, eletricitista, mecânico de refrigeração, auxiliar frigorífico, auxiliar de sonda, montagem, panificação, pintor industrial e instalador de linhas telefônicas, entre outros.

**Projeto Integrado de Ação Afirmativa: Formação para Concurso Público e Qualificação Sócio-profissional** - Com o propósito de oferecer curso preparatório para concurso público à uma população com baixo poder econômico, egressos do ensino médio da rede pública de ensino e preferencialmente negro e feminino, o Governo da Bahia, por intermédio da SETRE e da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, implementou o Projeto Integrado de Ação Afirmativa: Formação para Concurso Público e Qualificação Sócio-profissional.

Através do projeto, 200 participantes estão sendo qualificados em cinco turmas, sendo quatro presenciais e uma na modalidade à distância. O curso gratuito com ênfase na formação ampla na área administrativa, tem carga horária de 410 horas, e previsão de término para 2010.

A estrutura pedagógica dos cursos na modalidade presencial e à distância foi elaborada com o objetivo de atender às exigências e especificidades de ensino de cada disciplina nos dois formatos. A proposta é garantir uma qualidade e coerência com os princípios teórico-metodológicos para uma formação social e profissional das pessoas, com ênfase em concursos públicos.

**TABELA 9**

**PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BAHIA, 2009**

POLOS	NÚMERO DE EDUCANDOS	TURNOS
SineBahia Unidade Central de Atendimento	40	Matutino
Colégio Estadual Hamilton Lopes	40	Vespertino
Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos	40	Noturno
Colégio Estadual Thales de Azevedo	40	Noturno
Polo Universitário Santo Amaro de Ipitanga	40	EAD

Fonte: UNEB

## Relações do Trabalho e Documentação

### Emissão de Documentação Civil e Trabalhista

- Esta atividade permite ao trabalhador tirar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Carteira de Identidade – CI, fortalecendo o exercício da cidadania e possibilitando a sua inserção no mercado de trabalho. É viabilizada através de convênio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/MTE com o Instituto de Identificação Pedro Melo – IIPM, órgão da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP, que permitem a emissão dos documentos nas unidades do SineBahia localizadas na capital e interior.

No período de janeiro a dezembro de 2009, foram emitidos 294,5 mil documentos, sendo 31,5 mil CI e 263 mil CTPS.

**Orientação Trabalhista e Previdenciária** - Trata-se de apoio jurídico gratuito a trabalhadores sem condições de acesso a serviços básicos na área, como orientações sobre direito trabalhista e previdenciário e realização de cálculos trabalhistas. A ação é realizada em Salvador, na Unidade de Atendimento do Jardim Baiano, por estagiários do curso de Direito sob a supervisão de profissionais especializados na área trabalhista. Em 2009, foram feitos dez mil atendimentos.

**Apoio Sindical para Saúde e Segurança no Trabalho** - Esta ação visa a promoção, o intercâmbio e a cooperação técnica com entidades sindicais das diversas categorias de trabalhadores da área urbana e rural, apoiando-as nas relações de trabalho, com ênfase em segurança e saúde, direitos sociais - aí incluídos os trabalhistas e previdenciários - e temas de relevância em suas atividades, como assédio moral e intensificação do trabalho, dentre outros. A ação é desenvolvida em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/MTE, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário – EBDA, a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, o INSS, federações e sindicatos de trabalhadores. Foram atendidas 12 entidades em 2009.

**Treinamento em Segurança e Saúde** - Esta atividade é voltada para formação de agentes multiplicadores sobre conteúdos de Segurança e Saúde que permitam a redução dos acidentes e das doenças ocupacionais e a melhoria das condições do ambiente de trabalho. Essa orientação, que beneficia trabalhadores nas diversas atividades urbanas e rurais, é realizada em parceria com instituições como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – Fetag, Instituto de Direito e Cidadania do Baixo Sul – IDC, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador – Cesat/SESAB, Centros de Referência da Saúde do Trabalhador – Ceres/SESAB, Corpo de Bombeiros e secretarias municipais de Saúde. No período, foram orientados 8,6 mil trabalhadores.

**Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED** - Trata-se de um levantamento mensal realizado em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador – RMS há mais de dez anos, como parte das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. A pesquisa é realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI através de contrato com a SETRE, que, para executá-la, conta com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT numa parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego.

A metodologia da PED pretende dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, atingindo um grande contingente de mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por significativas diferenças entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado etc).

### **Apoio às Micro e Pequenas Empresas**

Foram desenvolvidas várias ações de suporte ao micro e pequeno empreendedor, no período de janeiro a novembro de 2009:

#### **Ensino à Distância – Convênio com MDIC e UNB**

- Ministrado pela Universidade de Brasília – UNB de 30/06/2009 a 28/10/2009, o curso em Gestão Empreendedora foi um Projeto Piloto de Capacitação à Distância, em parceria com o Ministério da Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para 20 empresários baianos de micro e pequenas empresas, que acompanharam as aulas na Unidade Central do SineBahia, em Salvador.

**Qualifica Bahia** - O programa de capacitação, no formato do Planseq, beneficiou empreendedores em 2009, quando foram disponibilizadas 400 vagas. Para 2010, serão 600 vagas para micro e pequenos empreendedores e autônomos em cursos com temas como Empreendedorismo, Atendimento e Postura no ambiente de trabalho.

#### **Participação na realização da Feira de Cosmética Bahia**

- Realizada em articulação com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Sindicato da Indústria de Cosméticos e Perfumaria do Estado da Bahia – Sindcosmetic, Sebrae, entre outros agentes, a Feira de Cosmética Bahia reuniu, entre os dias 04 e 06/07/2009, no Centro de Convenções da Bahia em Salvador, expositores de diversas empresas fabricantes e representantes de cosméticos do Brasil e da Bahia, Estado cujo ramo em questão movimentava cerca de R\$ 40 milhões por ano e gera mais de 300 empregos diretos. O SineBahia montou um estande no evento, onde divulgou seus produtos e fez captação de empresas.

#### **Apoio à I Feira do Microempreendedor da cidade de Riachão do Jacuípe**

- Diversas oficinas de capacitação empreendedora para empresários



locais e visitantes do estande do CrediBahia montado para oferecer microcrédito, além de cinco servidores da SETRE para emissão de documentos como RG e CTPS. Estas foram algumas ações desenvolvidas durante o evento, no município de Riachão do Jacuípe, entre os dias 13 e 15/11/2009, que contou com uma série de parceiros e cerca de 30 expositores que, durante a abertura oficial da Feira, também ouviram uma palestra sobre Economia Solidária, ministrada pela coordenadora do Centro Público de Economia Solidária da SETRE.

### **Apoio à Semana Global do Empreendedorismo**

**Camaçari** - O Governo do Estado apoiou, juntamente com outras entidades representativas da indústria, comércio e serviços, a Semana Global do Empreendedorismo em Camaçari, que teve a participação de empreendedores da agroindústria e foi promovida pela Associação Comercial e Empresarial do município entre os dias 19 e 22/11/2009. Foram oferecidas mais de 30 oficinas e palestras com objetivo de capacitar os empreendedores locais e candidatos a empreendedor e um estande da SETRE, compartilhado com a SAEB e a SICM, despertou interesse de centenas de visitantes sobre os programas de microcrédito do CrediBahia e de apoio ao trabalhador. Com 230 empresas expositoras, estima-se que o público visitante foi de aproximadamente 30 mil pessoas num evento direcionado a pessoas que desejam abrir uma empresa ou fomentar um negócio já existente.

## **BAHIA SOLIDÁRIA**

Articulando todos os projetos e atividades relacionadas à dinamização da economia solidária e ao fomento do artesanato, o Programa Bahia Solidária se propõe a fortalecer o associativismo e cooperativismo, bem como a promover o desenvolvimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, o respeito à cidadania e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

### **Centros Públicos de Economia Solidária**

Ação pioneira em todo o Brasil no âmbito das ações de governos estaduais, a criação dos Centros Públicos de Economia Solidária – Cesol é o símbolo mais expressivo das iniciativas que vão

desenhando uma política pública para a economia solidária, articulando formação, incubação, crédito e apoio direto a empreendimentos.

Enquanto espaços de apoio e prestação de serviços voltados às organizações solidárias, fomentando e apoiando os empreendimentos e as iniciativas para a geração de trabalho e renda, os Cesol são uma ação prevista no Programa Bahia Solidária, com apoio financeiro do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza – Funcep da ordem de R\$ 879 mil, satisfazendo uma das principais demandas dos atores sociais do movimento de Economia Solidária do Governo do Estado.

Na Bahia, o Governo já implantou três Centros Públicos, sendo um de abrangência estadual e outros dois de abrangência regional/territorial, cabendo frisar que a ação tem por referência o acompanhamento das experiências desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, que já implantou cerca de 20 centros em municípios do Sul e Sudeste do Brasil. Até o ano de 2011, estão previstas as implantações de outros seis centros.

Podendo ser definidos como estruturas multifuncionais com raio de ação territorial ou estadual, os Cesol prestam, fundamentalmente, os seguintes serviços aos produtores organizados em cooperativas e associações:

- Consultoria Organizacional – com assistência técnica administrativa, comercial, produtiva, contábil e jurídica (legalização, orientações previdenciárias e trabalhistas e normatização técnica);
- Microcrédito e Finanças Solidárias – crédito orientado e assessoria aos tomadores de recursos do CrediBahia;
- Qualificação em economia solidária, associativismo e cooperativismo;
- Desenvolvimento de técnicas comerciais e de comércio justo e solidário;
- Desenvolvimento e uso de tecnologias associadas;
- Espaço para eventos, atividades culturais, reuniões de fóruns e redes de economia solidária;
- Articulação de ações de desenvolvimento local e territorial.

O Cesol de Salvador prestou, em 2009, assistência a 33.188 associados e cooperados de mais de 700 empreendimentos de economia solidária, nos territórios de identidade Metropolitano de Salvador, Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul, Piemonte do Paraguaçu, Litoral Norte, Semiárido Nordeste II, Sisal e Portal do Sertão, conforme demonstra a Tabela

10, além do desenvolvimento de projetos como os Multiplicação do Sistema de Comercialização - Cirandas (*site* interativo da economia solidária utilizado como vitrine de produtos e serviços, articulação de redes e cadeias solidárias, dentre outras funcionalidades), do InfoCentro, da qualificação em informática e do Espaço Solidário.

**TABELA 10**

**RELATÓRIO ANUAL CESOL  
BAHIA, 2009**

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO	NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS	ATENDIMENTOS
Credibahia - Microcrédito	6.839	119
Diagnóstico	694	34
Sensibilização em Ecosol	176	11
Consultoria Jurídica	2.762	82
Consultoria Pedagógico	5.900	59
Consultoria de Comunicação	251	25
Consultoria Design	10.139	53
Consultoria Contábil	250	31
Consultoria Assistência Social	343	24
Consultoria Administrativa	586	33
Formação em Softlivre	346	199
Instrução e Comercialização	4.902	43
<b>TOTAL</b>	<b>33.188</b>	<b>713</b>

Fonte: SETRE

Dois outros Cesol encontram-se em funcionamento nos territórios de identidade Portal do Sertão, no município de Feira de Santana, e de Vitória da Conquista, no município de mesmo nome, cabendo destacar que, em 2009, ambos atenderam mais de mil trabalhadores integrantes de 180 empreendimentos contidos naqueles territórios, além do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Mediante assinatura de um termo de cessão do espaço com a Fundação de Cultura da Bahia – Fundac, o Cesol Territorial Portal do Sertão funciona, hoje, provisoriamente, no Centro de Cultura Amélio Amorim, e pretende atender direta e indiretamente cerca de 3.000 pessoas/ano. Para sua instalação, além da criação de um Grupo de Trabalho, que se reunia desde julho de 2008 para discutir as formas de im-

plantação, foi realizado um seminário com caráter de audiência pública, no dia 16/09/2008, reunindo mais de 100 empreendimentos do território, além de representantes da Coordenação de Desenvolvimento Portal do Sertão – Codes, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário – EBDA e a Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs.

Para a instalação definitiva do equipamento se faz necessário que o Estado disponibilize espaço físico no município de Feira de Santana, em área comercial e acessível aos empreendimentos da economia solidária, já que o Cesol, com a Loja Solidária é um espaço de formação em comercialização.

Já o Cesol Território Vitória da Conquista teve início com processo submetido à SETRE em março de

2008. O convênio, no valor de R\$ 258,6 mil, foi assinado em julho de 2008 e, atualmente, encontra-se em fase de execução. Por se tratar de parceria com a prefeitura, o equipamento funciona provisoriamente na Agência de Desenvolvimento do Trabalho e Renda de Vitória da Conquista e já realizou cerca de 300 atendimentos no território, com destaque no apoio ao mapeamento da cadeia do biscoito caseiro.

Para o êxito desta ação, a SETRE tem buscado parcerias municipais no sentido de formalizar convênio para a implantação do equipamento, cabendo às prefeituras a disponibilização de espaço e pessoal.

Os atendimentos do Cesol são de difícil mensuração de resultados em curto prazo, na medida em que ainda não se tem indicadores de avaliação, e sua metodologia é experiência única no país, ainda em fase de construção. Com os atendimentos do Cesol, os empreendimentos são munidos de ferramentas gerenciais, jurídicas, contábeis, de melhoria de produtos e identidade cultural, de forma a poderem chegar à auto-sustentabilidade.

Para dar conta do gargalo da comercialização, o Cesol dispõe de espaço de formação prática em comércio justo, o Espaço Solidário, onde os empreendimentos aprendem, na prática, as técnicas de comercialização, atendimento ao cliente, gerenciamento administrativo e contábil. A primeira chamada pública para o Espaço Solidário selecionou seis grupos (Camapet, Cultuarte, Coopertane, Coopertextil, Associação de Artesãos de Lauro de Freitas e Artecompleta) e a segunda selecionou 12, sendo oito grupos da Metropolitana de Salvador, dois grupos do Portal do Sertão e dois do Sisal.

### **Incubadoras de Economia Solidária**

A criação e o fomento às Incubadoras Públicas têm como objetivo melhorar as condições dos Empreendimentos de Economia Solidária – Ecosol, por meio da transferência de tecnologia de gestão e do desenvolvimento de ações sociais e políticas com os coletivos solidários. Em diferentes projetos, esta ação é desenvolvida em parceria com o Instituto Mauá, a Bahia Pesca, a Caixa Econômica Federal – CEF, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase.

O apoio e acompanhamento a incubadoras de empreendimentos econômicos solidários é uma ação estruturante, com base no conhecimento e valorização das potencialidades locais, da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, numa perspectiva emancipatória.

Sem contar os R\$ 700 mil descentralizados para que o Instituto Mauá apoiasse três Incubadoras Temáticas (Comunidades Tradicionais Indígenas e Quilombolas), a Incubadora Estadual de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES sistematizou o apoio direto a cerca de três mil pessoas, envolvendo convênios da ordem de R\$ 2,94 milhões da Fapesb. O montante beneficiou oito Incubadoras Universitárias, cinco Incubadoras Territoriais e três Incubadoras Temáticas – Pesca, as quais receberam visitas técnicas da EES.

Atualmente, são 20 incubadoras funcionando na Bahia, sendo que a vigésima implantada, a Central do Estado da Bahia, conta com equipe multidisciplinar destinada a realizar o acompanhamento das outras 19 existentes.

Para implantação das incubadoras, foram adotadas quatro estratégias distintas, conforme a seguintes definições de cada modalidade:

- Incubadora Universitária de EES: organização pertencente à Instituição de Ensino Superior e Pesquisa ou Centros Tecnológicos, públicos ou privados, formada por equipes multidisciplinares, compostas por professores, funcionários, alunos de graduação e de pós-graduação, que valoriza a interação do meio acadêmico com a comunidade em atividades de economia solidária e que visam efetivas soluções de transformação social.
- Incubadora Temática de EES: organização dedicada à incubação de empreendimentos de economia solidária que atuem em um segmento produtivo específico, fomentando a sua articulação em cadeias produtivas locais ou redes de produção, de comercialização e de consumo.
- Incubadora Territorial de EES: organização dedicada à incubação de empreendimentos econômicos solidários de um determinado território, que visa aproximar a vocação e estratégia territorial com o objetivo de desenvolver a ca-

deia produtiva característica da região beneficiária e estimular a formação de redes.

- Incubadora Estadual de EES: instituição dedicada à difusão de tecnologias de incubação e apoio e articulação de EES em redes.

A Tabela 11 apresenta a relação das incubadoras de EES, por modalidade, em funcionamento no ano de 2009, e o número de pessoas diretamente envolvidas.

**TABELA 11**

RELAÇÃO DE INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - EES  
BAHIA, 2009

PARCERIAS	MODALIDADE	ENTIDADE EXECUTORA	PROJETO	MUNICÍPIOS	EES*	NÚMERO PESSOAS
Fapesb	Universitária	Ufba (Barreiras)	Desenvolvimento Humano e Sustentável: Ferramentas para o Empoderamento	Barreiras	1	50
Fapesb	Universitária	UFRB	Cooperar para Desenvolver	Saubara, Cruz das Almas, Santo Amaro, Bom Jesus dos Pobres	4	297
Fapesb	Universitária	Uefs	Implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Uefs	Feira de Santana	1	24
Fapesb	Territorial	Catrufs - Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana	Incubadora Territorial de Cooperativas Populares	Feira de Santana	6	340
Fapesb	Territorial	Cediter - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra	Transformando Vidas	Santo Antônio de Jesus, São Felipe Maragogipe	3	61
Fapesb	Universitária	Uesc	Incubadora Baiana de Empreendimentos Economicos Solidários	Ilheus, Camacã	4	120
Fapesb	Temática	lesb - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia	Empreendimentos Econômicos Solidários na Reserva Extrativista de Canavieiras	Ilheus, Camacã	2	250

Continua



Continuação da Tabela 11

Fapesb	Universitária	Univasf	Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	Juazeiro (Pesca, Agricultura, Aquicultura)	3	90
Fapesb	Temática	Instituto de Tecnologia Sócio Ambiental do Baixo Sul da Bahia	Organização Sócio Produtiva de Jovens E Marisqueiras	Igrapiúna	1	100
Fapesb	Universitária	Ucsal	Formação e Sustentabilidade dos Empreendimentos da Economia Solidária	Salvador	5	43
Fapesb	Universitária	Unifacs	Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária na Bahia através da consolidação do	Coopaed, Mata Escura, Baixa da Égua	5	80
Mauá	Universitária	Ufba	Epade/Unifacs Eco - redes - Incubação para o Fortalecimento de Redes Locais de Economia Solidária	Simões Filho, Saramandaia, Matarandiba (Ilha)	11	81
Mauá	C - Territorial	Acopamec Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Escola Permanente de Formação e Capacitação: Construindo Redes de Colaboração Solidária	Salvador	3	80
Mauá	Temática	Instituto Kirimurê	Incubadora Temática Indígena Kiriri	Banzaê	1	52
Fapesb	Temática	Coopat	Incubadora Temática Quilombola	Simões Filho	1	40
Fapesb	Temática	Instituto Kirimurê	Incubadora Temática Indígenatuxá	Rodelas	1	63
Fapesb	Territorial	Cesep Centro Suburbano de Educação Profissional	Incubadora comunitária Cesep Multiusinas	Bairro Escada - Salvador	9	80

Continua

Conclusão da Tabela 11

Fapesb	Territorial	Mandacaru - Associação de Apoio ao Desenvolvimento Social para o Agronegócio	Produção Agro Ecológica Integrada Sustentável no Recôncavo da Bahia	Acupe - Santo Amaro	1	700
Fapesb	Territorial	PANGEA Centro de Estudos Sócio Ambientais	Cooperativa de Catadores da Região de Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	2	80
Execução Direta	Estadual	Sesol/COFD	Incubadora Estadual de Empreendimentos Solidários	Salvador	2	10
<b>TOTAL</b>					<b>66</b>	<b>2.641</b>

Fonte: SETRE/COFD/Sesol

\* Empreendimento de Economia Solidária

Para avaliação das incubadoras, estão sendo utilizados os seguintes mecanismos:

- Relatórios financeiros e de acompanhamento e monitoramento semestrais;
- Atas de reunião do corpo gestor das incubadoras;
- Número de empreendimentos incubados;
- Recurso utilizado para a incubação dos empreendimentos;
- Realização do Seminário Anual da rede de Incubadoras Públicas de Empreendimentos de Economia Solidária do Estado da Bahia;
- Relatório com a análise dos indicadores de desempenho de incubação de empreendimentos de economia solidária, de forma a diagnosticar o empreendimento econômico solidário e apoiar o planejamento das atividades de incubação. Esta avaliação quali-quantitativa é uma metodologia que foi repassada à equipe das incubadoras nas Oficinas de Incubação, previstas no Edital (07/08);
- Publicações.

Ainda que os empreendimentos econômicos solidários apresentem um grande potencial emancipador, alguns problemas presentes no cotidiano de muitos grupos dificultam a sua sobrevivência.

São normalmente entraves habituais de organizações de pequeno porte, inerentes ao seu

caráter popular, que denotam inexperiência gerencial e baixo nível de escolaridade dos integrantes: dificuldades em estabelecer um capital de giro, de acesso ao crédito, comercialização, tecnologia; falta de capacitação técnica, gerencial, formação sóciopolítica, apoio de entidades e de padrões gerenciais adequados; e insipiente atuação em rede.

Por isso é necessário uma política pública emancipatória de formação, como a ação de incubação, estabelecendo condições institucionais favoráveis à superação e enfrentamento de problemas para contribuir para o desenvolvimento de tais empreendimentos.

Os empreendimentos econômicos solidários e ambientais podem ser assistidos pelas incubadoras em diferentes questões e necessidades, tais como: assessoria técnica, assessoria gerencial, relações interpessoais, parcerias e oportunidades de desenvolvimento e, no caso deste Convênio, transferindo também ativos necessários à sua estruturação produtiva. A atuação das incubadoras, seja através de cursos, oficinas, palestras e acompanhamento de rotinas, configura-se muitas vezes no fator decisivo da continuidade ou não das respectivas atividades produtivas, auxiliando e diminuindo os obstáculos para consolidação desses empreendimentos.

## Apoio Direto a Empreendimentos de Economia Solidária

Juntamente com outras ações de qualificação e de criação de redes de comercialização, o apoio direto aos empreendimentos promove a instrumentalização e organização dos pequenos produtores, tendo em vista a sustentabilidade de suas iniciativas econômicas e produtivas, promovendo ações de fomento à geração de trabalho e renda por meio da implantação ou melhoria de estrutu-

ras físicas e produtivas de empreendimentos solidários rurais e urbanos. Esse apoio se concretiza por meio de convênios com entidades públicas e privadas sem finalidade lucrativa que executam projetos em economia solidária no âmbito local ou municipal.

As Tabelas 12 e 13 detalham as ações de apoio direto aos empreendimentos de economia solidária, no primeiro e segundo semestre de 2009, respectivamente.

**TABELA 12**

**APOIO À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM ATIVIDADE DE ECOSOL (I semestre)  
BAHIA, 2009**

MÊS	AÇÃO	CIDADE	ABRANGÊNCIA	
			QUANTITATIVA	QUALITATIVA
Fevereiro	Realização de oficina instrutiva de uso dos recursos	Palmas de Monte Alto	32	Integrantes das Associações Rurais Convenientes
		Guanambi	55	
		Matina	22	
		Banzaê	27	
Março		Tucana	19	
		Araci	17	
		Heliópolis	40	
		Construção do comitê gestor dos projetos	Heliópolis	
	Realização de oficina instrutiva de uso dos recursos	Itapicuru	30	
Maio	Oficinas, acompanhamento das ações e plenária de formação sóciopolítica, formação gerencial e formação técnico-produtiva	Itapicuru	40	Integrantes da parceria CAR/SETRE/Sesol
	Visita de formação	Guanambi	60	Membros do conselho e representantes de Ecosol do município
	Oficinas, acompanhamento das ações e plenária de formação sociopolítica, formação gerencial e formação técnico-produtiva	Matina	40	Integrantes da parceria CAR/SETRE/Sesol + Membros do conselho e representantes de Ecosol do município
	Visita de Formação Oficinas, acompanhamento das ações e plenária de formação sociopolítica, formação gerencial e formação técnico-produtiva	Palmas de Monte Alto	40	Membros do conselho e representantes de Ecosol do município
	Ato de entrega de equipamentos	Palmas de Monte Alto	40	Membros do conselho e representantes de Ecosol do município
TOTAL			502	

Fonte SETRE/Cofes/Sesol

**TABELA 13**

**APOIO À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM ATIVIDADE DE ECOSOL (II Semestre)  
BAHIA, 2009**

MÊS	AÇÃO	CIDADE	ABRANGÊNCIA QUANTI- TATIVA	QUALI- TATIVA
Junho	Encontro/audiência para mobilização e definição de prioridades para investimento no município	Juazeiro	85	Associ- ações Rurais
	Visitas técnicas e estudo de viabilidade + Orientações para elaboração dos projetos	Juazeiro	85	
Julho	Encontro/audiência para mobilização e definição de prioridades para investimento no município	Rio de Contas	18	
		Barra da Estiva	21	
	Encontro/audiência para mobilização e definição de prioridades para investimento no município + Visitas técnicas e estudo de viabilidade + Orientações para elaboração dos projetos	Caetité	29	
		Sobradinho	18	
TOTAL			256	

Fonte: SETRE/Cofes/Sesol

Ainda quanto às ações de apoio à geração de trabalho e renda em atividade de Ecosol, cabe destacar que foram realizadas, em agosto de 2009, as seguintes ações nos municípios de Matina e Guanambi:

- Entrega de máquinas para implementar atividades agrícolas e artesanais, como parte do Projeto Produzir III e Bahia Solidária (Sesol) - Termo de Cooperação SETRE/Sesol/CAR;
- Oferta de cursos de qualificação em Gestão de Cooperativas e Associações;
- Prestação de serviços de Consultoria Técnica.

Estas ações implicaram um investimento de R\$ 365,1 mil em Guanambi, onde foram beneficiadas 1.033

famílias, enquanto, em Matina, o aporte de recursos foi de R\$ 54,3 mil, alcançando 1.430 famílias.

Em 2008, a ação Bahia Solidária realizou atividades de qualificação/formação em oito municípios: Guanambi, Matina, Palmas de Monte Alto, Itapicuru, Araci, Tucano, Heliópolis e Banzaê.

Já em 2009, esta ação se fez presente em seis municípios, conforme a Tabela 14, beneficiando, direta ou indiretamente, um total de 293 pessoas envolvidas nas atividades de: Mobilização do Conselho Municipal; Formação em Economia Solidária, com carga horária de cinco horas; e na Elaboração de Plano de Investimento Municipal em Economia Solidária – PIM-ES.

**TABELA 14**

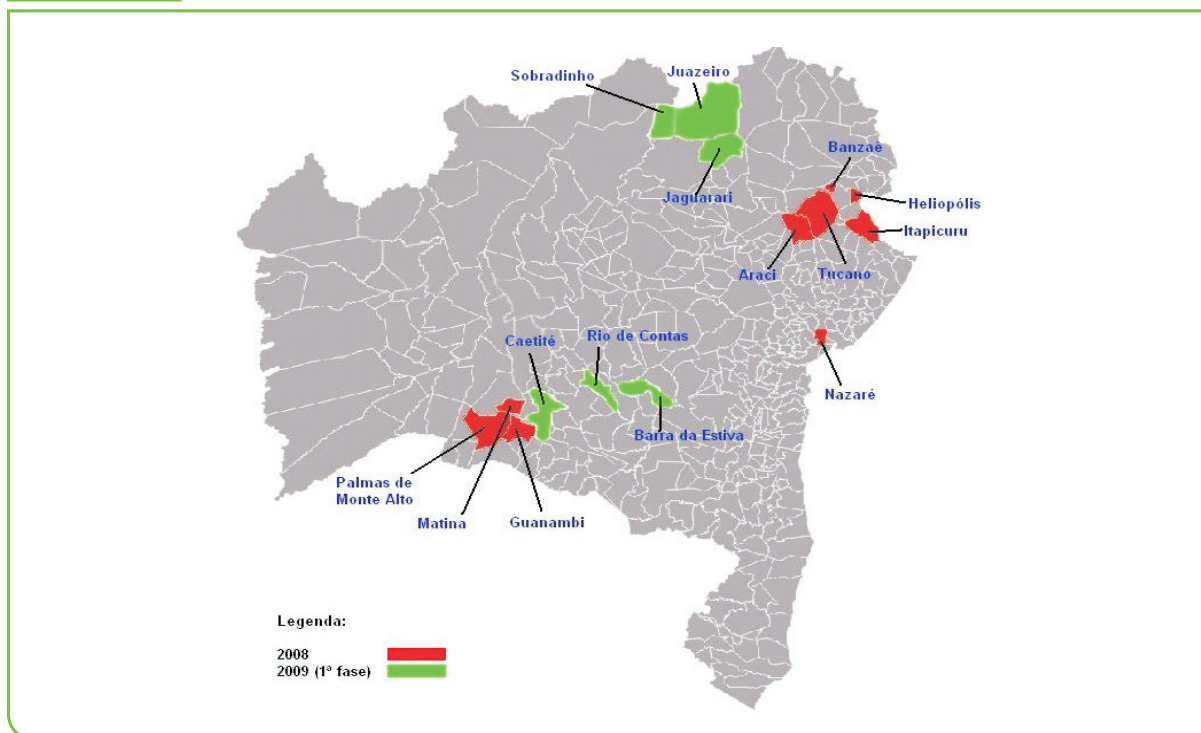
**AÇÃO BAHIA SOLIDÁRIA  
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	PESSOAS BENEFICIADAS	ATIVIDADE
Rio de Contas	40	Encontro/audiência para mobilização e definição de prioridades para investimento no município + Visitas técnicas e estudo de viabilidade + Orientações para elaboração dos projetos
Barra da Estiva	25	
Juazeiro	90	
Jaguarari	43	
Sobradinho	35	
Caetité	60	
<b>TOTAL</b>	<b>293</b>	

Fonte: SETRE/Cofes/Sesol

**MAPA 1**

**PARCERIA SESOL/CAR 2009 (I FASE)  
BAHIA, 2009**



Fonte: SETRE/Cofes/Sesol

Estes resultados são apenas uma continuação do Termo de Cooperação nº 007/2008 SETRE/Sesol/CAR em execução, que apóia 59 projetos e atende 138 comunidades, beneficiando 6.127

famílias com um aporte de recursos da ordem de R\$ 1,9 milhão. A Tabela 15 indica os resultados de 2008 a 2009 e a Tabela 16, de 2009 a 2010.

**TABELA 15**

**RESULTADOS GLOBAIS ALCANÇADOS PELA PARCERIA SESOL/CAR  
BAHIA, 2008/2009**

MUNICÍPIO	PROJETOS	COMUNIDADES ATENDIDAS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	RECURSOS REPASSADOS (R\$ 1.000,00)
Araci	3	4	265	265
Banzaê	10	12	703	228
Guanambi	8	26	1.033	329
Heliópolis	6	31	841	167
Itapicuru	11	19	462	236
Matina	5	15	1.430	317
Nazaré	1	1	56	14
Palmas de Monte Alto	10	25	1.112	171
Tucano	5	5	225	234
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>138</b>	<b>6.127</b>	<b>1.961</b>

Fonte: SETRE/Cofes/Sesol

**TABELA 16**

**RESULTADOS GLOBAIS ALCANÇADOS PELA PARCERIA SESOL/CAR  
BAHIA, 2009/2010\***

MUNICÍPIO	PROJETOS	COMUNIDADES ATENDIDAS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	RECURSOS REPASSADOS (Em 1.000,00)
Barra da Estiva	9	8	650	271
Rio de Contas	4	4	720	119
Juazeiro	10	12	330	226
Jaguarari	4	10	632	161
Sobradinho	2	2	60	47
Caetité	14	14	1.283	365
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>50</b>	<b>3.675</b>	<b>1.189</b>

Fonte: COFES/SESOL/SETRE

\* Números projetados; projetos estão em fase de conveniamento na CAR, aguardando abertura do orçamento 2010.

Envolvendo recursos de mais de R\$ 1,2 milhão, encontram-se em fase final para conveniamento outros 53 projetos que beneficiarão cerca de três mil famílias em 60 outras comunidades.

A execução desta ação, no ano de 2009, foi prejudicada pelos desdobramentos da crise da economia, que teve impacto na arrecadação do Estado, impossibilitando a efetivação dos convênios referentes aos projetos elaborados. A CAR não pôde efetivar os convênios para os projetos já elaborados porque não houve liquidez orçamentária, ficando a ação sem QCM.

Em continuidade a este trabalho até aqui realizado, está prevista a capacitação dos dirigentes das associações das comunidades beneficiárias e das lideranças locais nos seguintes conteúdos: melhores práticas de cultivo, associativismo, cooperativismo, microcrédito, políticas públicas, economia solidária, autogestão de empreendimentos sócio-produtivos solidários, comercialização e noções de informática para acesso ao Portal Oficial do Estado da Bahia – Bahia.Gov naqueles municípios que dispõem de Infocentros ou acesso à Internet.



Nestes termos, atende-se à demanda apontada pelos produtores nas reuniões realizadas nas comunidades, onde ficou constatada a grande dificuldade de acesso a esses conteúdos, o que compromete a gestão dos projetos comunitários e a capacidade de a comunidade se articular com as diversas instâncias governamentais.

Pode-se estabelecer como êxito deste trabalho, além das iniciativas implantadas, o exercício do diálogo entre o Governo e os atores da sociedade civil, os quais vêm enfrentando grandes dificuldades de sobrevivência nas suas comunidades. Ficou evidente, tanto diante das demandas e dos problemas apontados quanto da escassez de recursos públicos a serem alocados, a necessidade de se realizar iniciativas que promovam o fortalecimento das associações como canais institucionais de participação, contribuindo para a eficácia das iniciativas governamentais.

Esses processos propiciaram, também, momentos de reflexão sobre a gestão de equipamentos comunitários financiados pela CAR, nos quais, coletivamente, os participantes ponderaram sobre a necessidade de modificação dessas práticas em curso, tendo em vista ampliar a utilização desses equipamentos para comunidades circunvizinhas.

Nestes dois anos de Parceria SETRE/CAR, destacamos como principais resultados alcançados, em termos de eficiência, eficácia e economicidade, a realização de 143 encontros com comunidades e o número de 96 famílias beneficiadas, cada uma a um custo de R\$ 321,00, além de ressaltar que o investimento por projeto foi de R\$ 30,9 mil, enquanto por comunidade foi R\$ 16,8 mil.

A partir da análise dos dados acima citados, pode-se notar que o investimento público em pequenos projetos de geração de trabalho e renda, como os apoiados nesta ação, são de extremo impacto nas comunidades. Destaca-se o valor investido por família, o qual representa apenas 62% do salário mínimo, em contrapartida, as associações e famílias beneficiadas podem, a partir dos projetos apoiados, aumentar a produção de cereais, melhorar a qualidade dos produtos desenvolvidos, reduzir os custos de produção (aluguel de máquinas, compra de insumos, entre outros) e, por sua vez, aumentar a renda.

A Tabela 17 resume os 59 projetos aprovados através da parceria Sesol/CAR por tipo de projeto.

**TABELA 17** TIPOS DE PROJETOS APROVADOS - PARCERIA SESOL/CAR BAHIA, 2009

TIPO DE PROJETO	QUANTIDADE
Implementos agrícolas	21
Artesanato comunitário	08
Oficina de corte e costura	04
Casa de Farinha elétrica – ampliação	11
Casa de Farinha elétrica – implantação	05
Unidade de beneficiamento de mel – aquisição de equipamentos	02
Unidade de beneficiamento de caju	01
Unidade de beneficiamento de ouricuri	01
Unidade de beneficiamento de frutas	02
Unidade de resfriamento de leite	01
Produção Agroecológica Integrada	01
Cultivos comunitários	01
Galpão para beneficiamento de hortaliças	01
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>

Fonte: SETRE/Sesol

## Apoio a Cooperativas e Associações Atua- ntes em Resíduos Sólidos

A atividade de catador de material reciclável é uma alternativa de sobrevivência para centenas de excluídos que vivem e trabalham nas ruas das cidades baianas, principalmente nos grandes centros urbanos. Esse trabalhador, por vezes, sofre um alto nível de exploração por parte de atravessadores, que compram os materiais coletados por preços aviltados e, após prensá-los ou promover qualquer pequena transformação nos mesmos, revendem para as indústrias por valores significativamente superiores.

Para fazer frente à esta realidade, o Estado tem apoiado as cooperativas que atuam no complexo de reciclagem. Em 2009, gestores municipais foram mobilizados para a concretização de projetos de criação de cooperativa através de audiências realizadas no interior da Bahia, como as que ocorreram em: Caetité, Caculé e Itacaré no

mês de agosto; Irecê, João Dourado, Lapão e São Gabriel em setembro; Central, Uibaí, Jussara, Presidente Dutra, Juazeiro, Sobradinho, Curaçá, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado em outubro.

Nesse sentido, ganha destaque o Programa Reciclar, criado para apoiar a organização dos trabalhadores catadores de resíduos sólidos em cooperativas e associações, além da formação de redes de empreendimentos deste segmento. Para tanto, foi disponibilizado, em 2009, o valor de R\$ 588 mil para apoiar cinco entidades e firmar os convênios assinados para apoio e criação de cooperativas de catadores nos municípios de Juazeiro, Salvador, Lauro de Freitas e Irecê. Outros convênios estão em tramitação nos municípios de Caitité, Simões Filho e Caculé.

A Tabela 18 e o Quadro 3 apresentam a evolução das ações empreendidas e o apoio financeiro (por item) a entidades no carnaval de Salvador.

**TABELA 18**

**EVOLUÇÃO DAS AÇÕES EMPREENDIDAS NO CARNAVAL DE SALVADOR  
BAHIA, 2008/2009**

	ATENDIMENTOS (*)	INTEGRANTES	COOPERATIVAS	INVESTIMENTO (Em R\$ 1.000,00)
2008	2.000	200	10	250(**)
2009	2.200	130	5	588(***)
<b>TOTAL</b>	<b>4.200</b>	<b>330</b>	<b>15</b>	<b>838</b>

Fonte: SETRE

(\*) Catadores avulsos

(\*\*) Microcrédito para capital de giro, segurança, alimentação e fardamento para os catadores.

(\*\*\*) Apoio técnico, microcrédito, alimentação, segurança, fardamento, comunicação e estrutura de centrais e outras ações de Trabalho Decente

**QUADRO 3**

**APOIO DA SETRE/SESOL ÀS COOPERATIVAS NO CARNAVAL DE 2009  
BAHIA, 2009**

ITEM	QUANTIDADE
Alimentação	34.000 refeições durante seis dias
Fardamento	4.500 conjuntos de fardas
Microcrédito	5 empreendimentos beneficiados
Comunicação	Produção de busdoor, cartazes, testeiras e spot para rádios
Assessoria técnica da equipe SETRE	24 servidores envolvidos
Qualificação dos empreendimentos	9 oficinas temáticas

Fonte: SETRE/Cofes/Sesol

## Atividades de Formação em Economia Solidária

A capacitação e divulgação são consideradas linhas de ação fundamentais para o fortaleci-

mento dos empreendimentos solidários, na medida em que formam trabalhadores e difundem conceitos e práticas do movimento de Economia Solidária. A Tabela 19 demonstra as ações em 2009.

**TABELA 19** AÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM ECOSOL BAHIA, 2009

MÊS	AÇÃO	CIDADE	ABRANGÊNCIA	
			QUANTITATIVA	QUALITATIVA
Março	Formação de Educadores para Atuarem em Ecosol	Salvador	20	Universitários, profissionais liberais, funcionários públicos municipais
	Formação de Educadores para Atuarem em Ecosol + Curso/Oficinas de Elaboração de Projetos	Mairi	30	Representantes do Cras, sociedade civil, prefeitura, associações, cooperativas
	Formação de divulgação de práticas de Ecosol	Salvador	493	Participantes do Evento Mutirão da Cidadania, comunidade Quilombola da Lagoa, parceira da Sudet
Abril	Formação de Educadores para Atuarem em Ecosol	Prado	15	Representantes do Cras, sociedade civil, prefeitura, associações, cooperativas
		Salvador	10	Alunas do curso de graduação em Serviço Social da Universidade do Norte do Paraná
	Formação em Ecosol da Equipe da Rede de Alimentação Saber e Sabores Solidários	Salvador	10	Membros de associações em parceria Sesol/Senac
Maio	Palestras e debates comemorativos do Dia do Comércio Justo	Salvador	60	Participantes da parceria com o Sebrae, Visão Mundial e Ecojus
Junho	Curso de formação em cooperativismo e associativismo	Salvador	30	Jovens grávidas com idade entre 14 e 23 anos, desempregadas, moradores de bairros periféricos de Salvador e Região Metropolitana de Salvador
	Sessão Extraordinária à Ecosol na Câmara Municipal de Camaçari	Camaçari	150	Sociedade Civil
	Feira com produtos oriundos de empreendimentos de Economia Solidária	Camaçari	150	Sociedade Civil
	Seminário de Mapeamento Sobre Demonstração dos Resultados de 2005 – 2007	Salvador	40	Sociedade Civil
Agosto	Oficina de Sensibilização em Economia Solidária	Piritiba	95	Sociedade Civil
		Salvador	40	Moradores do bairro da Liberdade
		Salvador	30	Integrantes do Centro de Atenção, Proteção e Prevenção a Adolescente - Cecap/Unidade da Fundação do Adolescente e da Criança/Fundac
TOTAL			1.173	

Fonte: SETRE/Cofes/Sesol

O objetivo desta ação é capacitar e empoderar educadores para atuação e construção de empreendimentos em bases solidárias, perpassando todos os desafios que estas iniciativas enfrentam.

Vale destacar que novos educadores tornam-se necessários para a ampliação dos princípios e práticas da economia solidária em todo o Estado, pois há uma demanda por pessoas aptas para a função.

Além desta questão operacional, a discussão sobre as questões que alicerçam a prática econô-

mica solidária se torna mais rica quando à multiplicidade de perspectivas se reúnem e apreciam numerosas faces de uma mesma verdade.

### Realização e Apoio a Eventos

A Tabela 20 demonstra o apoio e realização de eventos de promoção da Economia Solidária que complementam as atividades de formação e divulgação. Em de 2009, foram realizados 17 eventos em seis municípios, beneficiando 18.535 participantes.

**TABELA 20**

**APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ECOSOL  
BAHIA, 2009**

MÊS	EVENTO	CIDADE	BENEFICIÁRIOS PARTICIPANTES
Março	Apoio à I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária	Amargosa	7.000
	Apoio à Feira da Mulher – SEPROMI	Salvador	2.000
Abril	II Feira de Agricultura Familiar e Ecosol e Reforma Agrária do Território do SISAL e Confatres(*)	Valente	130
Maio	II Feira de Agricultura Familiar e Ecosol e Reforma Agrária do Território do SISAL e Confatres	Valente	300
	Congresso de Trabalhadores Rurais e Agricultores do Semi-árido	Valente	300
	Apoio 3º Brechó Eco Solidário	Salvador	2.000
	Apoio a Seminário de Agricultura Familiar e Orgânica	Amélia Rodrigues	150
Agosto	I Feira Acadêmica Solidária - Fasol	Salvador	400
	Apoio à I Feira Estadual de Economia Feminista e Solidária	Salvador	250
Setembro	Participação na II Feira das Cidades	Guanambi	350
	Lançamento do livro Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação	Salvador	45
	Participação em evento - Dia da Ação Social	Salvador	100
	Participação em evento - Feira das Cidades	Guanambi	100
	Evento de Formação com participação do lançamento do livro da Profa. Débora Nunes	Salvador	60
Outubro	Seminário Estadual do Sistema de Informações de Economia Solidária - Senaes	Salvador	100
Novembro	II Congresso Estadual da Unicafe	Feira de Santana	150
	Evento de Formação da Equipe Técnica da Incubadora	Salvador	100
Dezembro	V Feira Estadual de Economia Solidária	Salvador	5000
<b>TOTAL</b>			<b>18.535</b>

Fonte: SETRE/Cofes/Sesol

(\*) Congresso de Trabalhadores Rurais e Agricultores do Semiárido

## Finanças Solidárias

Duas iniciativas foram fundamentais para criar as condições necessárias para o desenvolvimento de ações na área das finanças solidárias: uma diz respeito à modalidade de Financiamento a Associações e Cooperativas, e a outra foi o financiamento a empreendimentos de economia solidária na modalidade de Fundo Rotativo Solidário.

A primeira já se encontra em funcionamento com o convênio assinado entre a SETRE e a Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, criando financiamento a empreendimentos de economia solidária, ou seja, àqueles desenvolvidos por cooperativas, associações de produtores ou de prestadores de serviços, em atividade há pelo menos três anos, bem como por seus respectivos cooperados e/ou associados.

Outra iniciativa refere-se à formação do Comitê Gestor dos Fundos Rotativos Solidários, do qual fazem parte representantes da SETRE, Cáritas, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI (através da Superintendência de Agricultura Familiar – Suaf) e de outros parceiros. O comitê administra um programa destinado a financiar empreendimentos de economia solidária, cujo mérito é destinar recursos a fundos (sem retorno às instituições financiadoras), recursos que, após o uso e investimento, serão repassados para desenvolver a atividade produtiva de outros empreendimentos.

Já está definido o aporte de R\$ 2 milhões pela SETRE/Sesol e de R\$ 1 milhão pelo BNB, que pode ampliar ainda este valor. Essa modalidade está prevista para começar a funcionar em 2010.

Objetivando a capacitação dos profissionais do setor e a interação sobre as políticas públicas de financiamento, a SETRE, em parceria com a Desenbahia e o Sebrae, reuniu 220 agentes de crédito em dois eventos sobre o tema “Desafios Presentes e Perspectivas Futuras”, no auditório do Hotel Sol Bahia, em Salvador, no mês dezembro de 2009. O VI Encontro de Agentes de Crédito do Credibahia teve o propósito de qualificar ainda mais os agentes de crédito e nivelar as informações entre os profissionais dos postos do Credibahia, por meio de troca de experiências, palestras e cinco painéis que foram realizados ao

longo do evento. Já o I Seminário de Microfinanças da Bahia discutiu o futuro das microfinanças e o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas para o setor, envolvendo os agentes de crédito, conselheiros, representantes das prefeituras, dirigentes das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, e as cooperativas que desenvolvem atividades de microcrédito na Bahia.

## GERAÇÃO DE EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Atuando de forma coordenada com o Planejamento Estratégico do Governo, a Desenbahia mantém a política de apoio aos micro, pequenos e médios negócios e aos empreendedores autônomos, além de promover a expansão do crédito para o interior do Estado. Além disso, a instituição também apóia projetos de empresas de médio porte que sejam consideradas importantes para diversificar e complementar a matriz produtiva estadual e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável da economia baiana.

### Expansão do Crédito em Apoio ao Desenvolvimento

As operações de crédito realizadas pela Desenbahia totalizaram R\$ 169,8 milhões neste ano, o que representa uma expansão de 27,6% em relação a 2008. Contribuíram significativamente para esse resultado a oferta de duas novas linhas de financiamento – Fundese/Prodese e BNDES Psi-Bk, e o incremento nas operações do Credifácil Giro. Os investimentos decorrentes das operações realizadas deverão totalizar R\$ 217,8 milhões e permitirá a geração e/ou manutenção de 36 mil postos de trabalho. Já as contratações e as liberações alcançaram R\$ 147,9 milhões e R\$ 152 milhões respectivamente.

O maior volume de aprovações ocorreu no setor de comércio e serviços, o qual atingiu o montante de R\$ 102,4 milhões, correspondente a 60,3% do volume total. Na indústria, foram aplicados R\$ 26,2 milhões equivalente a 15,4% do total aprovado no exercício. O setor rural, por sua vez, obteve R\$ 35,6 milhões em financiamentos, representando 20,9% do volume de aprovações. Para o setor público foi canalizado o total de R\$ 5,6 milhões, distribuídos em projetos de aquisições de máquinas pesadas e de ambulâncias.

A expansão das operações da Desenhahia foi viabilizada com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese, que representaram 69,8% do volume total aprovado e mostraram crescimento de 50,9% em relação ao primeiro semestre do ano de 2008, em função da recuperação da economia, expansão territorial das ações da Agência e ocupação de espaço de outras fontes, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE que diminuiu relativamente suas operações com repasses pela indisponibilidade de recursos.

Por outro lado, foi registrado crescimento nas operações com o BNDES, aumentando o peso relativo de 18,7% para 26,6% entre 2008 e 2009. Contribuíram para tal crescimento a linha Psi-Bk e o incremento de 46,6% nos repasses para financiamento direto a microempreendedores. Os recursos próprios, embora apareçam com percentual relativamente pequeno, foram importantes para garantir as operações relativas ao setor público, citadas anteriormente.

### **Prioridade à Interiorização do Crédito**

As aprovações de financiamentos pela Desenhahia seguem as diretrizes do Governo Estadual de fomento ao interior, geração de empregos e inclusão social através do crédito. Nesse sentido, 67,2% do valor total das aprovações do primeiro semestre de 2009 foram realizadas fora da Região Metropolitana de Salvador – RMS. Esse resultado vem sendo facilitado com a atuação de gerentes de negócios, em diversos municípios fora da RMS, associado à disponibilidade de linhas de crédito para atender às potencialidades econômicas dos municípios e regiões. Foram realizados financiamentos em todos os territórios de identidade da Bahia.

### **Ênfase nas Empresas de Pequeno e Médio Porte**

O crédito para o fortalecimento das microempresas e das empresas de pequeno e médio porte vem sendo uma das principais linhas de ação da Desenhahia, por meio da concessão de capital de giro e crédito para investimento fixo. Em 2009, já foram aprovadas operações, no montante de R\$ 141,6 milhões, tendo como principais programas o Programa de Financiamento para Micro e Pequena

Empresa – Credifácil, Projeto de Desenvolvimento Sócio-econômico – Prodes e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro, Investimento Fixo, todos com recursos do Fundese.

O maior destaque cabe ao Credifácil, sobretudo nas linhas de capital de giro, que abrigaram operações no montante de R\$ 38,9 milhões. Além disso, também foram registradas operações com linhas de repasse, embora em menor extensão, com BNDES/PEC e FNE Rural.

### **Inclusão Social e Geração de Renda**

A Desenhahia vem contribuindo com as diretrizes estaduais de inclusão social e da geração de renda através do apoio financeiro ao microcrédito, à agricultura familiar, à renovação da frota de táxis do Estado e das atividades econômicas do semi-árido. Nessas linhas de ação foram aprovadas 14.243 operações de crédito, que totalizaram o montante de R\$ 94 milhões.

### **Parcerias**

Ao lado das operações orientadas de financiamento, a Desenhahia empreendeu outras atividades de apoio ao desenvolvimento, com maiores vinculações sociais. Assim, com base na recente Lei estadual nº 11.362, de 26 de janeiro de 2009, foram concebidas, em conjunto com a SETRE, três linhas de financiamento para apoiar cooperativas e associações. A primeira delas financia investimentos fixos, como construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, além de aquisição de máquinas e equipamentos. A segunda permite que a cooperativa adquira cotas-parte associadas à execução de projeto de investimento para o financiamento do bem e, finalmente, a terceira financia capital de giro associado a um projeto que seja desenvolvido pela cooperativa/associação da qual o beneficiário faça parte. Estas linhas tornaram-se operativas no segundo semestre de 2009.

Com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT, a Desenhahia está concebendo a formação de linhas de crédito para os setores audiovisual e editorial. Através dessa medida, espera-se significativo aumento no espectro de atuação da cultura baiana.



Na área de saúde, a Desenhahia, em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB, busca formatar duas linhas com condições especiais de financiamento com o objetivo de estimular os empreendimentos no setor, tão prioritário para o Governo do Estado, consistindo em uma linha para capital de giro e outra para investimento fixo, tendo como meio de pagamento os direitos creditórios do Sistema Único de Saúde – SUS.

## Relações com a Comunidade

A Desenhahia tem utilizado a Lei Rouanet para direcionar recursos em apoio ao Projeto “Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – Neojibá”, o qual tem como proposta a integração social através da música, descoberta de novos talentos e a geração de renda para as respectivas famílias. Também no aspecto cultural, foi lançado o número mais recente da Revista Desenhahia, que objetiva estimular a produção científica nas áreas temáticas vinculadas à instituição. A responsabilidade ambiental foi continuada com o programa de coleta seletiva e reciclagem, no qual a Agência vem obtendo o reconhecimento da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab.

## O CrediBahia

O CrediBahia é o programa de microcrédito do Governo do Estado voltado para o desenvolvimento sócio-econômico do empreendedor de micro e pequenos negócios. O crédito é concedido a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas, comerciais e de prestação de serviço de pequeno porte, com pelo menos seis meses de funcionamento, no valor mínimo de R\$ 200 e máximo de R\$ 10 mil. O crédito é disponibilizado de forma ágil e desburocratizada, com taxa de juros de 1,8% a.m. sobre o valor do empréstimo e, caso tenha sido pago em dia, quando da sua renovação, é reduzido para 1,5% a.m., sendo mantido nesse patamar sempre que a quitação das parcelas forem realizadas até o seu vencimento. O programa constitui-se, portanto, em um forte estímulo para a geração de ocupação e renda.

O CrediBahia é desenvolvido em parceria com a Desenhahia, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e prefeituras e sua implantação é precedida de audiência pública. Para sua implementação, é exigida a instalação física dos

postos, assim como a formação teórica no Sebrae e capacitação técnica, em campo, dos agentes de crédito pelo supervisor técnico da SETRE, tendo por objetivo financiar e capacitar gerencialmente os empreendedores de micro e pequenos negócios do setor informal e formal da economia urbana. O Programa dispõe de 169 postos de atendimento em 168 municípios do Estado, sendo a maioria (55%) na região do semi-árido. Em 2009, foram implantados 19 postos e desativados dois.

Desde a sua implantação, em abril de 2002, até 31 de dezembro de 2009, o CrediBahia liberou 54.952 contratos para empreendedores de micro e pequenos negócios, disponibilizando R\$ 74,6 milhões de crédito. Nestes últimos três anos, mais do que duplicou-se o impacto do programa em seus principais itens: dos 54.952 contratos realizados desde o início, 34.270 foram financiados entre 2007 e 2009, representando um crescimento de 164%, e dos R\$ 74,6 milhões movimentados pelo CrediBahia nesses sete anos, R\$ 48,9 milhões foram emprestados no último triênio, representando um incremento de 191% em relação ao período de 2002-2006.

O valor médio por contrato de concessão (1º empréstimo) vem registrando um processo declinante desde 2007 (Tabela 21), em particular na comparação entre 2009 e 2008, quando esse valor apresentou uma queda de 17,7%. Este resultado decorre da atenção mais dirigida pelos agentes de crédito na concessão do empréstimo ao empreendedor e do acompanhamento pré-crédito realizado pelos supervisores técnicos regionais no “Sistema Informatizado de Gerenciamento do Microcrédito” que permitem, crescentemente, tornar eficaz o CrediBahia, efetivando a sua concepção de um programa de crédito produtivo e orientado, fornecendo o empréstimo ao empreendedor conforme sua necessidade e capacidade de pagamento. Este procedimento reduz a inadimplência e, conseqüentemente, torna mais saudável a carteira ativa do programa.

Por outro lado, a elevação do valor médio nos contratos de renovação representa um aumento no volume de empreendedores que têm acesso ao CrediBahia, a progressiva fidelização da sua clientela – 60% destes clientes renovam seus financiamentos – e a valores crescentes de empréstimos permitidos pelas renovações. Esse resultado representa

a busca da efetividade crescente do programa no sentido de ampliar o acesso dos empreendedores ao CrediBahia e aumentar o valor do crédito fornecido.

**TABELA 21**

**VALOR MÉDIO DE CONTRATO  
BAHIA, 2009**

(Em R\$ 1.000,00)

ANOS	CONCESSÃO / APRESENTAÇÃO	RENOVAÇÃO
2002 - 2006	1,10	1,5
2007	1,05	1,75
2008	1,03	1,84
2009	0,83	1,86

Fonte: Desenbahia

A elevação do volume de contratos liberados e dos valores financiados exige não somente um monitoramento mais apurado dos contratos pré-crédito, mas também o acompanhamento pós-crédito realizado através das visitas do agente de crédito e, principalmente, dos supervisores técnicos regionais aos clientes inadimplentes. Essas visitas, quando se apresenta ao cliente alternativa de pagamento das parcelas em débito ou a renegociação do contrato, são responsáveis pelo considerável aumento de contratos renegociados e redução da inadimplência.

Os dados de desempenho do CrediBahia, no que diz respeito ao financiamento dos empreendedores, representam a produção total de contratos financiados que correspondem à parcela de contratos de concessão ou primeiro empréstimo, somada à parcela de contratos de renovação.

O ano de 2009 representou a posse dos novos prefeitos eleitos, que fizeram substituição dos agentes de crédito, nomeando outros funcionários de sua confiança. Isso implicou a retirada de agentes que já tinham experiência na atividade, provocando queda na produtividade dos postos.

Segundo especialistas da área de microfinanças, esses profissionais necessitam de dois anos de atividade para atingir a maturidade na realização de suas tarefas e na sua formação. A esta circunstância, somaram-se as consequências da crise que abateu a economia, provocando queda na arrecadação dos municípios e dificultando a instalação de novos postos de atendimento desde o início do ano.

Outro aspecto fundamental é a distribuição territorial das ações do Programa CrediBahia. A região do semi-árido é a que mais possui postos de atendimento, são 88 postos, equivalendo a 55% do total. Para empreendedores dessa região, em 2009, foi disponibilizado R\$9,7 milhões, representando 61%. A maioria dos beneficiados em 2008 também está localizada no semi-árido, num total de 5.366 contratos, o que equivale a 59% dos créditos novos e renovados.

Por fim, cabe destacar uma alteração expressiva na forma de conduzir o microcrédito. O CrediBahia, em 2009, liberou recursos para 667 grupos solidários, totalizando 2.120 contratos, com uma representação de 17,5% do total liberado nesse ano.

A Tabela 22 informa a distribuição territorial dos contratos e da liberação de recursos do CrediBahia ao longo de 2009.

**TABELA 22**

**TERRITORIALIDADE DO CREDIBAHIA  
BAHIA, 2009**

(Em R\$ 1,00)

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	LIBERAÇÕES	
	CONTRATOS	VALOR
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	318	418.149
Bacia do Jacuípe	277	443.558
Bacia do Paramirim*	126	227.658
Bacia do Rio Corrente*	807	1.018.395
Baixo Sul	65	214.071
Chapada Diamantina*	60	238.457
Extremo Sul	881	1.609.937
Vitória da Conquista*	981	1.548.975
Velho Chico*	843	1.100.130
Vale do Jiquiriçá*	95	514.731
Sisal*	336	420.096
Sertão Produtivo*	317	511.275
Sertão do São Francisco*	294	311.040
Semiárido Nordeste II*	472	624.699
Recôncavo	639	837.530
Portal do Sertão*	717	885.639
Piemonte Norte do Itapicuru*	526	515.984
Piemonte do Paraguaçu*	527	794.885
Piemonte da Diamantina*	71	88.100
Oeste Baiano	511	823.672
Metropolitana de Salvador	552	874.338
Médio Rio de Contas	378	555.088
Litoral Sul	906	1.266.646
Itapetinga*	321	538.355
Itaparica*	330	534.650
Irecê*	372	510.347
<b>TOTAL</b>	<b>12.223</b>	<b>17.426.405</b>

Fonte: SETRE/Comfis/Sesol

\*Territórios em que a maioria dos municípios estão no Semiárido

## FOMENTO AO ARTESANATO

A missão social a cargo do Instituto Mauá na condição de autarquia, de acordo com as diretrizes políticas e administrativas da SETRE, foi concretizada através dos três programas abrangentes – preservação, fomento, promoção e comercialização – além de ações complementares em favor do artesanato e do artesão, que se constituíram em novas opções de promoção e abertura de mercado.

Foi constituído o Grupo de Trabalho para o Artesanato, encarregado de estudar as questões de conceituação, preservação da identidade cultural, capacitação, legislação/normatização, acesso ao mercado e planejamento estratégico, e propor soluções e alternativas técnicas às ações de fomento, preservação e comercialização do artesanato baiano.

Complementando as ações desenvolvidas, ainda neste exercício de 2009, foi efetuada a capacitação de 1.500 artesãos e estímulo ao artesanato de tradição, em ações de parceria com órgãos afins, a exemplo do repasse de metodologias de trabalho junto às comunidades, preservando seus valores e tradições artesanais.

Em 2009, foram implementadas duas Salas do Artista Popular – SAP / Rio Real, uma reedição, com exposição agora em Salvador e Maragogipinho, com lançamento no Rio de Janeiro e ações de valorização e promoção do artesanato de tradição. A Sala do Artista Popular – SAP é resultado de uma cooperação técnica entre o Mauá, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Ipac e a Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/RJ, através de ações conjuntas que visam a realização, no Estado da Bahia, do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural – Promoart, do Ministério da Cultura – MINC.

Em outubro de 2009, foi lançado o 1º Salão de Artesanato e Arte Popular da Bahia, a ser concretizado em 2010. O Salão tem como objetivo o resgate, a preservação e a promoção do fazer artesanal, onde 16 tipologias serão contempladas e premiadas.

Ainda em 2009, como uma ação de preservação da memória do artesanato da Bahia, foi iniciada a

elaboração do catálogo “Artesanato Baiano - Saberes e Fazer”, com exposição de 200 fotos de artesanato e do fazer artesanal, além de textos sobre a Evolução Histórica do Artesanato na Bahia; Saberes e Fazer; Etnias no Artesanato Baiano; Artesanato Tradicional e Mestres Artesãos.

O Mauá, por meio de suas ações de preservação, fomento e comercialização, atingiu, em 2009, 47% dos municípios da Bahia. Além disso, cadastrou, de setembro de 2007 a dezembro de 2009, 7.384 artesãos através do Sistema de Cadastro Brasileiro – Sicab, totalizando 8.064 artesãos registrados em 185 municípios localizados nos 26 territórios de identidade.

O exercício de 2009, apesar de todas as dificuldades, permitiu um avanço na política de preservação do artesanato com o início de uma pesquisa sobre a memória do artesanato baiano, atingindo um montante de 706 artesãos e nove associações. Com esta pesquisa, o Mauá já possui um acervo de três mil fotos, que servirá para a publicação final do Caderno Especial a ser lançado no final de 2010.

## Preservação

A memória do artesanato é objeto de conservação da identidade através das atividades de preservação e pesquisa realizadas pelo Instituto Mauá, que, através do Núcleo de Acervo, reúne a produção artesanal encontrada em todo o território baiano.

Visando a organização do acervo físico e dando prosseguimento à sua modernização, em 2009, foram adquiridos equipamentos - como computadores, tela de projeção e móveis para auditório, biblioteca e acervo - além de iniciar a reestruturação física do espaço, com a climatização do ambiente, confecção de móveis apropriados para exposição, instalação de porta para acesso, passagens de eletricidade, entre outros serviços que fazem parte da execução do projeto expográfico e de iluminação para conferir visibilidade às obras artesanais, valorizando-as em nichos temáticos.

O Instituto continua publicando o catálogo e atualmente realiza a produção de um catálogo especial com a obra dos mestres do artesanato baiano dentro das tipologias indígena, afro-brasileira, tra-

dicional, contemporânea, reciclagem e lembrança/souvenir. Ainda nessa perspectiva, também está em andamento a elaboração de um video-documentário sobre o Mauá, o artesanato e o artesão.

A Tabela 23 lista o público atingido pelas ações de preservação do acervo artesanal ao longo do exercício de 2009.

**TABELA 23**

**PÚBLICO ATINGIDO PELAS AÇÕES  
DE PRESERVAÇÃO  
BAHIA 2009**

AÇÃO	ESPECIFICADOR	QUANTIDADE
Biblioteca	Usuário	666
Acervo*	Visitante	1.462
Auditório	Participante	2.353
Galeria	Visitante	1.959
<b>TOTAL</b>		<b>6.440</b>

Fonte: Mauá

\* Acervo em reforma desde o mês de julho

**Sala do Artista Popular** - Para realizar exposições em padrão internacional, valorizando assim a obra de arte artesanal, foi pensada a Sala do Artista Popular – SAP, uma iniciativa do Instituto Mauá em parceria com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, Ministério da Cultura, Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro, com o Programa de Promoção do Artesanato Tradicional – Promoart.

Neste sentido, em 30 de julho de 2009, foi inaugurada a exposição “Bordados em Tauá: cerâmica de Rio Real”, com mostra e venda de cerâmicas produzidas naquele município, que é considerado um grande centro produtor de cerâmica decorativa e utilitária. Foram reunidos potes pintados com o Tauá e em alto relevo, moringas de gomo, moringa simples, moringa galinha e moringa cabaça, produzidos por mulheres do povoado de Carro Quebrado, que seguem a tradição passada de mãe para filha. A exposição foi uma reedição da mostra realizada em 2001, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Rio de Janeiro.

No dia 10 de dezembro de 2009, foi inaugurada, no Museu do Folclore do Rio de Janeiro, a SAP

Maragogipinho. Com a presença de artesãos desse importante distrito do município de Aratuípe, a exposição foi marcada pelo sucesso na venda de quase toda cerâmica tradicional selecionada para o evento, que será apresentado aos baianos em uma exposição no primeiro semestre de 2010.

### **Cidade Histórica: uma Cachoeira de Emoções**

- Esse evento é consequência de um projeto de preservação que promove o artesanato produzido na cidade de Cachoeira, destacando-o como a arte que, de forma mais abrangente, divulga as tradições do seu povo e revela ao seu apreciador a identidade cultural da comunidade cachoeirana. A idéia de homenagear Cachoeira surgiu da força da sua história, da diversidade das suas tradições e do grande potencial cultural e turístico que a cidade carrega, despertando a curiosidade e a atenção de pessoas, mesmo as que já tiveram algum contato com essa riqueza de informações.

O evento foi realizado, entre 10 e 24 de setembro de 2009, no Centro de Artesanato do Pelourinho, em Salvador, com exposições de artesanato, fotografias e livros, além de mostras de vídeos e músicas que exibiram a vida da Cidade Heróica.

Contou com a presença de personagens e personalidades que vivem e divulgam, para além de suas fronteiras, o dia-a-dia de Cachoeira, como artesãos, músicos, poetas, religiosos, entre outros convidados que relataram a relação deles com a cidade e o seu povo. Através dessa atividade, o Instituto Mauá propiciou o encontro do seu público - apreciadores de arte, artistas, turistas, pesquisadores, educadores, estudantes, decoradores etc. - com o que Cachoeira tem de mais expressivo: a força das suas tradições.

### **Fomento**

As ações de Fomento ao Artesanato visam o fortalecimento da cadeia produtiva dos núcleos artesanais e das associações e cooperativas de produção. Estas ações obedecem a determinados critérios técnicos, entre eles a diferenciação por Territórios de Identidade na geografia do universo artesanal baiano, permitindo, assim, diagnosticar situações específicas, em especial aquelas em que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH apresenta níveis muito insatisfatórios ou absolu-

tamente baixos, sugerindo a necessidade de se implementarem ações e atividades geradoras de trabalho e de renda através dos programas de qualificação do artesão.

Fomentou-se o artesanato, no ano de 2009, em mais 20 novos municípios, além dos 25 cujo trabalho de capacitação foi iniciado em 2008, beneficiando 1.500 artesãos em 45 municípios em diversos territórios de identidade.

Outras ações de fomento podem ser destacadas:

- Oficinas ministradas no Pelourinho, distribuídas nos dois semestres, encaminharam pessoas a uma melhoria da qualidade de vida através da geração de ocupação e renda.
- Oficinas de tecelagem e cerâmica na Obras Sociais Irmã Dulce - Osid, envolvendo 80 jovens aprendizes.
- Oficinas de resgate de técnicas artesanais realizadas em comunidades localizadas nos municípios de Vitória da Conquista, Boa Nova e Santa Terezinha.
- O trabalho de *frivolité* em Vitória da Conquista, onde apenas duas ex-alunas do Mauá sabiam a técnica mas não obtinham renda com esse trabalho, foi fortalecido em 2009. Com o resgate desta técnica pelo Mauá, 26 mulheres formaram o grupo para capacitações de técnicas em *frivolité* com agulhas e navetes, desenvolvimento de produtos, formação de preço e gestão solidária, agregando valores culturais e identitários. Atualmente, o *frivolité*, além de estar se transformando em uma fonte de renda em Vitória da Conquista, expandiu-se e sua arte pode ser encontrada em roupas, bolsas, toalhas, panos de bandeja e calçados comercializados nas feiras de artesanato, associações e lojas do Mauá em Salvador.
- Em Boa Nova, o trabalho de produção de cestas de cipó ginele em miniaturas, vendidas a valores irrisórios, quase fez as mulheres da Associação do Valentim na Criação do Artesanato desistirem da atividade que é tradição naquele município para buscar outra alternativa de sobrevivência. Estimuladas e engajadas no trabalho desenvolvido pelo Mauá, o grupo constituído de 15 artesãs participou de cursos de *design* de produtos, formação de preço, associativismo, educação ambiental e seminário

sobre artesanato, o que ajudou no desenvolvimento da sua produção, levando mais organização e geração de renda, além de elevar a auto-estima do grupo. A produção de flores, bonecas, bijuterias e objetos utilitários em fibra tem tido boa aceitação no mercado local, nas lojas do Mauá em Salvador e em municípios como Vitória da Conquista e Jequié.

- Em Esplanada, na comunidade de Baixios, um local de visitação turística, a produção e venda artesanal era incipiente, levando as artesãs à desistência da atividade. Em razão da facilidade da aquisição da matéria-prima excedente de uma fábrica de leite de coco, foram desenvolvidos novos produtos e embalagens. Atualmente, 20 artesãs produzem bijuterias com a casca do coco agregada à prata e a outras matérias-primas. A produção vem assegurando acesso a diversos mercados, tendo participado, em julho, da Rodada de Negócios realizada pelo Sebrae em parceria com o Mauá.
- Em São Sebastião do Passé, tanto na sede quanto no distrito de Maracangalha, os trabalhos apresentam resultados relevantes para as artesãs, a partir do entendimento da necessidade de se organizarem de forma associada, aprimorando a qualidade dos produtos.
- A atuação do Mauá no município de Santa Terezinha é concentrada na comunidade quilombola de Campo Grande, envolvendo um grupo de 15 mulheres que sobrevivem do trabalho na lavoura e da criação de caprinos. O objetivo do trabalho foi a geração de renda através do artesanato das palhas de ouricuri, licurioba e caroá, que estava em fase de extinção. A pouca produção era apenas de esteira, bocapio e chapéus, tingidos com papel de mimeógrafo. Capacitadas nas áreas de *design* de produtos e organização da produção, associativismo, tingimento, educação ambiental e formação de preço, o grupo está finalizando a produção das peças novas para o lançamento da Coleção "Cantiga Quilombola", composta de bolsas, bocapio, cestas, chapéus, carteiras e bolsa de viagem com cores naturais e formas criadas junto com a comunidade, que bem expressam a cultura quilombola.

Entre as ações de continuidade, está o Projeto de Qualificação para Artesãos do Município de Sal-

vador. Planejada a partir de diversas solicitações dos próprios artesãos, o tema explorado em 2009 foi o barroco, estilo presente de forma marcante no nosso sítio histórico e que possibilita maior facilitação na aprendizagem e, conseqüentemente, o estudo da arte. Participam desta edição 37 artesãos, beneficiados com os módulos de: Introdução à História da Arte; Identidade Cultural;

Desenvolvimento de Produtos; e Convivendo com as Diferenças, além dos módulos oferecidos pela parceria com o Sebrae: Formação de Preços; Gestão Empreendedora; Comércio Exterior, Promoção e Comercialização.

A Tabela 24 sintetiza quantitativamente o que foi descrito acima.

**TABELA 24**

**PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PARA ATERSANATO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR  
BAHIA, 2009\***

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	ARTESÃOS ATENDIDOS
2 - Velho Chico	Serra do Ramalho	82
3 - Chapada Diamantina	Seabra	20
4 - Sisal	Conceição do Coité	29
	Tucano	23
5 - Litoral Sul	Itacaré	43
6 - Baixo Sul	Gandu	47
7 - Extremo Sul	Prado	34
Sertão do São Francisco	Remanso	103
	Campo Alegre de Lourdes	16
Sertão Produtivo	Ituaçu	47
	Malhada de Pedra	21
Piemonte do Paraguaçu	Santa Terezinha/Campo Grande	62
	Itatim	14
Bacia do Jacuípe	Capela do Alto Alegre	26
Semi-Árido Nordeste II	Cipó	22
	Heliópolis	108
Portal do Sertão	São Gonçalo dos Campos	35
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	12
	Poções	56
Médio Rio de Contas	Boa Nova	28
	Nova Ibiá	48
Piemonte Norte do Itapicuru	Jaguarari	100
Metropolitana de Salvador	Simões Filho	80
	Salinas da Margarida	53
	Salvador	391
<b>TOTAL</b>		<b>1.500</b>

Fonte: Instituto Mauá/Gefar



Por estar liderando a ação de cadastramento do Sistema de Cadastramento Brasileiro – Sicab, a Bahia foi contemplada com um curso para artesãos multiplicadores, que foi promovido pelo Instituto Mauá em parceria com o Programa do Artesanato Brasileiro e a Universidade de Brasília – UNB. Trata-se de um programa piloto em que artesãos que já comercializam serão multiplicadores do desenvolvimento de diferentes competências tais como: criação e inovação do produto, gerenciamento eficaz e relacionamento com o mercado. Participaram 40 artesãos da capital e do interior.

O Instituto Mauá desenvolve, tradicionalmente, a produção de bandeiras e de enxovais. A primeira abastece, principalmente, órgãos públicos oficiais das esferas de governo municipal, estadual e federal e comercializou, até dezembro de 2009, 183 bandeiras; já a segunda atividade objetiva atender às solicitações das Voluntárias Sociais da Bahia, produzindo, em 2009, 7.640 peças.

Também como tradição e resgate de técnicas, o Instituto Mauá desenvolve a produção de bordados com o objetivo de preservar, de forma criativa, essa tipologia artesanal, demonstrando a sua variedade no Estado e escoando através das Lojas do Mauá na Barra e no Pelourinho, em Salvador. Foram produzidas 614 peças até setembro de 2009.

**Incubadoras de Artesanato Indígena e Quilombola** - Em de abril de 2009, ocorreu a implementação das Incubadoras Temáticas de Artesanato, através da parceria SETRE/Sesol e o Instituto Mauá. Foram atendidos 128 artesãos, sendo: 40 no município de Banzaê, do povo Kiriri das comunidades de Mirandela, Marcação e Pau Ferro; 49 no município de Rodelas na aldeia do povo Tuxá; e 39 no município de Simões Filho, nas comunidades remanescentes quilombolas Dandá e Pitanga dos Palmares.

Também foram realizadas ações de resgate da produção de artesanato em cerâmica, tecelagem, cestaria e trançado através de módulos de capacitações, envolvendo os índios tanto na instrutória quanto na condição de aprendizes nas aldeias Kiriri. A mesma metodologia está sendo utilizada na aldeia Tuxá, envolvendo os ramos de bordado e aproveitamento de materiais, como sementes e fibra de caruá.

Já nas comunidades quilombolas de Dandá e Pitanga de Palmares, trabalha-se, além da cestaria e trançado em piaçava, o aproveitamento de tecidos em materiais lúdicos e bordado. Uma técnica de renda tradicional da comunidade quilombola, conhecida como *nhanduti*, está sendo resgatada. Destacam-se, ainda em 2009, a participação dos artesãos de Banzaê e Rodelas na 1ª Exposição Artesanal Indígena, em Paulo Afonso, e a comercialização dos produtos das três incubadoras na Feira de Artesanato e Culinária do Parque da Cidade, em agosto e setembro, e na Feira Baiana de Artesanato no mês de setembro.

Algumas ações são importantes para facilitar e valorizar o trabalho do artesão. O Governo do Estado, através do Instituto Mauá, cadastrou no Sistema de Cadastramento Brasileiro – Sicab 7.434 artesãos em 175 municípios localizados nos 26 territórios de identidade, atendendo à solicitação do Programa do Artesanato Brasileiro, que necessita um levantamento geral do número de artesãos de cada estado, a fim de desenvolver políticas públicas que visam melhorias e avanços para a categoria. Com isso, os artesãos terão facilidade na isenção de ICMS na venda direta dos produtos para o consumidor indireto (lojistas), na participação em eventos produzidos e/ou apoiados pelo órgão e no escoamento do seu produto através das lojas Barra e Pelourinho.

A relevância dos trabalhos pode ser avaliada de forma processual, na medida em que as características dos objetos produzidos evidenciam um avanço no padrão de qualidade anteriormente observado, colocando-se no mercado, a partir de então, de forma mais competitiva sem, no entanto, ferir a sua identidade local ou regional, enfim, sem descaracterizar-se.

### Promoção e Comercialização

No que tange às ações de compras de artesanato, merece destaque a realização de aquisições, em caráter inédito, nos municípios localizados nos territórios do Oeste, Itaparica, Chapada Diamantina, Recôncavo e Litoral Sul. Apesar do contingenciamento que limitou a utilização de recursos, e de não terem sido efetuadas compras nos

meses de janeiro e fevereiro de 2009, período em que o orçamento ainda não havia sido liberado, a perspectiva é de que o total de compras deste ano irá superar o montante alcançado em 2008, que cumpriu a meta estipulada de 25 mil peças a serem adquiridas.

No período de março a dezembro de 2009, foram adquiridas 28.148 peças, que correspondem a 99,7% da meta (ajustada) de 28.221 peças. O não cumprimento de 100% da meta deveu-se à não entrega de produtos artesanais pela comunidade dos Tuxás de Rodelas, devido à questão de logística. O montante de recursos disponibilizados diretamente para o artesão correspondente às peças compradas foi da ordem de R\$ 336,4 mil, conforme a Tabela 25. Cabe ressaltar que foram contemplados 48 municípios em 20 territórios de identidade.

Com relação às vendas de artesanato, a Loja Barra incrementou a variedade de mercadorias. Embora a loja tenha permanecido fechada por 37 dias, em função da implantação da versão mais recente do sistema informatizado de automação comercial, que demandou, temporariamente, esforço extra da equipe interna. Na Loja Pelourinho o destaque de vendas fica com a produção de Bandeiras do Mauá, que atingiu o montante de R\$ 17,7 mil.

**Tabela 26**

**COMPRA DE ARTESANATO  
BAHIA, 2009\*** (Em R\$ 1.000,00)

MÊS	COMPRA	
	QTD. PEÇAS	RECURSOS
janeiro	-	-
fevereiro	-	-
março	3.646	44.168
abril	1.532	22.342
maio	3.288	36.725
junho	1.437	20.107
julho	2.652	26.168
agosto	1.433	9.124
setembro	4.444	50.840
outubro	3.725	36.064
novembro	4.725	65.413
dezembro	1.266	25.425
<b>TOTAIS</b>	<b>28.148</b>	<b>336.376</b>

Fonte: Instituto Mauá/Gepar

\* Dados até setembro

No total das vendas efetuadas pelo Instituto Mauá, destaca-se entre os produtos mais vendidos o "Artesanato em Cerâmica", que gerou uma receita de R\$ 82 mil, equivalendo a 20,7% da receita total, referente à venda de 4.449 peças. Observa-se que os dez ramos artesanais mais vendidos equivalem a 84% da receita, como demonstra a Tabela 26 a seguir.

**TABELA 26**

**RAMOS ARTESANAIS MAIS VENDIDOS  
BAHIA, 2009**

(Em R\$ 1,00)

RAMO ARTESANAL	PEÇAS		FATURAMENTO	
	QUANTIDADE	%	R\$	%
Cerâmica	4.449	18,2	82.741	20,7
Cestaria e trançado	3.703	15,1	51.210	12,8
Bordado	1.174	4,8	36.902	9,2
Madeira	1.408	5,8	32.173	8,1
Retalho	2.127	8,7	27.758	6,9
Tecelagem	1.162	4,8	26.991	6,7
Aproveitamento de materiais	1.257	5,1	25.202	6,3
Lembranças da Bahia	4.337	17,7	20.077	5,0
Metal	183	0,7	17.677	4,4
Bandeira	625	2,6	15.972	4,0
Outros (indígena, vidro, couro, mineral, renda, crochê, macramê, afro-brasileiro, papel, massa fria, instrumentos musicais)	4.024	16,5	63.507	15,9
<b>TOTAL</b>	<b>24.449</b>	<b>100</b>	<b>400.208</b>	<b>100</b>

Fonte: Instituto Mauá/Gepar

\*Dados até setembro

A receita total com a venda de artesanato foi de R\$ 400 mil e a despesa total com a compra de artesanato foi de R\$ 336 mil resultando em su-

perávit de R\$ 63 mil demonstrados na Tabela 27 e no Gráfico 3.

**TABELA 27**

**VENDA E COMPRA DE ARTESANATO  
BAHIA, 2009\***

(Em R\$ 1,00)

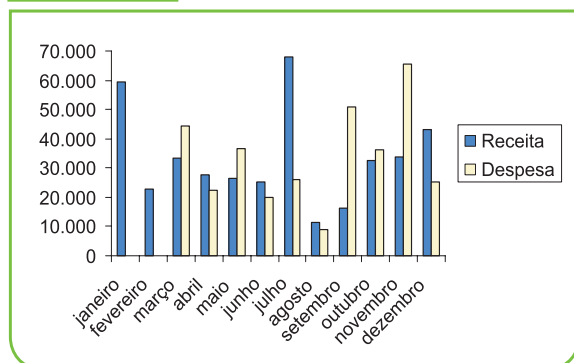
MÊS	RECEITA R\$	DESPESA R\$	SUPERÁVIT R\$
Janeiro	59.564	-	59.564
Fevereiro	22.733	-	22.733
Março	33.505	44.168	-10.663
Abril	27.690	22.342	5.348
Maio	26.506	36.725	-10.219
Junho	25.076	20.107	4.969
Julho	67.979	26.168	41.811
Agosto	11.334	9.124	2.210
Setembro	16.191	50.840	-34.649
Outubro	32.705	36.064	-3.359
Novembro	33.873	65.413	-31.540
Dezembro	43.052	25.425	17.627
<b>TOTAL</b>	<b>400.208</b>	<b>336.376</b>	<b>63.832</b>

Fonte: Instituto Mauá/Gepar

\* Dados até dezembro

**GRÁFICO 3**

**COMPARATIVO RECEITA X DESPESA  
BAHIA, 2009**



Fonte: Instituto Mauá/Gepar

Quanto às ações referentes à realização, promoção e participação e apoio a eventos, destacam-se os já consolidados Feira Baiana de Artesanato e o Delícias do Porto.

A Feira Baiana de Artesanato – FBA, que acontece anualmente no Jardim dos Namorados, em Salva-

dor, sempre no período de setembro a março, reúne mais de 100 barracas, comercializando produtos das mais diversas tipologias artesanais do Estado. A Feira contempla, ainda, demonstrações ao vivo do fazer artesanal, performances de artistas plásticos e apresentações musicais, além de uma praça de alimentação que oferece, através de 20 barracas, itens representativos da típica culinária regional.

Cumprindo sua função primordial de atuar como mais um canal de escoamento dos produtos do artesanato baiano, a FBA alcançou, na temporada 2008/2009, um volume de vendas diretas para os artesãos da ordem aproximadamente de R\$ 706 mil, conforme demonstrado na Tabela 28.

Concebida na década de 70, a então Ceia do Porto comercializava iguarias feitas por baianas filhas-de-santo. Percebe-se que ao longo dos anos, o evento vem se fortalecendo significativamente e, nos dias de hoje, pode-se afirmar, de forma inequívoca, que o “Delícias do Porto” está influenciando positivamente na consolidação do Porto da Barra como uma das grandes referências turísticas em Salvador.

**TABELA 28**

**FEIRA BAIANA DE ARTESANATO  
BAHIA, 2009**

(Em R\$ 1,00)

MÊS	RECEITA GERADA PARA OS ARTESÃOS	Nº DE ARTESÃOS ATENDIDOS
Janeiro	93.012	268
Fevereiro	76.260	234
Março	82.046	252
Setembro	112.132	230
Outubro	168.034	383
Novembro	94.978	249
Dezembro	79.528	134
<b>TOTAL</b>	<b>705.991</b>	<b>1.750</b>

Fonte: SETRE

A partir de 2009, devido à grande aceitação do público, em torno de mil visitantes a cada edição, o Delícias do Porto foi estendido para todas as sextas-feiras do ano, das 12h às 22h, e passou a contemplar, além da culinária regional, a comercialização do artesanato. No dia 27 de novembro, o evento completou um ano de sucesso com venda de mais de R\$ 7 mil, no dia, para artesãos e culinartistas.

Também em 2009, passou a fazer parte do calendário de eventos do Mauá, em parceria com a Superintendência de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador, a Feira de Artesanato e Culinária, que acontece no Parque da Cidade, acompanhando o projeto Música no Parque.

Em parceria com a Secretaria de Turismo – SETUR e a Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa, o Mauá promoveu a Feira de Turismo da Bahia e a Feira de Artesanato, durante a realização do Espicha Verão, dando visibilidade ao legítimo artesanato produzido no Estado. Foram comercializadas peças de Salvador e outras localidades, resultando em um saldo de vendas que superou R\$ 33 mil, durante três sábados no mês de março. A Feira também contou com barracas de culinária típica.

A III Feira de Artesanato Indígena, realizada em parceria com a SECULT, aconteceu no período de 10 a 13 de março no Campo Grande, contando com a participação de 15 etnias. Esse evento propiciou, além da demonstração da cultura indígena, a comercialização dos produtos artesanais diretamente pelos índios artesãos.

Foi promovida, em parceria com o Sebrae, a 2ª Rodada de Negócios do Artesanato Baiano, que reuniu representantes de grandes redes de lojas do país e de comunidades artesanais baianas, com o objetivo de aproximar os segmentos empresarial e de produção de artesanato, promovendo-o nacionalmente. O Governo da Bahia, por intermédio do Instituto Mauá, viabilizou a participação de seis associações da capital e do interior. A Rodada atingiu seu objetivo, merecendo destaque o total de vendas diretas realizadas pelos artesãos, incluídos os pedidos de encomendas, que superaram o valor de R\$ 155 mil.

Concebida e realizada pelo Instituto Mauá, na galeria Cañizares da Escola de Belas Artes da Ufba, a exposição “Cerâmica da Bahia” obteve grande êxito, contribuindo significativamente para a elevação do artesanato baiano ao patamar conquistado pela arte plástica.

### **1º Salão do Artesanato e Arte Popular**

O 1º Salão de Artesanato e Arte Popular tem como objetivo o resgate, a preservação e a promoção do fazer artesanal. Nele estão inseridos todos os ramos artesanais trabalhados no nosso Estado, sendo uma forma de dar visibilidade ao artesão e ao produto, considerando-os como obra de arte e um bem cultural imaterial.

Em 2010, serão premiados os primeiros lugares de cada ramo, como também um prêmio “Destaque Governo do Estado da Bahia”. O salão, suas premiações e as salas em homenagem aos mestres artesãos e artistas populares constituem-se em um resultado das ações desenvolvidas pelo Instituto Mauá por meio de gestão institucional para o setor artesanal.

O Ministério da Cultura – MinC aprovou, em abril de 2009, através da lei de incentivo fiscal Pronac-Mecenato (Lei Rouanet), aproximadamente R\$ 800 mil para as seguintes etapas de pré-produção e produção desenvolvidas até o mês de setembro: projeto da logomarca, convite ao corpo de curadores, *link* para *site*, fichas de inscrições, formulários, envelopes, folders, cartazes, contratação do captador de recursos e abertura das inscrições para o salão com encerramento em 30 de novembro.

### **Grupo de Trabalho para o Artesanato**

Constituído com o propósito de implantar o Comitê Gestor para a construção de um Plano de Ação e Políticas de Articulação Territorial para o Desenvolvimento do Artesanato na Bahia, este Grupo de Trabalho é o resultado de uma ação transversal com a participação de várias instituições governamentais e não governamentais, além de representantes dos artesãos autônomos, associações e cooperativas, a partir de uma parceria da SETRE/Instituto Mauá com a Secretaria de Cultura – SECULT, quando da realização do

Encontro Baiano de Artesanato em 2008. Nessa ocasião, o Mauá foi indicado para coordenar os trabalhos na condição de autarquia que tem por finalidade executar a política de preservação, incentivo, promoção e divulgação do artesanato no Estado.

Com a proposta de evitar sobreposição de ações entre parceiros e fortalecer o segmento artesanal, os subgrupos temáticos discutiram assuntos relativos à conceituação/preservação da identidade cultural, acesso a mercados, capacitação, legislação/normatização e planejamento estratégico.

O grupo vem se reunindo mensalmente, dando continuidade à proposta do documento gerado a partir do já referido evento, construindo as bases do que conduzirá a elaboração de projetos para o setor que contemple os mais variados aspectos sob a ótica dos parceiros envolvidos.

### **Publicidade Institucional**

Além de divulgar as ações, projetos e realizações do Mauá para as demais secretarias de governo e o público em geral, o Boletim Informativo do Instituto, lançado em 2009, funciona como ferramenta de aproximação entre as gerências e o quadro de funcionários do órgão, que se mantém constantemente informado sobre cada setor. O boletim é também um canal de comunicação com os artesãos, público-alvo de nossa linha de atuação. Ao divulgar os cursos de capacitação, atividades de fomento, feiras, eventos, propostas em curso e em fase de elaboração, o informativo do Mauá permite ao artesão estar sempre inteirado de como participar e ser beneficiário das ações do instituto, além de se atualizar sobre demais conteúdos e assuntos de interesse do setor artesanal.

### **Seminário sobre o Artesanato Baiano**

O Governo da Bahia, por iniciativa do Instituto Mauá, realizou, com a participação de artesãos e pessoas que se identificam com a arte e o artesanato baiano, um seminário culminando com o lançamento da publicação “A Cerâmica Popular da Bahia – Uma Leitura Poética Originária, de Dante Augusto Galeffi”.



## **Mercado Vivo**

A proposta do Mercado Vivo do Artesanato e Arte Popular é de um espaço permanente de arte, lazer e compras, destinado a apoiar e promover diversas manifestações da cultura popular da Bahia - artesanato, música, folclore, culinária - com ênfase na promoção, divulgação e comercialização do artesanato. A iniciativa tem como proposta um efetivo apoio ao escoamento da produção de artesãos autônomos, de núcleos, de associações e de cooperativas, garantindo a geração de renda para, aproximadamente, quatro mil artesãos. O projeto arquitetônico foi elaborado e o projeto técnico está em fase de adaptação e levantamento dos custos, para a instalação de móveis, estantes e equipamento. Não foi possível, em 2009, a implantação do Mercado, tendo em vista a dificuldade quanto à definição da área para a sua construção.

## **Desenvolvimento de Pessoas**

A capacitação oferecida pelo Programa do Artesanato Brasileiro – PAB aos gestores e técnicos, teve como objetivo atualizar os gestores para o desempenho da sua função no setor artesanal, compreendendo a gestão nos seus mais diversos aspectos, através do desenvolvimento de equipes e implementações de ações inovadoras para o artesanato. Este projeto foi realizado em parceria com o PAB-UNB e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração – Cetead, distribuídos em quatro módulos de 40 horas, perfazendo um total de 160 horas.

Todos os aspectos da cadeia produtiva foram analisados, facilitando, desta forma, a compreensão da realidade atual do artesanato. Além disso, os técnicos que estão lidando diretamente com os artesãos receberam capacitação sobre metodologia de intervenção nas comunidades contempladas com algum projeto, visando aprimorar a valorização das identidades e particularidades de cada grupo.

Da Bahia, foram dois técnicos do Instituto Mauá e um representante de uma ONG que atua no setor artesanal. A carga horária foi de 80 horas, e todo o conteúdo foi apresentado através de uma metodologia totalmente vivencial, o que facilitou bastante a aprendizagem.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

### **Programa Bahia Jovem / Trilha Jovens Baianos**

Desenvolve ações através de projeto de formação de qualificação pessoal e profissional voltadas para jovens de 16 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social em parceria com organizações, com foco no protagonismo juvenil.

Hoje são seis os projetos desenvolvidos com as organizações: Coordenação para o Desenvolvimento da Morada Humana – CDM, Omi Dudu, Refaisa e Aecofaba, Obras Sociais Irmã Dulce, Fábrica Cultural, Pracatum e Adesol.

O Instituto Ação para o Desenvolvimento Social Integrado – Adesol atua em parceria técnica com a Universidade Católica de Salvador, através da Escola de Serviço Social, para o desempenho das seguintes ações:

- Acesso do jovem a uma formação teórica-prática, com 560 horas, envolvendo temas relacionados às questões de cidadania, autoestima, protagonismo, projeto de vida e desenvolvimento comunitário;
- Ter como facilitadores jovens egressos da escola pública com história de protagonismo e egressos de organizações não governamentais e/ou pública, que atuam com projetos comunitários;
- Construção do pensamento crítico no jovem;
- Realização de parceria com a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti – ARD/FC, Serviço de Extensão Permanente da Faculdade de Medicina da Bahia – FMB da Universidade Federal da Bahia – Ufba, com o Projeto Capacitação de Jovens Multiplicadores das Ações de Redução de Danos em Áreas Críticas de Salvador. Este projeto, através da construção de práticas sociais distintas das que os jovens vivenciam no modelo de educação formal e no cotidiano de bairros marcados pela violência e pelo tráfico de drogas, oportunizou a elaboração de um projeto sobre o próprio jovem e da sua comunidade. Entre outros objetivos, o projeto pretende promover a sensibilização do público-alvo acerca



da prevenção do uso abusivo de substâncias psicoativas e de práticas sexuais de risco, através da ótica de Redução de Danos;

- O Projeto TV Pelourinho, em parceria com Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia – Irdeb, e a ONG Ação pela Cidadania é um projeto consolidado. O programa “Alô Pelô”, que trabalha com a criação de vídeos temáticos sobre o Centro Histórico de Salvador, vai ao ar diariamente pela TV Educativa – TVE, sempre às 12h15 e 19h. Totalmente produzidos pelos jovens participantes, segue a nova ordem da tendência mundial na área das comunicações, na qual quem produz conteúdo é o cidadão comum, através de meios alternativos de comunicação;
- Premiação pelo Projeto “Educar para Construir”, promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia - Sinduscon-BA com o Prêmio CBIC de Responsabilidade Social 2009.

O Programa Trilha Jovens Baianos executou a transversalização das suas ações com foco na formação dos jovens para inclusão no mercado de trabalho, priorizando os beneficiários na inclusão sócio-produtiva, articulando Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social e Transferência de Renda.

Inseriu egressos da Fundação da Criança e Adolescente – Fundac no Projeto Juventude na Ativa, para a ressocialização e inserção no mercado de trabalho e promoveu a articulação com o Projeto Mulheres da Paz e Protejo, nos Centros Sociais Urbanos – CSU, potencializando as ações de prevenção à violência na juventude.

Em relação aos dados quantitativos, no início da gestão, foram atendidos mil jovens oriundos da Região Metropolitana de Salvador – RMS, através de convênio com a Fundação Luís Eduardo Magalhães. Atualmente, possui convênio com sete entidades, atendendo cerca de 7 mil jovens em 35 municípios da Bahia.

O Programa está inserido em um processo de resgate da cidadania e promoção de direitos dos jovens, bem como de inclusão social de suas famí-

lias e comunidade envolvida. A intenção é fortalecer os vínculos familiares e sociais, promovendo o protagonismo da juventude baiana.

## Trabalho Decente para Jovens

**Juventude Cidadã** - O Projeto Juventude Cidadã atende jovens de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, matriculados na Educação Básica regular da rede pública, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos ou que já tenham concluído o Ensino Médio. O projeto proporciona a qualificação sócio-profissional dos jovens, além do reforço escolar e do acompanhamento e avaliação das ações do serviço social voluntário que eles realizam junto às suas comunidades. Ao final do processo, busca-se garantir a inserção no mundo do trabalho de pelo menos 30% dos jovens que concluem o projeto.

Na capital, em maio de 2009, foram certificados 1.600 jovens do projeto, distribuídos em 18 bairros da cidade e que tiveram sua qualificação iniciada em junho de 2008. Em dezembro de 2009, foram certificados mais 1.400 jovens residentes nos bairros da Federação, Cajazeiras, Paripe, Tancredo Neves, Mata Escura, Barbalho e São Cristóvão.

No interior do Estado, em agosto de 2009, foram certificados 5,1 mil jovens do projeto, distribuídos em 54 municípios. Em dezembro de 2009, foram certificados mais 2,7 mil jovens distribuídos em 28 municípios, abrangendo 16 territórios de identidade.

No total, serão qualificados 10,8 mil jovens baianos, superando a meta de 10,6 mil jovens prevista no Convênio 125/2007, celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, conforme Anexo 1.

No que tange à meta de inserção dos jovens qualificados, a SETRE vem realizando, juntamente com as entidades executoras contratadas para implementação do projeto, ações visando à captação de vagas e intermediação dos jovens certificados.

Neste sentido, a Secretaria buscou também a parceria de empresas que contribuam de forma significativa na implementação das ações do projeto, oferecendo a prática profissional, laboratórios, ma-

teriais e equipamentos. Além disso, as empresas comprometeram-se, ao final do curso, em contratar os jovens que apresentassem os melhores rendimentos nas aulas.

Visando estimular a inserção dos jovens no mercado de trabalho, a SETRE fará, em fevereiro de 2010, o lançamento do Troféu Empresa Amiga da Juventude, para premiar as empresas parceiras e criar um ambiente favorável para captação de vagas com perfil dos jovens certificados através dos programas de qualificação para juventude.

Até o momento, foram inseridos 93 jovens, sendo 69 em Salvador, sete em Correntina, cinco em Teixeira de Freitas, cinco em Guanambi, três em Itabuna, dois em Juazeiro e um em Itamaraju e Santo Antônio de Jesus.

**Programa Trilha SETRE** - Criado pelo Governo do Estado para inserir no mundo do trabalho jovens oriundos de situação de vulnerabilidade social, o Programa Trilha SETRE se propõe a elevar o nível de escolaridade, promover a geração de

renda, qualificação profissional e o protagonismo juvenil, melhorando a qualidade de vida dos jovens baianos através de ações de valorização dos direitos humanos e cidadania voltadas à superação das desigualdades.

Em novembro de 2009, a SETRE assinou contrato com nove entidades executoras, a fim de implementar o programa Trilha SETRE 2009, disponibilizando 3.450 vagas. Como as inscrições foram insuficientes em alguns municípios, as aulas de qualificação social e profissional foram iniciadas em novembro por duas executoras, o Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Sest/Senat – Unidade de Salvador e o Sest/Senat – Unidade de Simões Filho, atendendo 630 jovens em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Os municípios contemplados na primeira etapa do Programa, quantitativo de vagas e os arcos ocupacionais constam na Tabela 29.

**TABELA 29**

**TERRITÓRIOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA TRILHA SETRE  
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ARCOS OCUPACIONAIS	VAGAS
Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	Administração	60
		Turismo e Hospitalidade	90
	Campo Formoso	Administração	90
		Transporte	150
Região Metropolitana de Salvador	Salvador	Turismo e Hospitalidade	120
	Simões Filho	Meio Ambiente	30
		Administração	90
TOTAL			630

Fonte: SETRE/Sudet

## ATENDIMENTO E RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

### Ressocialização de Adolescentes em Conflito com a Lei

O atendimento ao adolescente em conflito com a lei está previsto pelo artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e se particulari-

za pelo conjunto de ações de caráter psicossocial, pedagógica e jurídica na aplicação e execução de medidas sócio-educativas. É efetivado por intermédio do Sistema de Administração da Justiça Juvenil em comum o cumprimento da lei 8.069/90 que instituiu o ECA.

A medida sócioeducativa tem seu desenvolvimento no apoio fundamental às ações administrativas e de

educação, moradia (quando o adolescente estiver em privação de liberdade), profissionalização, orientação às famílias, acompanhamento jurídico, social, psicológico, saúde, desenvolvimento sócio-cultural, esporte, lazer e atividades artísticas complementares. O processo de ressocialização assegura o respeito aos direitos humanos, realizando uma ação sócioeducativa e garantindo a segurança social.

Para execução das medidas sócioeducativas de privação e restrição de liberdade, a Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac mantém o atendimento direto nas Unidades: Comunidade de Atendimento Sócio-educativo – Case de Salvador, Case-Cia, Case-Feira de Santana e Case-Brotas, mantendo ainda o Pronto Atendimento (atendimento inicial) e unidade de atendimento ao adolescente egresso.

A Fundação executa a medida de semi-liberdade no interior do Estado através de convênios com ONG, conforme descrito no item Regionalização. Quanto às medidas de meio-aberto de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, o órgão apóia os municípios para a implantação e execução através de articulação com a Superintendência de Assistência Social – SAS, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza –SEDES.

As ações de execução e acompanhamento das medidas sócioeducativas se realizam contando com o apoio do Governo Federal através de convênios. A Tabela 30 apresenta os convênios em vigência no período 2006-2009.

**Tabela 30**

**CONVÊNIOS COM O GOVERNO FEDERAL - SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS BAHIA, 2006-2009**

OBJETO	POPULAÇÃO BENEFICIADA / ADOLESCENTES	CONVÊNIO	VALOR CONTRAPARTIDA (Em R\$ 1.000,00)
Assegurar melhoria da qualidade de vida do adolescente que se encontra em privação de liberdade através da equipagem do Ambulatório da Saúde da comunidade de atendimento socioeducativo da Case/CIA	104	43	4
Equipar o Ambulatório de Saúde da comunidade socioeducativa- unidade feminina.	104	41	4
Construção de uma comunidade de atendimento em Feira de Santana	90	10.731	5.931
Implantar o sistema socioeducativo em meio aberto (PSC e LA) nos municípios de Vitória da Conquista, Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itamaraju e Itabuna para adolescente autor de ato infracional e dependência química	305	287	38
Implantar o sistema socioeducativo em meio aberto (PSC e LA) com Unidades de Atendimento nos municípios de Valença, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas		150	20
Promover a integração dos gestores e técnicos das 22 Unidades da Federação realização do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		144	14
Construção de uma quadra poliesportiva no Centro Socioeducativo – Case- Salvador	90	124	24
Construção da Unidade Case Camaçari	90	7.200	1.200
<b>TOTAL</b>		<b>18.720</b>	<b>7.235</b>

Fonte: SEDES/Contratos e Convênios

Todas as ações direcionadas ao adolescente em conflito com a lei, em privação ou restrição de liberdade, têm acompanhamento, controle e avaliação,

visando verificar a eficiência, eficácia e efetividade do processo de atendimento, como demonstrado na Tabela 31.

**TABELA 31**

**RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI  
BAHIA, 2008/2009**

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ATENDIMENTO	MEDIDA / ATENDIMENTO	ADOLESCENTE ATENDIDO 2008	ADOLESCENTE ATENDIDO 2009
Salvador	Pronto Atendimento	Pronto Atendimento	3.283	3.276
	Case	Internação Provisória	949	1.140
		Internação	228	450
		Pernoite	599	260
	Egresso	Egresso	468	104
	Case Brotas	Semiliberdade	53	10
Simões Filho	Case CIA	Internação	130	142
Feira de Santana	Case Juiz Melo Matos	Pronto Atendimento	267	252
		Internação Provisória	271	309
		Internação	81	72
TOTAL			6.329	6.015

Fonte: SEDES

Para realização das ações, são mantidas parcerias que as apóiam e as complementam como Secretaria da Educação – SEC, Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Smec, Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional – Senac, Instituto Mauá, Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana – Ceparh, Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – Aco-pamec, Centro de Apoio ao Artesanato Mineral da Bahia – Minarte e Lar Fabiano de Cristo.

Durante o ano de 2009, foi examinada a proposta de atuação técnica da Fundac e iniciadas articulações com a SESAB para renovação de convênio para o Ensino Fundamental da Case Salvador e Case - Cia.

Através de articulações mantidas pela Fundac, o Ministério da Educação e Cultura – MEC liberou recursos do Projeto Mais Educação para três escolas estaduais que atendem ao sócioeducativo, beneficiando 400 adolescentes em oficinas de

letramento, hip hop, fanfarra, rádio comunitária, direitos humanos, horta, basquete, coral, judô e grafiteagem.

As ações em ambiente de oficinas de iniciação profissional, arte-educação e de esportes estão detalhadas na Tabela 32.

Destacam-se as articulações realizadas com a Ufba e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, a fim de firmar convênio para a formação de operadores do Sistema de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, alcançando um total de 300 educadores, sendo 175 da Fundac e 125 dos Creas.

O Órgão mantém ainda parceria com o Centro de Referência do Adolescente Isabel Souto – Cradis, elaborando conjuntamente o Plano Operativo Estadual de Saúde com a Secretaria da Saúde – SESAB e com o Núcleo de Apoio Interinstitucional em Saúde Mental.

**Tabela 32**

**OFICINAS DE ATENDIMENTO  
SOCIOEDUCATIVO  
BAHIA, 2009**

TIPO DE OFICINA	ADOLESCENTES ATENDIDOS
<b>Oficina de Iniciação Profissional</b>	<b>746</b>
Informática	187
Padaria	26
Artefatos de cimento e gesso	60
Serigrafia	31
Confeitaria	2
Cerâmica artística	8
Horticultura	15
Turismo	3
Artesanato variado	127
Doce e salgados	20
Confeções de acessórios	40
Prótese	2
Cabeleireiro	2
Jardinagem	1
Camareira	6
Encaminhamento p/ mercado de trabalho	4
Customização	40
Encanador	20
Eletricista	20
Carpinteiro	20
Criação em arte	2
Pedreiro	20
Encaminhamento para estágio	6
Atendimento na área da saúde	27
Culinária	37
<b>Oficina de Arte - Educação</b>	<b>425</b>
Artes cênicas	13
Arte Plástica	31
Banda e Percussão	93
Teatro	98
Dança	70
Música	50
Expressão Corporal	70
<b>Oficina de Esporte</b>	<b>223</b>
Esportes (variados)	180
Futebol de campo	21
Futebol de Salão	22
<b>TOTAL</b>	<b>1.394</b>

Fonte: SEDES/Fundac

## Regionalização

A assinatura de convênios com organizações não governamentais foi a opção da Fundac, na operacionalização da descentralização das ações sócioeducativas de meio aberto e da medida de semi-liberdade, para contribuir com a meta do Governo do Estado de implantar, até 2011, Unidades Regionais de Atendimento Sócioeducativo de Semi-liberdade, nos 26 territórios de identidade da Bahia.

A medida de semi-liberdade atende Salvador, Vitória da Conquista e Pojuca. Em 2009, consolidou-se a implantação de mais uma unidade em Salvador e as de Juazeiro, Paulo Afonso, Barreiras, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Camaçari, Feira de Santana, com capacidade para 201 adolescentes. Todas as ações são executadas através de convênios, exceção da Case-Brotas, assumidos pela Regionalização, que supervisiona, monitora e presta assessoria técnica.

A regionalização do atendimento a adolescente em conflito com a lei atendeu, através de convênios em 2009, a 501 adolescentes em cumprimento de medida sócioeducativa de semi-liberdade nos municípios de Pojuca, Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Salvador, Juazeiro, Paulo Afonso, Camaçari, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas e Barreiras.

No decorrer de 2009, efetivou-se o repasse da execução das medidas de meio aberto, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, para os municípios, através dos Creas, devido ao cofinanciamento em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo – Sinase. Foram implantados 25 Creas em 25 municípios.

A equipe de Regionalização para a implantação das medidas de meio aberto e de semi-liberdade realizou capacitação para os educadores, preparando-os para prestar ao adolescente autor de ato infracional um atendimento especializado e honrado. O conteúdo do treinamento foi baseado nos fundamentos técnicos pedagógicos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e no Sinase.

Registre-se que a equipe de Regionalização participou de Conferências Territoriais dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos municípios de Medeiros Neto, Itanhém, Jucuruçu, Ilhéus, Porto Seguro, Itaberaba, Camamu, Cruz das Almas, Amargosa e Amélia Rodrigues, proferindo palestras e coordenando a operacionalização do evento, em função da Conferência Estadual que se realizou em Salvador.

### Atendimento a Portadores de Transtornos Mentais

Crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais têm atendimento no Centro de Educação Especial Elcy Freire, em Salvador. Na instituição, são prestados os serviços de proteção especial de alta complexidade a crianças e adolescentes na faixa etária de oito a 18 anos, sem referência familiar, portadores de deficiência, transtorno mental e/ou síndrome genética, procedentes de todo o Estado.

Os serviços proporcionam moradia, atendimento psicossocial e especializado, encaminhamento para a rede escolar, assistência à saúde, atividades de estimulação, terapia ocupacional, esporte, lazer, iniciação profissional e artesanato variado.

O aperfeiçoamento do aprendizado dos adolescentes é realizado no contexto de oficinas e reforço pedagógico, artesanato, serigrafia, horticultura, cidadania, sexualidade e meio ambiente. Os funcionários do Centro são treinados nas oficinas de sensibilização para melhor exercício das atividades junto às crianças e adolescentes acolhidos na organização.

Durante 2009, o Centro Elcy Freire desenvolveu atividades internas, aproveitando as festividades do ano e dias santificados para promover a solidariedade social e o espírito de cooperação nos indivíduos assistidos, com a proposição, principalmente, de integrar os jovens à família e à comunidade.

Atividades externas em parceria com entidades e empresas também foram realizadas para o desenvolvimento do sentimento coletivo, a exemplo de visitas ao Centro Histórico, Jardim Zoológico e restaurantes de Salvador, dentre outros.

A estimulação à inclusão social foi reforçada por intermédio da integração grupal nas escolas da rede oficial de ensino com o desenvolvimento de oficinas

de Arte-educação e Terapia Ocupacional, como demonstrado na Tabela 33. Destaque-se que o "Projeto Verão" foi criado para estimular a criatividade e livre expressão corporal no período de férias escolares.

**TABELA 33**

**OFICINAS DE ARTE-EDUCAÇÃO E  
TERAPIA OCUPACIONAL  
BAHIA, 2009**

ATIVIDADES / OFICINAS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Gincana	75
Oficina pedagógica	4
Oficina de artesanato	20
Oficina de reforço pedagógico	15
Oficina de serigrafia	4
Oficina de horticultura	6
Oficina sobre o meio ambiente	20
Oficinas de cidadania e sexualidade	20
Oficinas de sensibilização junto aos funcionários do abrigo	31
Brinquedoteca	24
Informática	5
Projeto Verão	22
<b>TOTAL</b>	<b>246</b>

Fonte: SEDES

O Abrigo Dr. José Peroba, da mesma forma, trabalha no atendimento e ressocialização, acolhendo 31 crianças e adolescentes entre três a 17 anos. O abrigo funciona em sistema de casas-lares no total de sete, estando cada uma sob a responsabilidade de uma mãe social. Visa atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, lazer e esporte, enquanto orienta e acompanha os abrigados nas áreas psicossocial e pedagógica.

As crianças e jovens foram matriculados em cursos de tecelagem, música, futsal, *hip-hop* e capoeira, objetivando promover os laços de convivência entre escola, comunidade e o desenvolvimento cultural através do exercício da cidadania e da valorização de suas potencialidades.

Palestras sobre sexualidade, racismo e relações interpessoais foram realizadas, proporcionando a formação e a capacitação das mães sociais.



Em 2009, consolidaram-se as articulações para o repasse do Abrigo à Prefeitura Municipal de Salvador, através da Fundação Cidade Mãe, conforme recomenda o ECA, com o início dos trabalhos previstos para 2010.

Visando a inclusão social da clientela, foram realizados contatos com diversos parceiros: escolas públicas municipais, Centros Sociais Urbanos, Programa Escola Aberta e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae.

Também foi incentivada, através de reforços sociais, a participação em eventos e atividades de lazer na comunidade, como passeios em pontos turísticos de Salvador, realização de oficinas de artes, dança, lecto-escrita, arte de brincar e jogos cognitivos, além da presença em festividades, como o aniversário da Fundação Cidade Mãe, Festa Junina, Exporural e Desfile do Sete de Setembro.

Quanto à iniciação no mundo do trabalho, os jovens são encaminhados à Apae para serem avaliados, selecionados e preparados para inclusão no mercado.

Foi proporcionada a participação de dez adolescentes em oficinas profissionalizantes e culturais (in-

formática, panificação, estética, mosaico, culinária, teatro, artesanato) na Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão.

Destaca-se como uma das ações mais relevantes do abrigo a reintegração do adolescente ao convívio familiar. O processo de reaproximação de adolescentes, família e comunidade, culminou no retorno familiar de cinco adolescentes.

Na área da saúde, realizaram-se atendimentos biométricos através de convênios e parcerias com a rede de saúde do Estado, clínicas, Postos de Saúde, Escola Baiana de Medicina, dentre outros.

Destacam-se também ações voltadas para o atendimento especializado nas áreas de psiquiatria, psicologia, pedagogia, nutrição, serviço social, médico-odontológico, enfermagem e educação física, o início de curso profissionalizante de cultivo de mini-horticultura como terapia ocupacional, e atividades da vida prática e atividades de vida diária.

O atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social tem suas ações complementadas através de convênios, conforme Quadro 4.

#### QUADRO 4

#### ATENDIMENTO A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL CONVÊNIOS BAHIA, 2009

CONVENIENTE	OBJETO	VIGÊNCIA	ADOLESCENTES ATENDIDOS / MÊS
Fundação Rainha dos Apóstolos	Cooperação mútua com a finalidade de prestar assistência apóio e proteção à crianças na faixa etária entre 03 e 06 anos, oferecendo formação educação infantil.	01/06/2008 à 01/09/2009	300
Dispensário Santana	Atendimento a meninos e meninas carentes em situação de risco pessoal e social.	05/01/2009 à 05/01/2010	200

Fonte: SEDES

Para oferecer serviços de proteção social básica e apoio à inclusão social a adolescentes e jovens adultos, encaminhados pelo Sistema de Garantia de Direitos, e de egressos da Fundac e seus familiares, e de remidos, envolvidos em ato infracional, o Centro de Cultura e Arte do Pelourinho – Cecap

trabalha cumprindo medidas sócioeducativas de semi-liberdade e liberdade assistida.

Esta unidade funciona como Centro de Educação e Formação em Arte-educação e Artesanato, atendendo adolescentes na faixa etária de 14 a

18 anos incompletos que venham encaminhados pelo Ministério Público, Central de Medidas em Meio Aberto, Juizado da Infância e da Juventude, Conselhos Tutelares ou das seguintes unidades da Fundac: Programa de Atendimento ao Egresso, Casa de Atendimento Sócioeducativo – Case Brotas, Centro de Educação Especial Elcy Freire e Abrigo Dr. José Peroba. Dentro da perspectiva de inclusão da comunidade, o atendimento é ex-

tensivo aos adolescentes que residem no Centro Histórico.

As oficinas sócioeducativas realizadas em 2009 estão descritas na Tabela 34. Além da formação técnica para o trabalho e artes, o Cecap oportunizou a apresentação de dez adolescentes alunos da oficina de dança de rua na VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**TABELA 34**

**ATENDIMENTO A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL - OFICINAS  
BAHIA, 2009**

OFICINAS	QUANTIDADE/ AULAS	ADOLESCENTES BENEFICIADOS
Inclusão Digital	180	195
Oficina de Confecção de Bolsas Artesanais	128	21
Oficina de Amarradinho	128	11
Oficina de Bordado	68	8
Oficina de Fuxico	68	7
Oficina de Tecelagem	128	10
Oficina de Lapidação	128	16
Oficina de Percussão	114	29
Oficina de Criação de Arte	128	25
Oficina de Teatro	103	43
Oficina de Dança	99	25
Oficina de Palhaço	20	2
<b>TOTAL</b>		<b>392</b>

Fonte: SEDES

A Tabela 35 apresenta todo o atendimento da Fundac: as medidas sócioeducativas, medidas de

proteção, situação de risco e família, na capital e no interior do Estado.

**TABELA 35**

**ATENDIMENTO TOTAL DA FUNDAC – CRIANÇA E ADOLESCENTE  
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ATENDIMENTO	MEDIDA / ATENDIMENTO	CRIANÇAS / ADOLESCENTES ATENDIDOS 2009
Salvador	Pronto Atendimento	Pronto Atendimento	3.276
	Case Salvador	Internação Provisória	1.140
		Internação	450
		Pernoite	260

Continua

Conclusão da Tabela 35

Salvador	Egresso	Egresso	104
	Case Brotas	Semiliberdade	10
Simões Filho	Case CIA	Internação	142
Feira de Santana	Case Juiz Melo Matos	Pronto Atendimento	252
		Internação Provisória	309
		Internação	72
Salvador	Cecap Pelourinho	Remido, egressos, em cumprimento de medida	271
	Elcy Freire	Abrigo – situação de risco	53
	José Peroba	Abrigo – situação de risco	31
Ilhéus	Cerafis	Liberdade Assistida e P. de Serviço à Com. LA e PSC	101
Itabuna	Cerafis	LA e PSC	35
Canavieiras	Cerafis	LA e PSC	15
	Casa de Convivência	Semiliberdade	17
Pojuca	A Partilha	Semiliberdade	36
Vitória da Conquista	Fundação Educacional de Vitória de Conquista	Semiliberdade	22
		LA e PSC	178
Feira de Santana	Rainha dos Apóstolos	Risco pessoal e social	300
	Dispensário Santana	Risco pessoal e social	200
<b>TOTAL</b>			<b>7.274</b>

Fonte: SEDES/Astec–NPDPH

Na busca da melhoria contínua de gestão, a Fundac realizou ações capazes de cultivar a qualidade de vida de seus colaboradores de forma lúdica e participativa. Em comemoração ao Dia do Servidor Público, a Fundac realizou no Teatro da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, a Mostra de Talentos, proporcionando aos seus colaboradores um espaço para expressão de seu potencial criativo e generosa troca cultural entre colegas, parceiros e amigos.

Para melhor desempenho da máquina gerencial, maior humanização, agilidade e modernidade, o órgão adquiriu novos equipamentos eletroeletrônicos, investiu na ampliação do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência – Sipia, migrando para Cia. de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb.

Para proporcionar maior isonomia salarial e contribuir na motivação dos colaboradores, foram concedidos 30% de gratificação de salário aos contratados pelo convênio firmado entre a Fundac e a Fundação José Silveira.

Encontra-se em andamento o processo de implantação do Sistema de Cogestão para as Unidades de Atendimento Sócioeducativo da Fundac.

Para melhoria do atendimento e preenchimento de vagas do quadro de servidores, foi realizado o Processo Seletivo Simplificado via Regime Especial de Direito Administrativo – Reda, para contratação de orientadores e de motoristas. O mesmo processo está sendo realizado para a contratação de 205 servidores nos cargos técnicos de nível médio e superior.

Tendo como foco prestar atendimento de qualidade ao adolescente em cumprimento de medida, o Estado vem investindo em novas unidades que possibilitem atendimento individualizado e em grupos menores, espaços físicos urbanizados, áreas para lazer e esportes, salas de aula e oficinas previstas em projeto pedagógico modelo, de acordo com os ditames legais. Em 2009, foram realizadas obras em Salvador, Feira de Santana e Camaçari, envolvendo recursos da ordem de R\$ 9,1 milhões para a construção e recuperação de unidades de atendimento sócioeducativo.

### Fecriança

O Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente – Fecriança tem a finalidade do gerenciamento e aplicação dos recursos destinados ao atendimento das políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes do Estado da Bahia.

A aplicação dos recursos do Fundo é executada conforme a deliberação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Ceca e a fiscalização compete ao próprio Conselho, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

Os recursos do Fecriança são constituídos das seguintes fontes:

- Dotações orçamentárias – recursos destinados pelo Poder Público;
- Destinações de Pessoas Físicas e Jurídicas;

- Doações de bens;
- Transferência do Governo Federal, Estadual ou Órgãos internacionais;
- Valores provenientes de aplicações financeiras.

Com base no artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece como preceito a dedução “do imposto devido, na declaração do imposto sobre a renda, o total das doações feitas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente – nacional, estaduais, ou municipais – devidamente comprovada e obedecidos os limites estabelecidos em Decreto do Presidente da República”, para captar novos doadores e parceiros, representantes do Fecriança realizaram as seguintes ações:

- Palestra divulgando a legislação aplicada ao Imposto de Renda, em instituições, empresas e entidades de grande porte de Salvador;
- Divulgação, através de frases explicativas, da destinação de recursos, nos extratos do Banco do Brasil e nos contracheques dos funcionários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf, Coelba e servidores do Governo do Estado;
- Confecção de cartilhas e *folders*;
- Participação no Encontro Nacional do Conanda, em Brasília, com os Conselhos e Fundos Estaduais.

Na Tabela 36 estão discriminados os projetos do Fecriança com financiamento.

**TABELA 36** FECRIANÇA - PROJETOS FINANCIADOS  
BAHIA, 2009

PROJETO	OBJETO	RECURSOS APLICADOS (Em R\$ 1.000,00)
"Inclusão na Qualificação Profissional do Menor Aprendiz" - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE / Salvador	Promover a qualificação profissional e social de 40 adolescentes aprendizes com e sem deficiência intelectual, visando uma melhor formação profissionalizante e consequentemente uma melhor formação acadêmica, ocasionando uma melhor qualidade de vida.	44
"Gerando Cidadania" - CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular	Visa fortalecer o Sistema de Proteção e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente nos municípios da área de influência dos lagos da Chesf: Abaré, Curaça, Chorrocho, Glória, Santa Brígida, Sobradinho e Macururé.	303
"Violência Doméstica não Educa, Diálogo Sim" - Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental - IDESAB	Visa enfrentar a problemática da violência doméstica nas dimensões físicas, psicológicas e negligência contra a criança e adolescente, atendendo aos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Canudos.	241

Continua

Conclusão da Tabela 36

"Bem Me Quer" - Associação Comunitária Amigos do Centro São João de Deus	Resgatando e Construindo Direitos da Criança e do Adolescente Deficiente. Atende os municípios de Serrinha, Conceição, Ichu, Coité, Barrocas. Visa a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência, através do fortalecimento de ações que possibilitem, também, a integração familiar e comunitária dos mesmos.	246
"Fazendo a Diferença na Vida do Autista" Associação Autista de Feira de Santana	Visa disponibilizar o atendimento à família e diagnóstico psicológico, pedagógico, fonoaudiológico, fisioterapêutico, social e biológico com as crianças, visando um tratamento adequado à síndrome autista e envolver o público através de palestras, cursos, consultorias e ações integradas, dando um enfoque para a desenvolvimento dos autistas.	250
"Família Acolhedora" - Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Buritirama	Visa contribuir para a inclusão social através do fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como a inserção na rede de serviços.	141
"Tecendo a Manhã" - Educação e Mobilização Social - Abante	Visa apoiar o desenvolvimento integral das crianças de até 6 anos do município e de suas famílias, a partir do fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos existente no município, da sua articulação com políticas públicas e com a sociedade civil, e da capacitação de reeditores para atuação junto às famílias euclidesenses no sentido do pleno exercício de suas competências.	184
<b>TOTAL</b>		<b>1.409</b>

Fonte: SEDES

Estão em fase de financiamento 14 projetos de desenvolvimento pedagógico de caráter inclusivo e permanente nas áreas de reforço escolar, arte-educação, literatura, teatro, informática, cidadania e protagonismo juvenil e implantação de rádio comunitária, para atender a cerca de 600 crianças e jovens, envolvendo recursos da ordem de R\$ 675 mil.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

O ano de 2009 foi marcado pela ampliação dos serviços vinculados ao Sistema Único da Assistência Social – Suas para os municípios baianos. Dos 417 municípios do Estado, 415 encontram-se habilitados para a gestão do Suas. Esta evolução implica incremento nos recursos estaduais repassados, por meio do cofinanciamento (transferência fundo a fundo), o que aumenta as potencialidades financeiras e estruturais dos municípios para proverem suas populações de serviços de assistência social, especialmente os relativos à Proteção Social Básica. O volume de recursos aportado, por

meio da Superintendência de Assistência Social – SAS, órgão vinculado à SEDES, poderá superar os R\$ 44 milhões.

O avanço na habilitação dos municípios promoveu, no Estado, resultados substanciais no que concerne ao atendimento a populações socialmente vulnerabilizadas, atendendo, atualmente, 7,7 milhões de famílias na Bahia.

Uma vez habilitado no nível inicial de gestão do Suas, o município já se torna apto a receber os recursos compatíveis ao seu Índice de Gestão Descentralizada – IGD, o que lhe garante um valor mensal para a melhoria das condicionalidades relativas ao Programa Bolsa Família, que tem como alvo famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco. Em 2009, acentuou-se a concentração de municípios em gestão básica, o que gerou impacto bastante positivo na implementação do Programa de Atenção Integral à Família – Paif, ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social – Cras.

Tendo em vista a imensa demanda por informações que esta nova dimensão da Assistência Social provocou nos municípios, e dado o eixo fundamental do Suas baseado na territorialização dos serviços, a SEDES buscou ao longo do ano estabelecer um diálogo mais próximo e constante com os gestores municipais.

Foi realizado, em junho de 2009, um encontro de capacitação para prefeitos e secretários municipais de Assistência Social da Bahia. Nesta ocasião, foram reunidos 227 prefeitos, acompanhados pelos gestores locais da assistência social, por assessores e por técnicos da área, para ouvirem orientações e debaterem questões relacionadas à gestão, bem como ao financiamento dos serviços, com a presença de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Além deste encontro, ocorreram ainda outros momentos de formação voltados a equipes técnicas e gestores, tanto no campo da Proteção Social Básica, como da Especial, em diferentes territórios baianos. Somam-se a esses esforços as atividades de monitoramento e assessoramento, presenciais e à distância, cotidianamente implementadas pelas coordenações, o que tem contribuído sobremaneira para a referência da SEDES como coordenadora da política estadual de Assistência Social junto aos municípios, bem como para a qualificação dos serviços prestados.

Duas importantes conquistas referem-se à Proteção Social Especial: a pactuação pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB, do cofinanciamento dos municípios para execução das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti em 2010 e a ampliação de recursos da Rede de Serviço de Ação Continuada – SAC, que passou a integrar o programa Bahia Acolhe. Estes dois aspectos são dignos de observação, por sinalizarem o aprimoramento dos serviços da Proteção Social Especial, bem como o seu alcance a um número cada vez maior de municípios baianos.

Outro eixo estruturante do Suas vem sendo aprimorado pelo Estado da Bahia. Trata-se da intersetorialidade no planejamento e execução de ações de assistência social. Sobre esse ponto, vale ressaltar a Caravana do Peti, coordenada pela SEDES, que reúne representações do Ministério Público Estadual

– MPE, Ministério Público do Trabalho – MPT, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria da Educação – SEC e de Movimentos Sociais. Há ainda a interlocução com outros órgãos governamentais e instituições da sociedade, em Comitês, Fóruns, Comissões e Conselhos.

A SEDES apoiou o Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas, na realização de 121 conferências Municipais de Assistência Social, disponibilizando técnicos que ministraram conferências em regiões do Estado da Bahia.

Este compromisso de fortalecimento e consolidação do Suas, com a ampliação dos serviços aos municípios baianos, rendeu à SEDES neste ano, a premiação pelo MDS, por “Eficiência na Execução de Ações na Assistência Social”. Este prêmio é também consubstanciado no cumprimento de prioridades do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual (2007/2009) e pela colocação da Bahia em segundo lugar na captação de recursos do Índice de Gestão Estadual – IGE.

### **Consolidação do Suas na Bahia: Proteção Social e Aprimoramento da Gestão**

Como meta prioritária, a SAS trabalhou os eixos que dizem respeito à composição desta finalidade, considerando as orientações da Política de Assistência Social relacionadas às ações finalísticas e à intersetorialidade.

**Proteção Social Básica** - Destina-se a populações que vivem em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza; da privação, entendida como ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, entre outros aspectos; e/ou da fragilização de vínculos afetivos, sejam familiares ou comunitários, relacionais ou de pertencimento social.

Com financiamento do Fundo Estadual da Assistência Social – Feas e do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, o Governo do Estado implantou 29 Centros de Referência de Assistência Social – Cras, entre os quais três direcionados a atendimento especial da população indígena nos municípios de Banzaê, Camamu e Prado, e oito para a população quilombola em Boninal, Cachoeira, Cairu, Campo Formoso, Carinhanha, Cipó, Ibitiara e Senhor do Bonfim.



O número de Cras na Bahia passou para 423 em 2009, distribuídos em 340 municípios, com alcance de 1,5 milhão de famílias. Assim, restarão, em 2010, apenas 21 municípios a serem habilitados para a gestão básica.

A evolução da instalação de Cras nos municípios está apresentada na Tabela 37, onde se observa a evolução entre 2007, quando haviam 287 Cras, e 2009, que atingiu 423 unidades instaladas.

**TABELA 37**

**DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CRAS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE  
BAHIA, 2007-2009**

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CRAS		
		2007	2008	2009
Irecê	20	11	20	20
Velho Chico	16	8	15	17
Chapada Diamantina	23	18	20	23
Sisal	20	16	25	23
Litoral Sul	27	23	27	27
Baixo Sul	14	9	15	16
Extremo Sul	21	11	21	22
Itapetinga	13	8	10	9
Vale do Jiquiriçá	21	15	19	19
Sertão do São Francisco	10	8	12	13
Oeste Baiano	14	10	15	15
Bacia do Paramirim	9	7	8	8
Sertão Produtivo	19	10	12	12
Piemonte do Paraguaçu	14	12	12	13
Bacia do Jacuípe	14	11	12	12
Piemonte da Diamantina	9	8	8	9
Semiárido Nordeste II	18	12	16	17
Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte	21	13	14	14
Portal do Sertão	17	12	15	16
Vitória da Conquista	24	14	16	17
Recôncavo	19	14	17	20
Médio Rio de Contas	16	10	19	17
Bacia do Rio Corrente	11	11	11	11
Itaparica	6	2	4	5
Piemonte Norte do Itapicuru	9	6	7	9
Metropolitano de Salvador	12	8	31	39
<b>TOTAL</b>	<b>417</b>	<b>287</b>	<b>401</b>	<b>423</b>

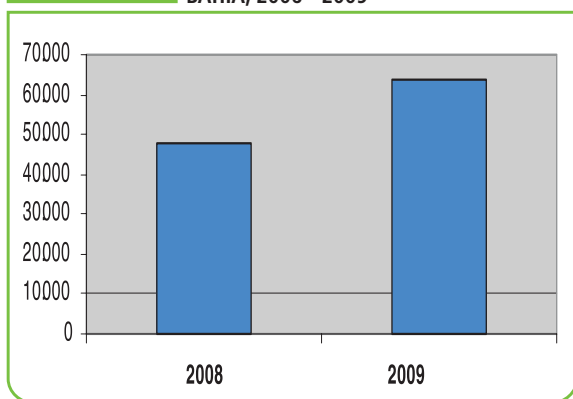
Fonte: SEDES/SAS

No Programa de Atenção Integral à Família, conforme preconiza a Norma Operacional Básica NOB/Suas, a SEDES, cofinanciada pelo Programa de Atenção Integral à Família – Paif, reforçou sua ação na área de monitoramento e acompanhamento dos serviços e ações desenvolvidas nos Cras. O sistema de monitoramento e acompanhamento criado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS é uma ferramenta importante no processo, já que facilita o trabalho do acompanhamento da oferta dos serviços, qualificando o atendimento à população usuária.

Como já foi dito, em 2009, foram beneficiadas um total de 1,5 milhão de famílias pelos Cras/Paif. Em 2008, esse número foi de 1,4 milhão. Ainda em 2009, outras expansões ocorreram nos programas e serviços de Proteção Social Básica, prestando serviços sócioeducativos com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e no protagonismo juvenil. O Projovem Adolescente, serviço incorporado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, passou de 47.675 jovens beneficiados em 259 municípios no ano de 2008 para 63.650 jovens, entre 15 a 17 anos, em 318 municípios no ano de 2009. Vale ressaltar que o Projovem absorveu o Programa Agente de Desenvolvimento Social. Sua expansão é apresentada no Gráfico 4.

GRÁFICO 4

EXPANSÃO DO PROJovem  
ADOLESCENTE  
BAHIA, 2006 - 2009



Fonte: SEDES/SAS/CPSB

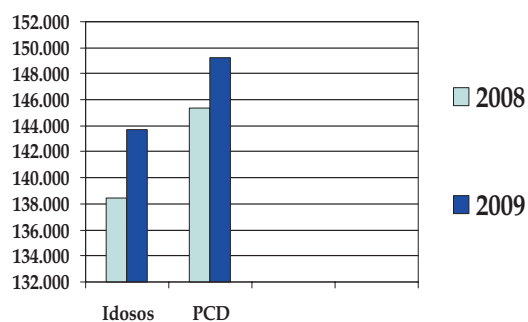
**Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social - BPC** – É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura, a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independen-

te e para o trabalho, o pagamento de um salário mínimo mensal. Para obter o BPC, os beneficiários devem comprovar renda *per capita* familiar inferior a ¼ do salário mínimo. O benefício está amparado legalmente na Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso. O benefício tem gestão, acompanhamento e avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e operacionalização do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Em 2009, na Bahia, 143.679 idosos passaram a receber o benefício, contra 138.446 em 2008. Quanto às Pessoas Com Deficiência – PCD, atualmente 149.275 desfrutam do benefício, conforme demonstrado no Gráfico 5.

GRÁFICO 5

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO  
CONTINUADA – BPC  
BAHIA, 2008/2009



Fonte: SEDES/SAS/CPSB

**BPC na Escola** – Acompanha e monitora o acesso e a permanência na escola das pessoas de 0 a 18 anos portadoras de deficiência. O programa teve adesão de 273 municípios em 2009. Durante o ano, foram realizadas duas capacitações para coordenadores das equipes técnicas municipais, envolvendo 261 municípios.

A SEDES prestou orientações aos municípios quanto à importância da criação e aprovação da Lei dos Benefícios Eventuais – garantidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, e plano de inserção com base nos novos dispositivos legais. A Comissão Intergestores Bipartite – CIB aprovou a garan-

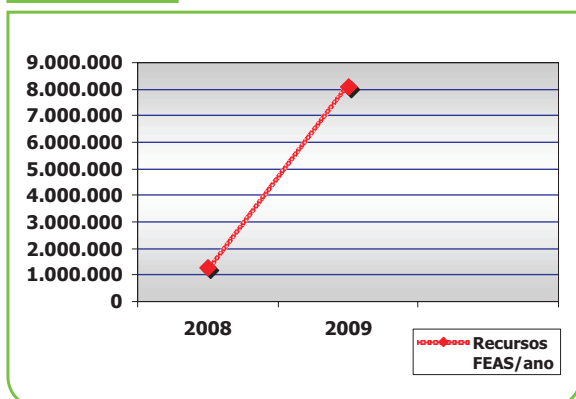
tia de cofinanciamento dos benefícios eventuais a partir de 2009, repassando recursos aos municípios que estiveram dentro do critério.

**Cofinanciamento** – A Norma Operacional Básica – NOB prevê a responsabilidade, por parte do Estado, na coordenação da política de assistência em todo o âmbito territorial. Sendo assim, é papel do Estado garantir o cofinanciamento das ações de proteção social básica, mediante aporte de recursos, para potencializar o sistema de informação, monitoramento, avaliação, capacitação, apoio técnico e outras ações que garantam aos municípios os serviços da assistência social.

O cofinanciamento do Cras/Paif salta de R\$ 1,27 milhão, em 2008, para R\$ 8 milhões em 2009, com atendimento a 340 municípios (Gráfico 6).

**GRÁFICO 6**

**COFINANCIAMENTO CRAS/PAIF  
BAHIA, 2008/2009**



Fonte: SEDES

Dentre as ações excepcionais realizadas durante o ano, foi apoiado, no município de Santo Antônio de Jesus, o Projeto Comunitário de Apoio Social às Famílias nos bairros Irmã Dulce e São Paulo, voltado para o financiamento de ações de reparação e minimização da situação de vulnerabilidade social em que vivem as famílias vítimas da explosão da fábrica de fogos de artifício, ocorrida em dezembro de 1998. Estão sendo aplicados R\$ 298,3 mil em ações com caráter de inclusão produtiva e em oficinas de arte, música e dança para jovens e adolescentes. Enquanto adultos, jovens e idosos são beneficiados com oficinas de corte e costura e serigrafia, acontece atividades sócioeducativas para crianças destas famílias.

Visando a estruturação da rede de serviços de Proteção Social Básica, a SEDES apoiou financeiramente o Programa de Atendimento e Inclusão Social – Pais e o “Qualificando Vidas”, por intermédio do Dispensário de Santana, que beneficiam 540 famílias em situação de vulnerabilidade social, focando atendimento a 750 crianças, adolescentes e jovens no município de Feira de Santana. Estão sendo investidos R\$ 393,4 mil para custear material permanente, serviços de terceiros, bolsa auxílio e material de consumo das oficinas de panificação, horta e música. As atividades possibilitam aos jovens acesso à formação integral através de atividades educativas, iniciação profissional, alimentação e capacitação em vista do desenvolvimento das potencialidades, socialização e resgate da cidadania.

**Proteção Social Especial – PSE** – Ocupa-se com o provimento de atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono e negligência, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, violação de direitos.

Os serviços da PSE requerem acompanhamento individual e de maior flexibilidade nas soluções protetivas, e oferece orientação para o convívio sócio-familiar e comunitário, na perspectiva da autonomia e protagonismo do usuário. Suas ações têm estreita relação com o Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, dentre outros), exigindo uma gestão mais compartilhada devido a sua complexidade.

Dentre as ações voltadas à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destacam-se, em 2009:

- Assistência a 650 usuários de substâncias psicoativas, nos municípios de Candeias e Dias D’Ávila, por meio da Fundação Dr. Jesus e Desafio Jovem Peniel, com aporte de recursos da ordem de R\$ 4,8 milhões. Encontra-se em processo de articulação a inserção de outras entidades parceiras para compor esta rede de retaguarda, elevando a capacidade instalada para mais 267 vagas;

- Apoio à Rede Abrigo Salvador – Os serviços prestados por 19 abrigos atendem 1.200 crianças e adolescentes em situação de abandono e sem referência familiar, mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação e acesso a ações socioeducativas. Estão sendo aportados recursos da ordem de R\$ 1,9 milhão por ano para a qualificação e contratação de técnicos especializados, realização de ações que asseguram o convívio familiar e comunitário, e melhoria da estrutura física. Esta ação aplica o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei Orgânica de Assistência Social – Loas, estando em conformidade com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. No interior do Estado, existem 15 municípios com ações co-financiadas pelo Governo do Estado, totalizando R\$ 299,5 mil repassados de fundo a fundo para qualificação dos serviços de abrigamento.

Nas ações voltadas aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade salienta-se que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas realiza ações da proteção social básica e especial e articula os serviços de média complexidade com a rede de serviços e demais políticas públicas e com instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. O Creas presta diretamente os serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com Direitos Violados; e de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

O Estado conta, atualmente, com 58 Creas municipais e um Creas de abrangência regional implantado no município de Itanhém. Está em processo de análise a implantação de mais um Creas Regional no município de Seabra e, em estudo, a implantação de outro em Santa Cruz Cabrália, como mostra a Tabela 38 e o Gráfico 7.

**Tabela 38**

**DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CREAS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE  
BAHIA, 2008/2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Nº MUNICÍPIOS	Nº CREAS 2008	Nº CREAS 2009
Irecê	20	1	1
Velho Chico	16	2	2
Chapada Diamantina	23	0	0
Sisal	20	6	6
Litoral Sul	27	5	5
Baixo Sul	14	1	1
Extremo Sul	21	8	8
Itapetinga	13	2	2
Vale do Jequiriça	21	1	1
Sertão do S. Francisco	10	1	1
Oeste Baiano	14	2	2
Bacia do Paramirim	9	0	0
Sertão Produtivo	19	2	1
Piemonte do Paraguaçu	14	1	1

Continua

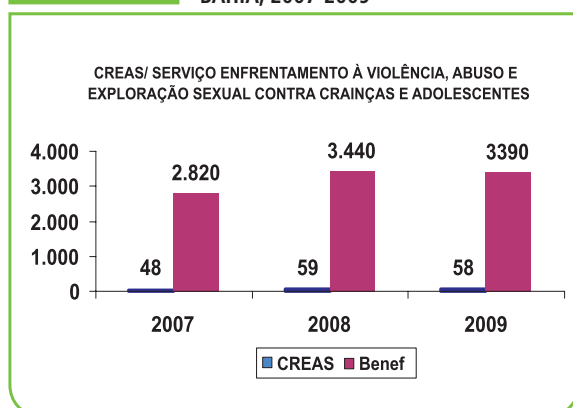
Conclusão da Tabela 38

Bacia do Jacuípe	14	2	2
Piemonte da Diamantina	9	2	2
Semiárido Nordeste II	18	2	2
Agreste de Alagoínhas/LN	22	4	4
Portal do Sertão	17	1	1
Vitória da Conquista	24	1	1
Recôncavo	20	3	3
Médio Rio de Contas	16	1	1
Bacia do Rio Corrente	11	1	1
Itaparica	6	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	9	2	2
Metropolitano de Salvador	10	7	7
<b>TOTAL</b>	<b>417</b>	<b>59</b>	<b>58</b>

Fonte: SEDES

## GRÁFICO 7

### CREAS x USUÁRIOS CONTEMPLADOS PELOS CREAS BAHIA, 2007-2009



Fonte: SEDES

Em 2009, desenvolveram-se atividades e instrumentos no sentido de aprimorar a qualidade dos serviços, intensificando as ações específicas de enfrentamento a diferentes situações de violação de direitos:

- Monitoramento dos Creas, prestando orientação quanto a estudo de caso, planejamento das

ações, articulação com a rede socioassistencial, construção do fluxo interno de atendimento, elaboração de relatório e avaliação das atividades desenvolvidas, bem como a compatibilidade da prestação dos serviços de acordo com o que estabelece a Política Nacional de Assistência – PNAS/Suas /Guia de Orientação do Creas;

- Assessoria técnica à distância aos Creas dos municípios para orientações à qualificação dos serviços prestados;
- Orientação e assessoria técnica ao Creas Regional de Itanhém, através de visitas *in loco* e à distância, mobilizando e orientando tecnicamente os municípios de Vereda, Medeiros Neto, Ibirapuã, Jucuruçu e Lajedão para adesão aos serviços regionalizados e apoio às gestões municipais de Assistência Social;
- Realização de oito visitas técnicas de monitoramento nos municípios de Mata de São João, Alagoínhas, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Capim Grosso, Alcobaça, Porto Seguro e Salvador;
- Monitoramento do MDS na mobilização dos municípios e orientação quanto ao preenchimento do Censo Creas - 2009.

- Reuniões mensais com técnicos da Coordenação para levantamento de prioridades, repasse de informações e avaliação das atividades;
- Elaboração e encaminhamento de proposta de ação para enfrentamento à violência ao público de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais – LGBT para suporte aos Creas Municipais da Região Metropolitana de Salvador – RMS;
- Acompanhamento presencial aos Creas dos municípios de Itaberaba, Araci, Teixeira de Freitas, Bom Jesus da Lapa, Simões Filho, Santa Maria da Vitória, Feira de Santana e Cruz das Almas, apontados pelo MDS como insatisfatórios no Censo Creas/2008;
- Realização, no município de Itabuna, do Seminário Regional para Avaliação do Pacto Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes;
- Realização de Capacitação para 25 Creas contemplados com recursos do MDS para implantação do Serviço de Acompanhamento ao Adolescente em Cumprimento de Medida socioeducativa em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;
- Realização de capacitação para dez municípios contemplados com expansão do MDS em 2008;
- Reunião no município de Seabra com a rede socioassistencial para discutir os procedimentos para a implantação do Creas Regional;
- Apoio sistemático à gestão do Centro de Referência Loreta Valadares;
- Participação no Comitê Interinstitucional para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Participação no Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Diversas ações desenvolvidas pela Assistência Social já são visíveis, destacando-se entre elas:

- A identificação dos resultados acima descritos, cujos impactos serão mensurados em 2010;
- Cofinanciamento de 58 Creas, com investimento de R\$ 2,6 milhões/ano;
- Cofinanciamento, em 25 dos 58 Creas, do serviço de Acompanhamento ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, com recurso da ordem de R\$ 327 mil, além de mais R\$ 500 mil,

distribuídos, a partir de proposta aprovada na CIB, entre cinco municípios de médio e grande portes, que executam em seus Creas medidas socioeducativas em meio aberto;

- Previsão de cofinanciamento de mais um Creas em Salvador, na região do Centro Histórico, com o objetivo de atender vítimas de situações de violações de direitos, inclusive dando suporte ao Programa Bahia Acolhe, através do serviço de abordagem de rua já desenvolvido na mesma localidade e em outros pontos da cidade.

A coordenação estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, em concordância com a Política de Assistência Social e a NOB/Suas, está assessorando os municípios para o aprimoramento da gestão do programa, diligenciando as seguintes ações:

- Contratação de sete entidades selecionadas via Chamamento Público e cofinanciamento de 37 municípios através de repasse fundo a fundo para efetivar o processo de apoio técnico na execução das ações socioeducativas do Peti.
- Operacionalização do Planejamento Estratégico em parceria com a Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – Competi;
- Elaboração do Regimento Interno da Competi;
- Participação no Comitê Permanente de Acompanhamento do Programa de Erradicação Infantil, objetivando o acompanhamento e controle dos serviços contratados para apoio aos municípios na execução do Peti;
- Levantamento da situação das entidades contratadas para apoiar os municípios na execução das ações socioeducativas e de convivência quanto ao cumprimento das contratações, capacitações de educadores sociais e trabalho com as famílias;
- Reunião com representantes das entidades contratadas para apresentação de relatórios conclusivos do trabalho do Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações do Peti – Copa/Peti;
- Monitoramento das informações fornecidas pelas entidades contratadas nos territórios de identidade do Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Vale do Jiquiriçá, Itaparica, Piemonte da



Diamantina, Portal do Sertão, Semiárido Nordeste II, Piemonte Norte do Itapirucu, Velho Chico, Litoral Sul, Sisal, Baixo Sul, Recôncavo, Oeste Baiano, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Irecê, Extremo Sul, e Metropolitano de Salvador;

- Apoio técnico aos municípios para alimentação do Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Sispeti;
- Integração do Peti à Agenda Bahia do Trabalho Decente, vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE;
- Articulação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef para premiar, com o Selo Município Aprovado 2008 e incentivo de R\$ 25 mil, 33 municípios do Semiárido baiano que avançaram na meta de erradicação do trabalho infantil;
- Reunião com os prefeitos, secretários de Assistência Social, Educação e Saúde dos 18 municípios do território de identidade Semiárido Nordeste II para apresentação da proposta da Caravana Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e visitas técnicas para preparação das atividades realizadas na passagem do mesmo evento;
- Lançamento da Caravana Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil no Auditório do Ministério Público em Salvador;
- Realização da 1ª etapa da Caravana Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, quando houve a assinatura do Termo de Compromisso pelos prefeitos de 18 municípios visitados;
- Aprovação, pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB, da regra para o estabelecimento de parâmetros da SAS/CPSCSCE na orientação aos municípios da execução de ações socioeducativas às crianças e adolescentes inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico, a vigorar a partir de janeiro de 2010;
- Visita aos municípios do território de identidade Baía do Rio de Contas para mobilização e conhecimento da realidade do trabalho de crianças, com vista às ações da Caravana de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Participação em oficinas referentes ao Bolsa Família. Nas Oficinas Escuta, foram feitas orientação quanto à gestão do Peti e identificação das crianças em situação de trabalho

envolvendo 144 municípios de 13 polos; já na Oficina Construtiva, reunindo 157 municípios de oito polos, o foco foi assegurar a eficácia, eficiência e efetividade dos procedimentos inerentes à operacionalização do CadÚnico, Sistema de Benefício ao Cidadão – Sibec, Projeto Presença, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan na gestão, do Programa Bolsa Família;

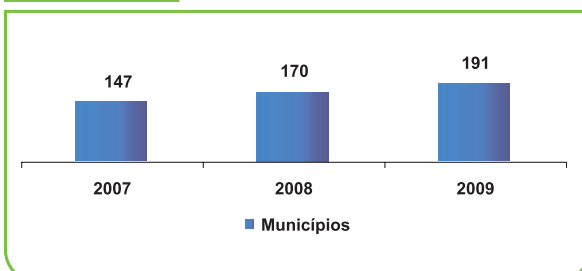
- Participação no Grupo de Trabalho para combater o trabalho infantil no Carnaval de Salvador e no comitê gestor que acompanhará o Pacto Estadual pela Infância e Juventude do Semiárido, assumindo o compromisso de incentivo aos municípios que efetivamente têm trabalhado pela erradicação do trabalho infantil;
- Participação, junto com a SETRE, na articulação dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS para as ações de capacitação do Plano Setorial de Qualificação e Inserção do Profissional para os Beneficiários do Programa Bolsa Família – Planseq;
- Participação em grupos de trabalhos e conselhos, como o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Grupo Intersetorial de Atenção à Pessoa com Deficiência, Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Câmara Técnica de Direitos Humanos, Segurança, Cidadania e Justiça/Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, GT Metropolitano Pró-Convivência Familiar e Comunitária, Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Agenda Bahia do Trabalho Decente;
- Participação em ações prioritárias do Governo do Estado no processo de revitalização do Centro Antigo de Salvador;
- Efetivação das ações de monitoramento *in loco* junto aos municípios, na execução de serviços, benefícios, programas e projetos da Assistência Social;
- Participação em reuniões regionais com representantes municipais para discutir gestão local de programas e serviços de Assistência Social;
- Capacitação, em parceria com a Universidade Federal da Bahia – Ufba, para a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil – Cometi nos territórios de identidade da Região Metropolitana, Extremo Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Semiárido Nordeste II, Sertão Produtivo e

- Velho Chico, totalizando 57 municípios;
- Apuração de denúncias de trabalho infantil, demandadas pelo MDS e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/BA, nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Paulo Afonso, Inhambupe, Santa Bárbara, Ipirá, São José da Vitória, Cachoeira e Alcobaça.

No Estado da Bahia, houve uma expansão do Peti, que conta a adesão de 191 municípios, conforme indicado no Gráfico 8.

**GRÁFICO 8**

**MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM PETI  
BAHIA, 2007-2009**



Fonte: SEDES/SAS/CPSE

Mediante identificação no CadÚnico/Sispet, entor- no de 100 mil crianças foram retiradas do trabalho e inseridas nos Núcleos de Ações Socioeducativas.

### Reorientação da Política de Recursos Humanos

- O Peti vem se adequando às novas exigências da política coordenada pelo MDS, de modo a superar os entraves decorrentes do modelo original, como implantado no Estado. Apesar de seus limites, ma-

peados no diagnóstico situacional elaborado pela Coordenação de Proteção Social Especial -CPSE/ Superintendência de Assistência Social – SAS, algumas mudanças de rota foram promovidas. Des- tacam-se dentre elas, a construção de parâmetros para cofinanciamento das ações socioeducativas de responsabilidade dos municípios, apresen- tando uma nova proposta para o Estado que passa pela contratação de monitores, através de contrato de entidades por chamamento público, para não interrupção das jornadas ampliadas de atividades socioeducativas no contra-turno das escolas.

Esta proposta está em negociação e tem estratégias sugeridas, inclusive de articulação com a Secretaria de Educação – SEC. A proposição de contratar en- tidades por chamamento público abre espaço para reorientação dos recursos humanos em 133 muni- cípios, com a tarefa de realizar atividades socioe- ducativas para crianças e adolescentes em situa- ção de trabalho, com vistas à erradicação do trabalho infantil.

O Programa Bahia Acolhe, sob a gestão da SEDES, atua conjugadamente com os serviços socioassis- tenciais de alta complexidade, disponibilizando financiamento e cofinanciamento com recursos do Estado, mediante assinaturas de convênios. A rede conveniada com a SEDES (Tabela 39) financia serviços de abordagem de rua e acolhimento insti- tucional integral em abrigos para usuários de substâncias psicoativas, portadores do vírus HIV/Aids, pessoas com transtorno mental, mulheres vítimas de violência, idosos e pessoas em situação de rua, com ou sem referência familiar.

**TABELA 39**

**PROGRAMA BAHIA ACOLHE - REDE CREDENCIADA  
BAHIA, 2009**

ORGANIZAÇÃO	META	PERFIL DO USUÁRIO	RECURSOS APLICADOS (EM R\$ 1.000,00)
Adra	120*	Pessoa com transtorno mental	1.863
Desafio Peniel	32	Pessoa com transtorno mental	146
	50	Usuário de Substância psicoativa	174
Adra	500	Abordagem de rua – população adulta	685
Fundação Dr. Jesus	600	Usuário de Substância psicoativa	4.680

Continua

Conclusão da Tabela 39

ASA	40**	População em situação de rua	188
Projeto Axé	600	Abordagem de rua – população de criança e adolescente	802
Instituto Conceição Macedo	10 famílias; 180 c/a;*** 250 adultos	Portadores do vírus HIV/AIDS	301
<b>TOTAL</b>			<b>8.839</b>

Fonte: SEDES

\*Corresponde a dois convênios

\*\* Atendimentos/dia

\*\*\*Crianças e adolescentes (c/a)

Os serviços são prestados diretamente pela Superintendência de Assistência Social no Portal Bahia Acolhe e na Casa de Acolhimento à Mulher.

O Portal, situado no bairro da Boca do Rio, em Salvador, tem capacidade para atender 18 adolescentes do sexo masculino, na faixa de 14 a 18 anos incompletos, que se encontram em situação de rua. Este acolhimento tem caráter provisório por demandar tempo entre as articulações e a concretização de encaminhamentos a outras unidades de abrigamentos até a reinserção familiar. De fevereiro até setembro, estiveram acolhidos 61 adolescentes encaminhados pela Promotoria do Adolescente Infrator e Conselhos Tutelares e, atualmente, são assistidos, diuturnamente, 14 adolescentes.

Já a Casa de Acolhimento à Mulher presta serviços à mulher, com ou sem filhos, sob risco de morte, vítima de violência doméstica e de gênero, assegurando a sua integridade física e psicológica ao proporcionar-lhe condições para que se fortaleça como sujeito social e pessoal capaz de sustentar e dirigir, com autonomia, sua própria vida e de seus dependentes. Em 2009, foram atendidas 34 mulheres, que se fizeram acompanhar, segundo registro da Casa, de 71 crianças. Além dos atendimentos individuais psicoterapêutico, as mulheres acolhidas realizaram atividades socioeducativas e foram estimuladas a desenvolver habilidades propiciadoras de renda, participando de oficinas de bordados, vagonite e confecção de bolsas.

A SEDES continuou, em 2009, a atuação no Projeto Especial para Idosos. Existem 18 municípios financiados pela União, totalizando R\$ 498,4 mil, e 21 cofinanciados pelo Governo do Estado, totalizando R\$ 501,8 mil, que são repassados de fundo a fundo para a qualificação do serviço de abrigamento.

Em relação ao Piso de Transição para Atendimento a Pessoa Idosa, foram investidos R\$ 724 mil, beneficiando 8.141 idosos em 66 municípios. Para o Piso de Transição de Média Complexidade para Atendimento a Pessoa com Deficiência, foram investidos R\$ 1,2 milhão, beneficiando 6.243 pessoas, em 58 municípios.

Em parceria com o Centro Projeto Axé, entidade socioassistencial do município de Salvador, investiu-se na capacitação de técnicos sobre Metodologia do Trabalho com Famílias, tendo como parâmetros a identificação e valorização da família como estratégia ao processo de socialização de crianças e adolescentes. O curso aconteceu nos dias 23 e 24 de novembro, com presença do MDS, da coordenadora do Programa de Família Acolhedora e da Prefeitura de Campinas-SP.

Entre as responsabilidades do Estado previstas na Norma Operacional Básica – NOB/Suas 2004 para a consolidação do Sistema na Bahia, estão as de coordenar, gerenciar, executar e cofinanciar programas de capacitação de gestores, técnicos e conselheiros estaduais e municipais, para maior qualificação técnico-operativa. Em 2009, as atividades de capacitação estão apresentadas no Quadro 5.

**QUADRO 5**

**ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO DE GESTORES, TÉCNICOS E CONSELHEIROS  
BAHIA, 2009**

ESPECIFICAÇÃO	EVENTO	OBJETIVO	PÚBLICO	PARTICIPANTES
Oficina	Capacitação Creas Local : Salvador	Capacitar as equipes técnicas do Creas e LA e PSC, para atendimento dos usuários nas unidades de Creas, LA e PSC cofinanciadas pelo Estado	Técnicos de Creas, LA e PSC	58 municípios aproximadamente 174 pessoas
Oficina	Capacitação Creas Local : Salvador	Capacitar as equipes técnicas para implantação de serviços no Creas, para atendimento dos usuários nessas unidades cofinanciadas pelo Estado	Gestores e Técnicos de Creas	11 municípios aproximadamente 33 pessoas
Oficina	Capacitação LA e PSC Local : Salvador	Capacitar as equipes técnicas, para expansão dos serviços de LA e PSC	Gestores e Técnicos de LA e PSC	25 municípios aproximadamente 75 pessoas
Oficina	Capacitação Alta Complexidade I Local : Salvador	Capacitar as equipes técnicas, para implantação dos serviços de Alta Complexidade I – abrigamento de crianças/adolescente e idosos	Gestores e Técnicos da área de Alta Complexidade I	21 municípios aproximadamente 63 pessoas
Oficina	Capacitação Regionalizada Cometi Local : Feira de Santana Período – Jun a Dez	Capacitar membros das Cometi para atuação no âmbito do enfrentamento ao trabalho infantil	Membros das Cometi Gov e Não Gov	03 Territórios/ 50 municípios/ 150 participantes
Oficina	Capacitação para integração PETI e Bolsa Família	Promover a integração entre os dois programas	Gestores, Técnicos e Conselheiros	15 Territórios/45 participantes
Oficina	Capacitação Regionalizada da PSB Local : Território Vale do Jiquiriçá	Capacitar os municípios desse território para a oferta dos serviços de PSB	Gestores e técnicos da área de PSB	06 municípios 20 pessoas
Oficina	Capacitação Trabalho com Idosos Local : Salvador	Qualificar os serviços ofertados à pessoa idosa	Gestores e Técnicos, prestadores de serviços da área	04 municípios aproximadamente 139 pessoas

Continua

Continuação do Quadro 5

Encontro	Reunião ampliada sobre transição de creches e pré-escolas co-financiadas pelo FNAS para a educação	Finalizar processo de transição da educação infantil	Gestores e técnicos da Assistência Social e Educação	36 municípios aproximadamente 144 pessoas
Palestra	Comemoração ao Dia Nacional da Pessoa Idosa Local : Salvador	Comemoração da data e mobilização dos usuários idosos	Idosos e técnicos da área	4 Territórios ( Sisal) e aproximadamente 300 pessoas
Oficina	Capacitação sobre Benefícios Eventuais Local : Salvador	Capacitar municípios para executar o BE	Gestores e Técnicos, Conselheiros municipais	01 município aproximadamente 10 pessoas
Oficina	Capacitação sobre BPC na Escola Local : Salvador	Capacitar municípios para aplicação dos questionários sobre o BPC na Escola	Gestores e Técnicos municipais	263 municípios aproximadamente 526 pessoas
Oficina	Capacitação de municípios com Grupos de Convivência de Idosos Local : Salvador	Qualificar gestores e técnicos para atendimento aos idosos	Gestores e técnicos da área	24 municípios e aproximadamente 60 pessoas
Encontro	Reunião ampliada sobre transição de creches e pré-escolas co-financiadas pelo FNAS para a educação Local.: Salvador	Finalizar processo de transição da educação infantil	Gestores e técnicos da Assistência Social e Educação	33 municípios aproximadamente 100 pessoas
Oficina	Capacitação Projovem II Etapa Local : Salvador	Capacitar municípios para implementar Projovem, conforme diretrizes do Serviço	Gestores, Técnicos, orientadores e facilitadores sociais	319 municípios aproximadamente 700 municípios
Oficina	Capacitação Regionalizada do Projovem Local : Território do Sisal	Capacitar municípios para implementar Projovem, conforme diretrizes do Serviço	Gestores, Técnicos, orientadores e facilitadores sociais	07 municípios aproximadamente 300 municípios

Continua

Conclusão do Quadro 5

Encontro	Reunião Ampliada com vistas a assinar Plano de Ação 2009  Local : Salvador	Assinatura do Plano de Ação 2009 e Orientar sobre o co-financiamento do Estado aos municípios para operacionalização dos serviços de PSB e PSE	Prefeitos, Gestores, Técnicos da Assistência Social	227 municípios aproximadamente 680 pessoas
----------	--	--	---	--

Fonte: SEDES/SAS/CGES

### **Compromissos e Pactos: a Intersetorialidade da Política da Assistência Social**

Para a transversalidade das ações das políticas sociais, são imprescindíveis o fortalecimento das relações federativas, calcada nos compromissos entre Governo Federal e municípios, e a articulação com os diversos atores sociais, como movimentos sociais, organismos internacionais, organizações governamentais e não governamentais.

Nesse sentido, vale ressaltar o acompanhamento do Termo de Compromisso de Regularização da Gestão do Suas na Bahia nos municípios com indicação para desabilitação ao Suas. Esta ação foi construída na Comissão Intergestores Bipartite – CIB com o objetivo de recuperar a capacidade dos municípios com problemas na área da gestão, em face às exigências da NOB-Suas, e evitar o processo de estadualização do gerenciamento da política municipal de assistência social.

Prefeitos de cinco municípios identificados à desabilitação – Almadina, Gentio do Ouro, Gongogi, Serrolândia e Umburanas – assinaram com a SEDES o Termo de Compromisso de Regularização da Gestão. Gongogi, Serrolândia e Umburanas superaram os problemas, evitando suas respectivas desabilitações ao Suas, e Almadina e Gentio do Ouro continuam sendo monitorados com vistas à superação do problema.

Outra ação, monitorada pelo MDS, orienta que o cumprimento de metas pactuadas nacionalmente passe a ser critério para recebimento de recursos de incentivo à gestão. Trata-se do acompanhamento do Pacto de Aprimoramento de Gestão do Suas, assumido com o Governo Federal, em que a Bahia, seguindo os princípios e as percentualidades exigidas, é o segundo Estado em captação de recursos do Índice de Gestão Estadual – IGE, premiado pelo Ministério aos Estados por “Eficiência na execução de ações na Assistência Social”.

Para a premiação, a Bahia preencheu requisitos e alcançou resultados. Em relação ao percentual de municípios habilitados em Gestão Básica e Plena na Assistência Social, dos 417 municípios do Estado, 372 estão em condições de gestão, sendo 365 municípios na Básica e 17 na Plena, representando um percentual de 91,6%. Restam, apenas, 34 municípios (32 na gestão inicial e dois não habilitados), que representam 8,04% de não adesão ao Suas e passam por monitoração para a habilitação.

Outro critério é o percentual de municípios com cofinanciamento da Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE. São 397 municípios cofinanciados, apresentando um percentual de 95,2%, restando apenas 20 municípios que equivalem a 4,8% dos municípios descobertos.

Contam também o número de municípios que aderiram ao Projovem Adolescente. A Bahia alcançou 76,2%, correspondentes a 318 municípios aderidos, restando 99 municípios, ou seja, 23,7% dos municípios sem adesão.

Por último, apresenta-se o percentual de municípios com Peti, a partir do funcionamento de núcleos com informação da frequência no Sis-peti. São 172 municípios com serviços informados no Sistema do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, representando um percentual de 41,2%.

Para o acompanhamento periódico das ações da Política da Assistência Social, Segurança Alimentar, Inclusão Produtiva e Combate à Fome (Bolsa Família), está previsto a criação de Grupo de Trabalho Intersetorial para implementação do Pacto de Aprimoramento de Gestão, coordenado pela SEDES/SAS e integrado a outras secretarias para a execução de planos, objetivando minimizar a pobreza.



**Reorientação das ações nos Centros Sociais Urbanos – CSU para Centros de Desenvolvimento Social – CDS** - Com a coordenação de Ações Intersetoriais plenamente instalada, foi realizado o diagnóstico do funcionamento dos 31 Centros Sociais Urbanos – CSU e mais o Centro Integrado de Atendimento a Criança e ao Adolescente – CIAC San Martin, identificando-se as condições de suas instalações, sua forma de funcionamento e qualidade das atividades realizadas.

Este processo indica a necessidade de recuperação física dos equipamentos e proposição de funcionamento adequado à filosofia de equipamentos multiusos, que deverão denominar-se Centro de Desenvolvimento Social – CDS.

A Coordenação de Ações Intersetoriais assumiu a missão de fazer a transição dos equipamentos sociais dos CSU para os CDS, que passarão a promover o desenvolvimento e a inclusão social através da oferta de serviços socioassistenciais à população. Os dois Centros Integrados de Atendimento a Criança e Adolescente – Ciac devem ser repassados em conformidade com as suas atividades: Ciac San Martin será transformado em CDS, e o Ciac Ondina será disponibilizado como equipamento para a Política da Juventude, por conta do seu público e das atividades que já realiza.

O CSU e Ciac buscam integrar atividades de lazer, formação e informação para a organização das comunidades e o seu empoderamento, atuando como um espaço de diálogo e desenvolvimento de ações coletivas em parceria com o Estado, setores privados e organizações da sociedade civil ou municípios.

Outras mudanças ocorrerão após o diagnóstico que apontou defasagem na missão desses Centros e para a efetiva transição. Dada a orientação normativa para a atuação do Estado, será preciso municipalizar ações e adequar outras para que sejam assumidas enquanto competência da SEDES.

O CDS será um importante instrumento no processo de descentralização das ações da SEDES ao oportunizar à comunidade ações e serviços oriundos da Superintendência de Assistência Social, Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar, Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac

e Coordenação de Defesa Civil – Cordec, além de permitir a convergência de ações transversais de outras secretarias do Estado, tendo sua representatividade em 26 territórios de identidade.

No CSU de Salvador, nos bairros de Narandiba, Mussurunga, Castelo Branco, Pernambués e Nordeste de Amaralina, dois mil jovens, de dez a 17 anos, são beneficiados com cinco modalidades esportivas pelo Projeto de Esporte Jogos da Cidadania, criado através convênio assinado entre a SEDES e o Instituto Ronaldinho Gaúcho – IRG, numa ação também articulada com a Sudesb/SE-TRE e à Política de Juventude (Trilha).

Como estratégia de negociação com a Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal de Educação – Smec, a SEDES estuda, conjuntamente com a instituição, a retirada das pré-escolas municipais dos espaços dos CSU, reconhecendo-se que as salas naqueles espaços já se tornaram inadequadas. Os trabalhos vêm sendo acompanhados pelo Ministério Público – MP e por representante da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, que avaliam a proposição do Plano Municipal para adequação da educação fundamental aos novos parâmetros e diretrizes nacionais.

A transferência das ações de fiscalização das entidades sociais participantes do Programa Sua Nota é um Show para o Conselho Estadual de Assistência Social permitirá o aperfeiçoamento do controle através dos Conselhos Municipais de Assistência Social e se conecta ao regulamento do Art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

As primeiras negociações com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ e com o Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas foram feitas para nova proposta de cadastramento e fiscalização das entidades que se credenciam para recebimento de recursos do programa de educação tributária “Sua Nota é Um Show de Solidariedade”. E já está em discussão, no Ceas, o aprimoramento da relação dos recursos com as entidades.

Foram destinados, em subvenções sociais, R\$ 4,6 milhões para 541 instituições da área social através Programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que sofrerá mudanças em sua forma de funcionamento.

**Assessoramento, Informação, Estudos, Monitoramento e Avaliação** - A construção de um sistema de informação integrado com ações de capacitação e de aporte de novas metodologias de gestão e de tomada de decisão dá o suporte necessário para a gestão e operação das políticas assistenciais, no âmbito governamental, e da sociedade civil, englobando entidades, instâncias de decisão colegiada e de pactuação. O protótipo do sistema foi apresentado durante a VII Conferência Estadual de Assistência Social, realizada em outubro de 2009.

**Implementação do Plano de Acompanhamento Integrado do Suas** - Executado para identificar o alcance dos impactos e resultados atingidos pelos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, o Plano de Acompanhamento Integrado do Suas, desenvolvido e pactuado na CIB, possibilita condições de retroalimentação do planejamento estabelecido, para ampliação do acesso dos usuários dessa política aos direitos socioassistenciais e o aperfeiçoamento da gestão.

A ação de acompanhamento e avaliação está respaldada em princípios entendidos como eficácia, eficiência, efetividade, equidade, participação e adequabilidade.

Para tanto, o acompanhamento integrado através de ações presenciais foi executado pela SAS, cabendo às Comissões Gestoras Estaduais – CGES fazer a coordenação do processo, produzindo material que possibilita a retroalimentação das demais coordenações, quanto ao mapeamento das ações finalísticas nos municípios.

Os critérios avaliativos da Gestão do Suas, PSB e PSE, os instrumentais para coleta de dados e o Manual de Orientação do Acompanhamento Integrado construídos em ano anterior subsidiaram o desenvolvimento de uma matriz de monitoramento que está sendo utilizada nas visitas técnicas, assessoramento e nos acompanhamentos aos municípios, como apresentado nas Tabelas 40 e 41.

**Tabela 41**

**ASSESSORAMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS MUNICÍPIOS A DISTÂNCIA  
BAHIA, 2009**

OBJETIVO	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
Orientação para a utilização dos aplicativos da rede Suas	387
Assessoria técnica para aprimoramento de gestão e execução dos serviços de PSB e PSE municipal de assistência social	417
Orientação sobre solicitações diversas e para renovação de habilitação dos municípios no Suas	417

Fonte: SEDES/SAS/CGES

**TABELA 41**

**APOIO TÉCNICO\* A MUNICIPIOS IN LOCO  
BAHIA, 2009**

OBJETIVO	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
Acompanhamento Integrado da Gestão e Serviços de PSB e PSE	106
Acompanhamento e Assessoramento de Creas Regional	6
Acompanhamento a Rede Abrigo	7
Acompanhamento de Famílias desligada de Abrigo	1
Acompanhamento da Rede de Retaguarda	3

Continua

Conclusão da Tabela 41

Acompanhamento do Termo de Regularização	5
Acompanhamento de Diligência CGU	2
Acompanhamento de CSU	11
Acompanhamento de Entidades (ONG) participantes do Programa de Educação Tributária Sua Nota é Um Show de Solidariedade	44
Assessoramento Gestão do Suas ( específico)	2
Assessoramento PSB ( específico)	4
Assessoramento PSE ( específico)	5
Assessoramento Centro de Atendimento p/ crianças e adolescentes	1
Capacitação Gestão do Suas	1
Capacitação Peti	2
Capacitação Peti e Bolsa Família	12
Capacitação Bolsa Família	15
Capacitação Trabalho com Adulto	1
Capacitação Projovem	2
Capacitação Benefícios Eventuais	1
Capacitação parceria CGU	1
Capacitação Questão do Idoso	9
Apoio ao Ceas - Conferência Municipais de Assistência Social	123
Apoio ao CIB – Reunião Descentralizadas	3
Encontros, Reuniões, Fóruns, Palestras e Seminários	68
<b>TOTAL</b>	<b>435</b>

Fonte: SEDES/SAS/CGES

\* Acompanhamento, Assessoramento, Capacitação, Etc

Algumas ações são importantes para o desenvolvimento da política do Sistema Único de Assistência Social – Suas. Para efeito de aprimoramento da Gestão Municipal, foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento e assessoramento, *in loco* e à distância, a 92 municípios.

Outro ponto são os estudos para estabelecimento de pisos e percentuais de cofinanciamento das Ações de Proteção Social Básica e Especial, que já definiram valores para o orçamento de 2010, sendo pactuado na CIB, restando apreciação e deliberação pelo Ceas.

O processo do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação está sendo desen-

volvido na Coordenação de Modernização – CMO da SEDES. Sua metodologia está sendo implantada em 106 municípios para mensurar a eficácia dos instrumentais que compõem o Plano de Monitoramento e Avaliação do Suas, estando prevista a aplicabilidade nos demais municípios do Estado.

Para tanto, a fase de diagnóstico situacional é fundamental. Foram feitas sondagem, sistematização e consolidação dos dados sobre gerenciamento do Suas em 106 municípios nos 26 territórios. Após a construção do pré-diagnóstico do Suas, as informações ainda não são plenas, mas há condições de um planejamento melhor direcionado.

## SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO avalia a elevação do número de pessoas expostas à fome no mundo enquanto observa a ampliação da produção mundial de alimentos. Isto comprova que as raízes do aumento da fome estão muito mais atreladas à falta de renda das famílias do que a uma suposta escassez de alimentos.

No Brasil, programas como o Fome Zero e o Bolsa Família ajudaram a reduzir em 26,8% a taxa de pobreza nos últimos sete anos, colocando o país numa rota contrária à tendência mundial de avanço da fome.

Na Bahia, segundo dados do IBGE, 12,1% da população baiana se encontrava em situação de insegurança alimentar grave. Isto quer dizer que, em 2006, mais de 1,7 milhão de baianos passavam fome ou conviviam com a possibilidade cotidiana de faltar o alimento.

Esta situação refletia a alta taxa de pobreza do Estado, onde a ausência de renda impedia muitas famílias de ter acesso a uma alimentação digna. Neste cenário, as estratégias de ampliação das condições de acesso aos alimentos das famílias mais pobres, a exemplo das medidas empreendidas para a redução da pobreza através da distribuição de renda e de incentivos à produção e o consumo de alimentos, apresentam-se como instrumentos fundamentais ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar.

Em parceria com o Governo Federal, a Bahia tem trabalhado para redução da pobreza no Estado com um conjunto de ações que já retiraram dessa situação milhares de famílias baianas de 2007 a 2009. Os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, em agosto de 2009, demonstram que a Bahia foi o Estado onde se verificou o ritmo mais acelerado na redução da pobreza, no período correspondente aos governos eleitos em 2006. Segundo o instituto, a taxa de pobreza na Região Metropolitana de Salvador passou de 49,5% em 2006 para 44,3% em 2009, representando uma redução de 5,2 pontos percentuais, superior à queda verificada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (4,0), Recife (3,7), Porto Alegre (1,8), São Paulo (1,0) e Rio de Janeiro (0,4).

Contribuíram para isso: a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Bahia e do Programa Leite Fome Zero, que têm gerado renda para mais de seis mil agricultores familiares através da compra de alimentos saudáveis adquiridos e distribuídos para mais de 200 mil pessoas atendidas por escolas, projetos sociais e entidades filantrópicas; a construção de cerca de 13,6 mil cisternas (consumo, produção e cisternas nas escolas), que têm garantido às famílias do Semiárido o acesso à água de qualidade para beber e produzir alimentos; o beneficiamento de mais de um milhão pessoas com projetos de inclusão produtiva e segurança alimentar; o investimento de mais de R\$ 1 milhão na implantação de hortas em áreas urbanas da Região Metropolitana de Salvador, que garantirá acesso a alimentos saudáveis e renda para cerca de 1,4 mil famílias.

Os dois restaurantes populares que fornecem 4.300 refeições por dia à população de Salvador fazem parte da política de Segurança Alimentar. Por apenas R\$ 1,00 tem-se acesso a uma refeição nutritiva que, para o Estado, custou R\$ 2,95.

Nesse contexto, podemos citar outras iniciativas, como: a implantação de unidades agroecológicas de produção de alimentos nos municípios vinculados aos consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Jiquiriçá e Brumado; apoio à constituição de sistemas coletivos de produção de alimentos nos acampamentos que beneficiam 8,4 mil famílias; ações de educação alimentar desenvolvidas nos Centros Sociais Urbanos que promovem a aquisição de hábitos alimentares saudáveis; e a distribuição de alimento nutritivo às pessoas mais vulneráveis através do Programa Nossa Sopa.

Ressalte-se que o Governo do Estado foi laureado com o prêmio Josué de Castro pela inclusão do leite de cabra no Programa Leite Fome Zero, considerado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como melhor projeto de segurança alimentar do país.

O Governo da Bahia constituiu o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan para articular ações intersetoriais que superem o formato de mera assistência alimentar, através de incentivo a formas inclusivas e integradas de produção, consumo e distribuição de alimentos.

Podem ser destacados os seguintes avanços identificados nos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidos pelo Governo da Bahia:

### **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Visando gerar renda para os agricultores familiares e fortalecer a rede socioassistencial que atua no atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar, o Governo da Bahia implementou o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com investimento de R\$ 7,3 milhões para aquisição de 4,3 mil toneladas de alimentos produzidos por mais de 1,9 mil agricultores familiares.

Em parceria com o Governo Federal, o programa está sendo executado em 20 municípios localizados nos territórios da Chapada Diamantina e Litoral Sul e nos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Consad de Brumado e Vale do Jiquiriçá.

O programa se caracteriza como uma ação estruturante de promoção da segurança alimentar por articular a ampliação da produção de alimentos, a geração de renda através da comercialização e a doação dos produtos a famílias mais vulneráveis. O público prioritário foi constituído de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, assentados e acampados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, a exemplo de povos indígenas do Litoral Sul e das comunidades quilombolas e o povo cigano da Chapada Diamantina.

Além dos alimentos, as instituições receberam capacitação para aperfeiçoamento do atendimento ao público, através de orientações para a formação de cardápios nutritivos e culturalmente referenciados, cursos de aproveitamento integral de alimentos, orientações nutricionais e treinamento para a realização de ações de educação alimentar com os beneficiários.

### **Programa Leite Fome Zero**

Promovendo a inclusão desses produtores na cadeia produtiva do leite, o Programa Leite Fome Zero proporcionou aos agricultores familiares a possibilidade da venda, a preço justo, de sua produção leiteira. O leite adquirido foi beneficiado e distribuído para crianças de dois a sete anos, per-

tencentes a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo mensal.

O Programa apresentou uma significativa ampliação no atendimento, beneficiando atualmente 162 municípios, com prioridade aos situados no Semiárido. A distribuição, realizada em 1,3 mil creches e pré-escolas, beneficiou 99,5 mil crianças e cerca de quatro mil produtores familiares. As modificações neste programa, que incluíram a priorização dos laticínios pertencentes a cooperativas e associações de pequenos produtores para fornecimento do leite, a inclusão de crianças, idosos, gestantes e nutrízes de comunidades tradicionais como beneficiários, a informatização do cadastramento das crianças através do Infoleite e a inserção do leite caprino, foram ações que resultaram na qualificação da sua execução no Estado.

No Estado da Bahia, o Leite Fome Zero teve um impacto significativo na cadeia produtiva do leite, com a aquisição e distribuição de mais de 13 milhões de litros de leite/ano, proporcionando a inclusão no mercado de cerca de 1,6 mil pequenos agricultores familiares/mês, que têm a sua produção de leite captada por 30 Beneficiadoras de Leite, bem como a promoção da segurança alimentar do público beneficiado.

Como ação complementar ao Programa Leite Fome Zero, estão sendo implantados, em parceria com o MDS, 50 centros comunitários de produção, que consistem na implantação de unidades de resfriamento de leite em comunidades de beneficiários pelo Programa Leite Fome Zero e pelo Programa Luz Para Todos. Os centros estão em fase de licitação.

### **Cisternas**

O Projeto Cisternas investe na formação para a convivência com o semiárido, disseminando tecnologias de captação e armazenamento da água da chuva. Aposta na participação e envolvimento da população beneficiada e na articulação com outras políticas com a capacitação de agentes comunitários de saúde e professores.

Desde 2007, já foram construídas 12,8 mil cisternas de consumo (16 mil litros) e 799 cisternas de produção (50 mil litros), cuja tecnologia é capaz

de captar a água da enxurrada da chuva, tornando possível a plantação de pequenas hortas, além da possibilidade de dessedentação de pequenos animais. No processo de implantação do projeto, foram capacitados 14,8 mil famílias, 229 pedreiros e 2,7 mil agentes comunitários de saúde.

Em 2009, o Governo da Bahia implementou um projeto pioneiro no país para garantir água potável para as crianças matriculadas em escolas rurais que não dispunham de abastecimento. O projeto Cisternas nas Escolas integra as ações desenvolvidas pelo Governo da Bahia no âmbito do Pacto Nacional: Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido.

Estão sendo construídas cisternas de consumo e de produção e implantadas hortas comunitárias em 44 escolas localizadas em municípios do Semiárido. As formações dos professores para a inserção no currículo escolar dos conteúdos relacionados à convivência e valorização do Semiárido é outro ponto forte do projeto que garantirá, ainda, cisternas para 811 famílias da comunidade escolar.

### **Restaurantes Populares**

Existem dois restaurantes populares mantidos exclusivamente com recursos do Governo da Bahia, onde são produzidas e fornecidas 4,3 mil refeições diariamente, sendo 2,3 mil no restaurante do Comércio e duas mil na Liberdade.

O custo da refeição, que é R\$ 3,95, é subsidiado pelo Governo do Estado, o que permite aos usuários o acesso ao preço de R\$ 1,00. O projeto Restaurante Popular garantiu refeições gratuitas a 10,5 mil crianças menores de cinco anos em 2009, além de um atendimento diferenciado a gestantes, idosos e pessoas com deficiência.

A clientela predominante são trabalhadores informais, população em situação de rua e aposentados. Além da assistência alimentar, os usuários dos restaurantes populares contam com atividades de educação alimentar e promoção da alimentação saudável.

Visando ampliar a oferta de refeições saudáveis, o Governo da Bahia apresentou projeto para implantação de uma nova unidade no município de Salvador, que foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Nesta unidade, serão

fornecidas diariamente duas mil refeições e funcionará um centro de apoio à implantação e gestão de restaurantes populares, que prestará orientação técnica aos municípios.

A implantação do novo restaurante popular contará com investimento de cerca de R\$ 1,8 milhão, provenientes do MDS e contrapartida do Governo da Bahia, para reforma do prédio, aquisição de equipamentos e utensílios, e capacitação da equipe. Além de financiar parte da instalação, a SEDES será responsável por todo o custo para a operacionalização e manutenção, com aporte adicional de mais de R\$ 2 milhões por ano.

Em 2009, foram servidas 505 mil refeições no Comércio e 430 mil na Liberdade, totalizando 935 mil refeições. Foram investidos cerca de R\$ 3 milhões no projeto.

### **Programa Nossa Sopa**

O Programa Nossa Sopa é uma medida emergencial que presta assistência alimentar às famílias em situação de insegurança alimentar grave, atendidas por instituições e entidades sociais, caracterizando uma parceria entre o poder público (Governo da Bahia) e a sociedade civil (Voluntárias Sociais da Bahia e instituições beneficiárias). A Nossa Sopa é um complemento alimentar balanceado nutricionalmente, composto de verduras e fonte de proteína animal e vegetal.

Em 2009, foram distribuídos 5.489.455 pratos de sopa, beneficiando cerca de 190 mil pessoas e fortalecendo o trabalho social desenvolvido por 497 instituições de 251 municípios entre capital e interior do Estado, além de 10 comunidades na capital com a distribuição da sopa *in natura*. Foram distribuídos, ainda, 14.145 pratos de sopa para pessoas em situação emergencial ou em comunidades flutuantes.

Visando ampliar o alcance do Programa, neste ano de 2009, foi implantada, na capital e em 10 municípios do Estado, a sopa desidratada, que, gradativamente, deve substituir a sopa pasta, até então produzida e distribuída para a população beneficiária. A sopa desidratada vai possibilitar maior qualidade nutricional, redução de custos, flexibilização do tamanho da embalagem e a diversificação do cardápio, que passa de um para cinco sabores.



## Projeto Consad

O Projeto intitulado “Implantação de Unidades Familiares de Produção Agroecológica Sustentável em Territórios Consad” tem o objetivo de promover a Segurança Alimentar e Nutricional de agricultores familiares, buscando integrá-los no âmbito da produção, consumo e comercialização. Para tanto, serão implantadas 132 unidades de produção agroecológica. O projeto prevê um investimento de R\$ 860 mil, sendo R\$ 559 mil do MDS e R\$ 301 mil do Governo da Bahia.

Os recursos serão investidos: na formação de 132 agricultores familiares em agroecologia, associativismo e comercialização, segurança alimentar e aproveitamento integral dos alimentos; aquisição de equipamentos e materiais de consumo; e contratação de agrônomos e técnicos agrícolas para acompanhamento das ações.

As ações serão realizadas na região de Brumado e no Vale do Jiquiriçá, através do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad. O Consad é um arranjo territorial institucionalmente formalizado entre prefeituras e sociedade civil para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda para famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza.

## O Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional – PSAN em Acampamentos e Pré-Assentamentos em Áreas de Reforma Agrária da Bahia

Respalhada na Lei nº11.346 de 2006 (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - Losan), o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional – PSAN-Bahia constitui uma ação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da SEDES, da Cáritas Brasileira Nordeste III e dos Movimentos de Luta pela Terra.

O objetivo foi estruturar sistemas coletivos de produção em núcleos comunitários de famílias acampadas e pré-assentadas no Estado da Bahia para auto-abastecimento e comercialização do excedente em feiras comunitárias locais. Contribuiu, assim, para a construção de sistemas de Segurança Alimentar e Nutricional locais.

Foram aplicados R\$ 3,1 milhões, sendo R\$ 2,6 milhões do MDS e R\$ 512 mil de contrapartida do Estado na construção de núcleos produtivos, de lavouras, hortas comunitárias, criação de pequenos animais, campos de sementes crioulas, canteiros de ervas medicinais, viveiros de mudas para reflorestamento, além de assessoria e capacitação técnica para 8,4 mil famílias, dependentes de cestas básicas, que viviam em precárias condições nos acampamentos e pré-assentamentos em 87 municípios, distribuídos em 21 territórios baianos, conforme Tabela 42.

**TABELA 42**

**COMPARATIVO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PSAN/ BAHIA  
BAHIA, 2004-2007**

CONVÊNIOS / FAMÍLIAS	CV 154/2004	CV 320/2007	TOTAL ACUMULADO	%
Acampadas	1310	3743	5.053	60,1
Pré-assentadas	2.568	629	3.197	38,1
Assentadas	0	150	150	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>3.878</b>	<b>4.522</b>	<b>8.400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEDES

É importante salientar que, em todas as etapas do Projeto, os Movimentos Sociais de Luta pela Terra, representados pelo Comitê Gestor, vêm acompanhando, monitorando e apoiando a execução das metas, contando inclusive com a

participação de 84 jovens agentes mobilizadores dentro dos acampamentos. O Quadro 6 detalha as metas e os benefícios gerados à população pelo Projeto PSAN.

**QUADRO 6**

**AVANÇOS ALCANÇADOS COM OS RESPECTIVOS BENEFÍCIOS  
GERADOS À POPULAÇÃO - PSAN  
BAHIA, 2009**

**MONITORAMENTO E APOIO À EXECUÇÃO DAS METAS**

O Projeto impulsionou a importância da prática de produção agroecológica entre os trabalhadores rurais, incentivando a diversificação de produtos agrícolas e resgatando o plantio de sementes crioulas, plantas medicinais, hortaliças, viveiro de mudas e árvores frutíferas, contemplando também a criação de animais de pequeno porte;

Na região do semiárido os agricultores passaram a compreender melhor as dificuldades que o clima impõe à terra e ao homem;

O projeto contribuiu para melhorar a autoestima das famílias agricultoras, aliando o conhecimento popular ao técnico;

Maior capacidade de articulação de diferentes atores/movimentos sociais de luta pela terra, visando à construção de unidade política em torno do tema;

Capilarização do debate da segurança e soberania alimentar e nutricional;

Mudança de hábitos alimentares com a diversificação e adequação da dieta;

O projeto chegou às comunidades até então totalmente desassistidas pelo Estado;

Avanço no debate da agroecologia e no entendimento da convivência com o bioma;

Fortalecimento do espírito de coletividade;

Reconhecimento dos acampados/as como sujeitos políticos e de direitos;

Aumento da confiança e auto-estima dos indivíduos;

A capacitação dos agentes mobilizadores preparando-os para tarefas de complexidade relativamente alta (licitação, prestação de contas, elaboração/implantação de projetos produtivos e capacitação das famílias;

O acompanhamento das famílias pelos agentes, coordenadores, técnicos da Cáritas e dos governos estaduais que propicia oportunidade de maior proximidade do Estado;

A segurança alimentar e nutricional e o treinamento no que diz respeito a idéias de produção coletiva, agroecologia, formação de banco de sementes e preservação ambiental;

Propiciou uma visão da situação atual das famílias, apontando diretrizes para encaminhamentos no sentido de reverter a situação de insegurança alimentar e nutricional das famílias e que possivelmente servirá de instrumento para as lutas pela reforma agrária nos governos federal e estadual;

A gestão participativa por um grupo gestor constituído por cinco movimentos sociais de maneira tranquila com diálogo aberto, respeitando os interesses e lutas individuais;

A condução de um projeto complexo em sua execução antes do tempo previsto pelo Convênio e com uma equipe multidisciplinar (engenheiros agrônomos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais, contadores e antropólogo);

A relação de maior proximidade entre o Estado e os Movimentos Sociais, que na gestão passada não seria possível.

Fonte: SEDES

## Inclusão Produtiva

Houve a continuidade da execução e acompanhamento de 35 convênios anteriormente firmados, com liberação de recursos, em 2009, de R\$ 6,4 milhões, beneficiando 14,2 mil famílias em diversos segmentos produtivos, como avicultura, corte e costura, reciclagem de resíduos sólidos, agricultura familiar, agroindústria familiar, policultura, artesanato, estética, núcleo produtivo de artefatos de couro e de montagem de calçados.

No exercício de 2009, foram firmados três novos convênios, tendo sido liberados cerca de R\$ 2 milhões, beneficiando 52 famílias nos segmentos de ovinocultura, apicultura, avicultura, horticultura e agricultura familiar. Todos os projetos em execução têm como objetivo o desenvolvimento de populações específicas/tradicionais e beneficiários do Bolsa Família.

Em 2009, começou a execução de convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Social e a SEDES para implantar o Projeto de Inclusão Sócio-produtiva com o fortalecimento da economia dos Pequenos Produtores Familiares do Semiárido Baiano, por meio de investimentos em equipamentos técnicos, capacitação e qualificação dos produtores e assistência técnica rural, para promover a inclusão de pequenos produtores no mercado de forma competitiva e sustentável. Serão envolvidas 7,9 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família de 51 municípios da Bahia.

Os recursos totalizam R\$ 13,2 milhões, sendo R\$ 11,8 milhões provenientes do MDS e R\$ 1,4 milhão de contrapartida do Estado. O projeto contempla três segmentos: Caprinocultura Leiteira com mil beneficiários; Agroindústria Familiar da Fruticultura com 1.950; e Estruturação e Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Sisal com cinco mil beneficiários. O estágio atual é de levantamento e pré-seleção das localidades, organizações e beneficiários.

No segmento de Caprinocultura de Leite, já se definiu Curaçá, Jeremoabo e Monte Santo como municípios-âncora para implantar três usinas de beneficiamento de leite e ainda instalar 50 Unidades de Produção de Leite – UPL como base de sustentação.

No segmento de Beneficiamento de Frutas, Uauá, Ribeira do Pombal e Itiúba são os locais definidos para implantação das três Unidades, aguardando apenas o

processo de pré-seleção das outras localidades onde serão instaladas 39 minifábricas.

Para o segmento do Sisal, já estão definidos os locais da instalação de duas Batedeiras Comunitárias em Araci e Itiúba, dois Viveiros em Monte Santo e Conceição do Coité, e dois Núcleos de Artesanato em Nordestina e São Domingos.

Foi assinado convênio entre o Governo do Estado, por intermédio da SEDES e a Associação Progetto Sud Uil-Brasil, para a implantação do Centro de Desenvolvimento Social e de Segurança Alimentar para o Litoral Norte da Bahia. O valor total é de R\$ 4,3 milhões, sendo R\$ 2,1 milhões como contrapartida da instituição italiana e R\$ 2,1 milhões do Governo do Estado. O projeto beneficiará 1.250 famílias e abrangerá os segmentos da agricultura orgânica, apicultura, mariscação, meio ambiente e artesanato.

## Projeto Pescando Renda

O Projeto Pescando Renda busca promover a segurança alimentar e nutricional através da geração de renda e inclusão social de beneficiários do Bolsa Família e Comunidades Tradicionais, em locais de potencialidades para a aquicultura e pesca artesanal. Ao todo, foram atendidos 12 municípios em seis territórios, através de parcerias com prefeituras, associações, cooperativas e através da Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais – Fundipesca, beneficiando diretamente um total de 1.179 famílias.

Foi implantado um Sistema de Condomínio Solidário no Açude de Poço Grande, em Araci, considerando a realidade local. A proposta beneficiou diretamente 52 famílias da Associação dos Pescadores de Poço Grande, com efeitos econômicos positivos, abrindo mais uma opção produtiva para as comunidades em oferta de pescado.

A sustentabilidade do Projeto foi assegurada a partir da criação do Fundo de Inclusão Social do Condomínio – FIS, levando cada beneficiário a contribuir com uma porcentagem da sua produção para que outras famílias pudessem entrar no Sistema de Condomínio.

Houve a aquisição de 144 embarcações, que foram distribuídas para a comunidade indígena Tuxá, de Rodas; Associação de Pescadores da Gamboa de Bai-

xo, em Salvador; a Central de Desenvolvimento das Associações – CDA, de Araci; e 15 comunidades dos municípios de Jandaíra, Conde e Entre Rios, no Litoral Norte, e Salvador. A comunidade de Buraquinho, em Lauro de Freitas, foi contemplada com reforma geral de dois barcos, que ganharam novos motores.

A aquisição das embarcações beneficiou 1.068 famílias e possibilitou que pescadores e marisqueiras explorassem outros pesqueiros, contribuindo assim para a geração de renda, aliviando a sobrepesca em determinados locais. Além das embarcações, apetrechos de pesca foram adquiridos e entregues às comunidades.

No território Baixo Sul, 59 marisqueiras foram beneficiadas com a aquisição de *Kit* Marisqueiras, no município de Jaguaripe, através do Núcleo Jaguaripense de Apoio Social, proporcionando melhores condições para o processamento do marisco, desde a lavagem do produto até a embalagem, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional e proporcionando a inserção em novos mercados.

### **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia – CONSEA/BA**

O Conselho de Segurança Alimentar do Estado da Bahia iniciou o ano de 2009 focando como

prioridades: o processo de Regulamentação do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, que será responsável pela elaboração e gestão da Política Estadual de SAN; a organização do processo de eleição dos membros do Conselho e da Presidência; realização de ajustes ao Projeto Sisan, de forma a aprová-lo junto ao MDS; e a realização do Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de SAN e do Encontro de todos Consea da Região Nordeste.

Neste ano, também o Consea-BA, assim como os demais, integraram-se à Campanha Nacional pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 047/2003, que prevê a inclusão do Direito à Alimentação na Constituição Brasileira, e também pela aprovação da Medida Provisória 455, onde consta o artigo que possibilita a aquisição de 30% de alimentos produzidos pela agricultura familiar para a Alimentação Escolar. Pode-se dizer que, em 2009, os esforços convergiram principalmente para o fortalecimento do Consea-BA, para a regulamentação da Lei Estadual de SAN, aprovada em 20 de maio de 2008, e para a afirmação do campo da Segurança Alimentar no Estado da Bahia.

O Quadro 7 detalha o conteúdo das reuniões do CONSEA/BA no ano de 2009.

#### **QUADRO 7**

#### **CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA BAHIA - AÇÕES BAHIA, 2009**

AÇÕES	CARACTERIZAÇÃO
Reuniões	<p>Comissão de Sisan, Plano e Política de SAN para elaboração da proposta de Regulamentação do Grupo Governamental, enviada à Casa Civil; e para a elaboração de Minuta de Regulamentação do Consea-BA.</p> <p>Plenárias Ordinárias, realizadas no auditório do Espaço Crescer – SETRE, que balizou a elaboração do Planejamento de 2009; no Plenarinho da Assembléia Legislativa; no Tribunal de Justiça da Bahia.</p> <p>Coordenação Executiva do Consea-BA</p> <p>Comissão de Formação do Consea-BA, onde se discutiu a elaboração da Cartilha e realização da Oficina de SAN; e preparatória ao Encontro de Consea da Região Nordeste.</p> <p>Dos representantes da Sociedade Civil dentro do Consea-BA para discussão sobre o processo de sucessão do Conselho.</p> <p>Presidência Consea com a Casa Civil.</p> <p>Comitê Gestor do Programa Leite Fome Zero-Bahia.</p> <p>Comitê Gestor do Programa de Apoio Fundos Solidários da Bahia.</p> <p>Preparatória à Semana Mundial da Alimentação.</p> <p>Representantes do Poder Público dentro do Consea-BA.</p>

Continua

Conclusão do Quadro 7

Audências	Ordinária da Plenária do Consea-BA para Eleição das Organizações membros que atuarão no Conselho no período de 2010–2012. Fórum Estadual de Direito Humano a Alimentação Adequada e SAN. Presidente do Consea-BA com Secretário da SEDES; e Participação em Sessão Especial dos “25 anos MST”, ocorrida na Assembléia Legislativa. Com representante da ASA e com o Secretário da SEMA. Com a Secretária da Casa Civil.
Campanha	Campanha de mobilização social em prol da aprovação da Lei de Alimentação Escolar e pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 047/2003, que prevê a inclusão do Direito à Alimentação na Constituição Brasileira. Campanhas estas trabalhadas ao longo do ano até alcançar as aprovações.
Oficinas	Nacional (Brasília): “Construindo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, promovida pelo MDS, cuja finalidade foi fornecer informações detalhadas para os ajustes necessários à aprovação do Projeto Sisan, elaborado pelo Consea-BA em parceria com a SEDES/Siaa Sobre SAN e Alimentos Regionais no Rio Grande do Norte. Igualdade de Gênero, Soberania e Segurança Alimentar na Semana reflexiva sobre o “08 de março - Dia Internacional da Mulher”, promovida pelo Consea-BA em parceria com a Cese, Heifer, Sasop e Terre Des Hommes. Regional VIII de Distribuição de Alimentos e Grupos Específicos.
Seminários	Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Paulo Afonso. Semana Mundial de Alimentação: “Alcançar a Segurança Alimentar em Época de Crise”. Sobre SAN no Mundo do Trabalho.
Encontros	VI Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido no Centro de Treinamento de Líderes em Itapoã (Salvador-BA). I Encontro de participantes do Curso de DHAA, ocorrido no Auditório do Hospital Juliano Moreira. Encontro Regional Nordeste dos Consea. Encontro Nacional de SAN: Balanço da 3ª Conferência +2, em Brasília.
Debates	I Ciclo de Debates “Povos e Comunidades Tradicionais: inclusão, fortalecimento e desenvolvimento social”, ocorrido na Flem.
Mesas Técnicas	Mesa Técnica “Editais de Segurança Alimentar e Nutricional”, ocorrida em Brasília.
Lançamentos	Manual de SAN na Agricultura Familiar em comemoração aos 20 anos do Serviço de Assessoria às Organizações Populares – Sasop.
Simpósios	Simpósio do Direito Humano a Alimentação Adequada, ocorrido no auditório da Uneb.
Jornadas	Participação na III Jornada de Nutrição da UNIME.
Mídia	Participação do Presidente do Consea-BA em quadro especial sobre SAN na TVE Revista

Fonte: Coordenação Consea-Ba

## PROMOÇÃO SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

### Programa de Desenvolvimento Social de Povos e Comunidades Tradicionais – PPCT

A implementação do Programa de Desenvolvimento Social dos Povos e Comunidades Tradicionais – PPCT representa o despertar do Estado pelo reconhecimento da ausência de políticas públicas para um número significativo de grupos com características tradicionais na Bahia.

O programa tem como eixos principais o fortalecimento institucional, o acesso ao território, às políticas públicas e à inclusão produtiva, e trabalha, sobretudo, na inserção destes povos no campo dos direitos, respeitando seus modos de vida e preservando-lhes o direito à diferença.

O Programa atende essencialmente os povos indígenas, comunidades quilombolas e de fundo de pasto, povo de terreiro, ciganos e extrativistas, delimitados a partir da concentração de cada segmento no Estado, abrangendo 168 municípios.

O PPCT, representado pela SEDES, mantém com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud o termo de Cooperação Técnica denominado BRA 07/015.

Esse Termo de Cooperação é justificado pela reconhecida experiência, capacidade operacional e técnica que o Pnud oferece aos sistemas logísticos de execução de um projeto, em âmbitos mundial e nacional.

Numa divisão tripartite de responsabilidades, entram no bojo desse termo a Agência Brasileira de

Cooperação – Ministério das Relações Exteriores, a SEDES e o Pnud.

Nos resultados esperados no Termo de Cooperação, são elencados produtos, conforme se destaca no Quadro 8, que vão desde a realização de Seminários de Cidadania, mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia até a construção de um Plano Estadual de Desenvolvimento. Alcança ainda a qualificação e fortalecimento da máquina estatal no que diz respeito ao desenvolvimento dos Povos Tradicionais, como responsabilidade e dever do Estado burocrático.

#### QUADRO 8

#### RESULTADO DE PRODUTOS / TERMO DE COOPERAÇÃO BAHIA, 2009 (\*)

PRODUTO	CARACTERIZAÇÃO
Exposição	"I Expo Tradicionais", realizada em julho de 2009. Mostra de produtos confeccionados e produzidos pelos povos e comunidades tradicionais da Bahia, a exemplo de bordados, rendas, doces, artesanato em palha, coco ouricuri, etc.
Ciclo de Debates	I e II Ciclo de Debates com o tema "Povos e Comunidades Tradicionais: Inclusão, fortalecimento e desenvolvimento social", ocorridos em julho e agosto, respectivamente, com a participação de aproximadamente 240 técnicos do Governo do Estado. Abordagem dos temas Composição étnica, racial e cultural das comunidades tradicionais; Diálogo sobre Povos e Comunidades Tradicionais; Legislação e marcos legais na implementação dos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais; Estudos atuais e indicadores sociais dos Povos e Comunidades Tradicionais na Bahia; Elaboração, implementação, gestão e monitoramento de projetos e programas para os segmentos tradicionais do Estado; Desenvolvimento humano, Etnodesenvolvimento e Regularização Fundiária.
Mapeamento	Lançamento do Mapeamento e Diagnóstico da Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais, em Salvador, com a participação de aproximadamente 80 participantes.

Fonte:  
(\*) dados até agosto

O Quadro 9 indica as ações desenvolvidas no âmbito das comunidades tradicionais durante 2009.

#### QUADRO 9

#### PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS - AÇÕES BAHIA, 2009

INDÍGENAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio aos jogos indígenas de Coroa Vermelha;</li> <li>• Reuniões com GTI Indígena;</li> <li>• I Seminário Estadual de Cidadania dos Povos Indígenas – "Construindo a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais";</li> <li>• Atendimento às lideranças com orientação para elaboração de projetos;</li> <li>• Centro de Referência da Assistência Social – Cras Indígena;</li> </ul>

Continua



#### Conclusão do Quadro 9

- Apoio à articulação e fortalecimento estadual dos povos indígenas;
- Apoio às ações voltadas às escolas indígenas, núcleos produtivos;
- Aquisição e doação de barcos pelo Programa Pescando Renda.

#### QUILOMBOLAS

- Visitas técnicas e apresentação do Programa nas comunidades quilombolas;
- I Seminário Estadual de Cidadania das Comunidades Quilombolas – “Construindo a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”;
- Participação no Grupo de Trabalho Intersectorial Quilombola organizado pela SEPROMI;
- Atendimento e orientação para elaboração de Projetos;
- Projeto Alto Bonito – Tijuaçu;
- Apoio aos eventos quilombolas: Seminário de Etnodesenvolvimento de Quilombos de Baixo Sul.

#### POVOS DE TERREIRO

- I Seminário Estadual de Cidadania dos Povos de Terreiro – “Construindo a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”;
- Articulação com entidades representativas;
- Orientação para elaboração de Projetos;
- Apoio aos eventos: Seminários em Lauro de Freitas, e de Cachoeira;
- Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos de Terreiro.

#### FUNDO DE PASTO

- I Seminário Estadual de Cidadania das Comunidades Quilombolas – “Construindo a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”;
- Orientação para elaboração de Projetos;
- Apoio a articulação estadual;
- Participação de Grupo de Trabalho com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA.

#### EXTRATIVISTA

- Articulação junto ao Projeto Pescando Renda, com apoio aos pescadores de Andaraí – Fazenda Velha e com Associação de Pescadores de Coroa Vermelha;
- I Seminário Estadual de Cidadania de Pescadores Artesanais e Extrativistas – “Construindo a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”.

Fonte: SEDES

(\*) dados até dezembro

O projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombolas da Fazenda Alto Bonito – Distrito de Tijuaçu objetiva promover a melhoria das condições de vida para os remanescentes quilombolas da Fazenda Alto Bonito, onde vivem 37 famílias em condições subumanas de moradia, em situação de extrema pobreza e de insegurança alimentar.

Foi um investimento pioneiro desenvolvido com uma Comunidade Quilombola na Bahia, atuando-se na infraestrutura social e econômica deste grupo social. No setor de construção, foram edificadas 25 casas, reformadas oito, construídas cinco unidades sanitárias, um centro de cultura múltiplo

uso e 36 cisternas de captação de água de chuva. Na geração de trabalho e renda, foram implantados 37 núcleos para a exploração da avicultura, 37 hortas comunitárias e lavoura de subsistência para garantir a segurança alimentar no auto-consumo e comercialização do excedente. Na área agrícola, foram distribuídas sementes de feijão e milho e mudas frutíferas para a formação de pomar doméstico. Aliada a essas ações, houve capacitação tecnológica e assistência técnica continuada em ambiente de oficinas. Na área social, foram trabalhadas com sessões de terapia comunitária ações para o fortalecimento da autoestima, convivência familiar e comunitária, coletividade, direito de cidadania, entre outros.

Os recursos aplicados pela SEDES foram da ordem de R\$ 772,2 mil. O valor da contrapartida da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim foi de R\$ 40,2 mil, perfazendo assim um investimento total de R\$ 812,4 mil.

Com relação aos projetos do Programa de Desenvolvimento Social de Povos e Comunidades Tradicionais, destacam-se:

- Projeto Ibacim (EAN) – Valorização da cultura dos Povos e Comunidades Tradicionais, com incentivo à produção e consumo de alimentos saudáveis e culturalmente aceitos, promovendo a mobilização social para estimular o associativismo e instruir à busca por recursos para a execução de projetos adequados à realidade local;
- Projeto Ajeum – Saberes e Fazeres Tradicionais Produzindo Alimentos – Uma proposta que visa apoiar a produção sustentável de alimentos para o auto-consumo acompanhada por um processo de capacitação e assistência técnica. Este Projeto está cadastrado no Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv) e aprovado pelo MDS;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Contratação de consultoria que consolidou os dois Ciclos de Debates para Povos e Comunidades Tradicionais, o Seminário Estadual de Cidadania para Povos e Comunidades Tradicionais, o I Ciclo de Debates para Ciganos, e a elaboração das Cartografias Sociais de Povos e Comunidades Tradicionais, em execução.

No ano de 2009, a articulação da SEPROMI com diversas secretarias estaduais, através do Grupo Intersectorial para Quilombos, possibilitou a consolidação de uma política voltada para as comunidades quilombolas, o que pode ser evidenciado pelo número de áreas técnicas criadas em órgãos da administração estadual para o atendimento a esse segmento (Quadro 10), e pela assinatura do Decreto nº 11.850, de 23 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Para assegurar o cumprimento desta política, a SEPROMI, através da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial, participa de fóruns e comitês no âmbito do Governo do Estado, nos quais a questão quilombola se insere. São eles:

- Grupo de Trabalho da Bacia do São Francisco;
- Sala de Situação da Casa Civil para acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC / Fundação Nacional de Saúde – Funasa;
- Comitê Gestor do Programa Água Para Todos;
- Grupo de Trabalho para criação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia;
- Comissão Executiva do Programa Iguape Sustentável.

Igualmente, vêm sendo ampliados os canais de diálogo com as organizações representativas das comunidades quilombolas na busca da construção compartilhada de respostas para os inúmeros problemas que atingem estas populações.

#### QUADRO 10

#### UNIDADES TÉCNICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM DIVERSAS SECRETARIAS BAHIA, 2009

SECRETARIA	UNIDADE
SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade / Superintendência de Promoção da Igualdade Racial	Coordenação de Política para Quilombos
SEAGRI – Secretaria da Agricultura / CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Núcleo de Ações em Quilombos
SEAGRI – Secretaria da Agricultura / BDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário / SEAGRI	Coordenação de Quilombos
SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano / Superintendência de Habitação	Coordenação de Projetos Especiais

Continua

Conclusão do Quadro 10

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza / Superintendência de Inclusão Social	Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente / Ingá – Instituto de Gestão das Águas e do Clima	Assessoria Especial para Povos e Comunidades Tradicionais
SEDIR – Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional / CAR	Coordenação de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais
SEC - Secretaria de Educação / Superintendência de Educação Básica	Coordenação da Educação das Relações Étnico-raciais e Diversidade
SESAB – Secretaria de Saúde / Diretoria de Gestão do Cuidado	Coordenação de Promoção da Equidade em Saúde

Fonte: SEPROMI

Das 297 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP / Ministério da Cultura – MinC, até maio de 2009, 174 estão incluídas em programas governamentais federais e estaduais. Os caminhos trilhados neste terceiro ano de governo já permitem perceber a paulatina adequação da estrutura da administração pública às demandas das comunidades.

Em 2009, cerca de 30 comunidades foram envolvidas no processo de construção de seus

Planos de Desenvolvimento Sustentável a partir de diagnósticos participativos, articulados pelo Grupo Intersetorial para Quilombos composto pela SEPROMI, que o coordena, mais o CDA, EBDA, SESAB, CAR, SEC, SEDUR, Ingá e SEDES. Esta ação envolve mais de 3,5 mil famílias que vivem em comunidades de três municípios do território de identidade Chapada Diamantina, um município do território Litoral Sul e cinco no Baixo Sul, conforme Tabela 43.

**TABELA 43**

**COMUNIDADES COM DIAGNÓSTICOS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ELABORAÇÃO E ELABORADOS BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	NÚMERO DE COMUNIDADES	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE PESSOAS
Chapada Diamantina	7	568	2.352
Litoral Sul	2	148	622
Baixo Sul	20	2.859	7.330
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>3.575</b>	<b>10.304</b>

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

A inserção das comunidades quilombolas em programas governamentais é parte importante da execução dos Planos de Desenvolvimento Sustentável, onde se destacam as demandas por infraestrutura e programas sociais, especialmente no que se refere ao saneamento básico.

**Saneamento Básico** - Em 2009, foram assegurados recursos no montante de R\$ 22,2 milhões, através do PAC/Funasa, para projetos executivos de 47 comunidades quilombolas de 26 municípios selecionados em 2007-2008.

A SEPROMI, responsável pelo acompanhamento das ações do PAC nos quilombos, realizou, juntamente com a Companhia de Engenharia Rural da Bahia – Cerb e a Funasa, visitas técnicas às comunidades para a avaliação dos projetos em campo, contribuindo, dessa forma, para aproximar os governos Federal e Estadual das comunidades.

O Programa Água Para Todos, através da Cerb, Embasa, SEDIR/CAR e SEDES, beneficiou, em 2009, 73 comunidades de 35 municípios com obras e melhorias, num total de 90 ações, como construção de poços, cisternas, sistemas de saneamento, ampliação e recuperação de sistemas de abastecimento de água, conforme consta na Tabela 44.

**TABELA 44**

**PROJETOS DE SANEAMENTO BÁSICO  
BAHIA, 2009**

TIPO	ÓRGÃO EXECUTOR					TOTAL DE AÇÕES
	CAR	CERB	EMBASA	SEDES	SEDIR	
<b>CONSTRUÇÃO</b>						
Barragem	1					1
Cisterna	5			18	2	25
Poço		24				24
Sistema de Abastecimento	1	15	2			18
Sistema de Esgotamento Sanitário			1			1
Melhoria Sanitária Domiciliar - MSD	12					12
Saneamento Integrado	1					1
<b>AMPLIAÇÃO</b>						
Sistema de Abastecimento		6				6
<b>RECUPERAÇÃO</b>						
Sistema de Abastecimento		2				2
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>47</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>90</b>

Fonte: Cerb – Sistema de Acompanhamento do Programa Água para Todos

Além disso, a SEDUR, através de sua Superintendência de Saneamento Básico, em convênio com a Cerb, está desenvolvendo sistemas de abastecimento de água associados a um modelo de gestão que estimula as comunidades a operarem seus sistemas de modo a garantir a qualidade e a regularidade da oferta de água. Serão atendidas 15 comunidades quilombolas da Chapada Diamantina, com estimativa de beneficiar 9.619 pessoas.

**Energia Elétrica** - Através do Programa Luz Para Todos, em 2009, mais nove comunidades quilombolas foram beneficiadas, num total de 190 novos domicílios com acesso a energia, com um investimento de R\$ 1,7 milhão.

**Habitação** - Com o Programa Morada Quilombola, a SEDUR deu prosseguimento às articulações iniciadas em 2007 com o Ministério das Cidades,

visando agilizar as contratações de projetos. Com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e do Programa Morada Quilombola, estão sendo beneficiadas 16 comunidades de sete municípios dos territórios de identidade do Velho Chico, Chapada Diamantina e Recôncavo. Com recursos próprios, mais duas comunidades estão sendo atendidas, uma no território do Velho Chico e a segunda na RMS, conforme Tabela 45.

**TABELA 45**

**PROJETOS DE HABITAÇÃO  
BAHIA, 2009**

SITUAÇÃO	NÚMERO DE COMUNIDADES
Aprovados pela CEF, em fase de preparação de licitação	07
Em licitação das obras	01
Obras em andamento	07
Aprovados pelo Ministério das Cidades	03
TOTAL	18

Fonte: SEDUR

**Educação** - Os diagnósticos elaborados revelaram um quadro precário das escolas quilombolas em termos de estrutura física, material didático, merenda e transporte escolar. Por isso, a SEPROMI, respondendo às oportunidades abertas pelo Ministério da Educação – MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, realizou uma reunião com 18 prefeituras municipais para estimular a apresentação de projetos de construção de escolas quilombolas, com recursos do FNDE-MEC.

Esta iniciativa foi posteriormente ampliada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC, que organizou um segundo encontro com gestores municipais, passando a assumir a responsabilidade da captação dos recursos junto ao FNDE-MEC, dado o significativo número de municípios impossibilitados de conveniar com o Governo Federal. Desse processo, três prefeituras encaminharam seus projetos diretamente ao MEC, enquanto a SEC encaminhou para análise projetos que visam beneficiar mais 15 municípios. Como fruto desta

articulação, a Bahia poderá ter mais 35 escolas quilombolas, sendo 27 de Ensino Fundamental e oito de Ensino Médio.

**Fortalecimento Institucional** – Duas ações nessa direção estão sendo desenvolvidas no âmbito do Grupo Intersetorial para Quilombos pela SEPROMI e pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. A SEPROMI está em processo de contratação de consultoria para a realização de oficinas de fortalecimento institucional em 54 comunidades dos territórios de identidade Recôncavo, Vitória da Conquista, Chapada Diamantina, Velho Chico e Litoral Sul. O objetivo é fortalecer as comunidades para o exercício do controle social dos Planos de Desenvolvimento Sustentável. Essa ação apóia-se numa metodologia participativa e dialogada com as comunidades, tendo como elementos estruturantes dos processos formativos a identidade quilombola e a (re) apropriação dos valores ancestrais e de resistência. Também estão incluídas nesse processo cinco comunidades com projetos produtivos em fase de implantação nos municípios de Cachoeira, Maragogipe, Vitória da Conquista, Malhada e Canarana.

A CAR, mediante contrato do Governo do Estado da Bahia com o Banco Mundial e o Japan Social Development Fund - JSDF, está desenvolvendo um projeto que objetiva a inclusão das comunidades quilombolas no âmbito das iniciativas de combate à pobreza rural apoiadas pelo Banco Mundial no Nordeste do Brasil. Na primeira etapa, as ações serão voltadas para a criação de associações quilombolas e qualificação política daquelas existentes. Para alcançar esses resultados, o projeto desenvolveu uma estratégia que privilegia a parceria com organizações da sociedade civil e as secretarias estaduais de Promoção da Igualdade (SEPROMI), de Cultura (SECULT) e de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES).

As comunidades a serem contempladas estão em fase de definição pela CAR e a SEPROMI.

**Projetos Produtivos** – Os projetos elaborados em 2007-2008, com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, foram aprovados pela Caixa Econômica Federal, estando na etapa de licitação das obras. São investimentos da ordem de R\$ 861 mil que beneficiarão, indiretamente, cerca de 1.500

famílias em atividades produtivas, como implantação de Casa de Mel em Cachoeira, Beneficiamento de Farinha em Maragogipe e Vitória da Conquista e em Malhada Casa de Mel e Horta Comunitária.

**Assistência Técnica e Extensão Rural** – Recursos na ordem de R\$ 1,3 milhão foram aprovados pelo Fundo de Combate à Pobreza – Funcep para o provimento de assistência técnica, pela EBDA, em comunidades com Planos de Desenvolvimento Sustentável elaborados.

Em 2009, a SEPROMI deu continuidade ao apoio às comunidades quilombolas, tanto nos processos de regularização fundiária como na defesa de seus direitos, mediante orientação jurídica. Este é um aspecto fundamental no trabalho com quilombos, pois a terra é parte constitutiva da identidade quilombola. Ademais, a inexistência de conflitos envolvendo a propriedade da terra é condição importante para assegurar o acesso a políticas sociais e a sustentabilidade de seus efeitos.

**Assistência Jurídica** – As tensões e conflitos políticos têm sido acompanhados pela SEPROMI em atendimento às demandas das comunidades. Neste ano, persistiram os problemas nas comunidades de São Francisco do Paraguaçu, Itaguaçu da Bahia e Carinhanha. A destacar nesse processo a visita do ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir a São Francisco do Paraguaçu, reiterando o compromisso do Governo Federal com os encaminhamentos dados pelo Governo do Estado na questão quilombola.

**Regularização Fundiária** – A regularização de terras quilombolas na Bahia ainda tem no Incra o seu principal agente. No decorrer de 2009, este Instituto deu continuidade à elaboração dos 20 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID, iniciados em 2007/2008, em convênio com Incra Nacional, com a interveniência da SEPROMI. É importante ressaltar a conclusão e publicação do RTID de São Francisco do Paraguaçu (Cachoeira), etapa importante rumo à titulação desta comunidade, que se tornou emblemática pela firme resistência frente a seguidos ataques ao seu direito à terra.

Com a publicação do Decreto da Política Estadual para as Comunidades Quilombolas, a CDA/

SEAGRI, articulada com a SEPROMI, deu início a processos de regularização das terras públicas habitadas por comunidades quilombolas, mediante procedimento de Discriminatória Administrativa Rural. Esse procedimento está concluído em sete comunidades quilombolas de dois municípios do território de identidade da Chapada Diamantina, envolvendo 566 famílias; dois outros processos estão em andamento e beneficiarão 340 famílias.

## ESPORTE

### Visão Geral

A Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – Sudesb, autarquia vinculada à SETRE, visando ao atendimento da diretriz estratégica do Governo do Estado da Bahia de Promover o Desenvolvimento e a Inclusão Social, concebeu e desenvolveu atividades com o fim de fomentar o desporto, recreação e lazer no Estado da Bahia a partir dos seguintes eixos:

- 1) Expansão da infraestrutura esportiva de interesse comunitário;
- 2) Promoção e realização de competições esportivas e de lazer;
- 3) Formação de talentos;
- 4) Apoio técnico e financeiro ao esporte amador;
- 5) Orientação, preparação, difusão e supervisão da prática do desporto.

Entre janeiro e setembro de 2009, a Sudesb investiu em suas ações finalísticas cerca de R\$ 4,4 milhões em atividades que vão desde a construção e reforma de equipamentos esportivos até a doação de material esportivo ou o acompanhamento de eventos esportivos e de lazer, beneficiando aproximadamente 275 mil pessoas em 212 municípios baianos nos 26 territórios de identidade.

A partir dos eixos que definem as ações de fomento ao desporto, recreação e lazer no Estado, podem-se destacar as seguintes ações:

- Olimpíadas do Servidor – evento realizado pelos servidores públicos estaduais desde 1951, somente neste ano contou com o apoio do Governo do Estado para a sua realização. Com a participação financeira das Secretarias de Estado e em parceria direta com a SAEB - Se-



cretaria da Administração, as Olimpíadas do Servidor tiveram 2.096 servidores inscritos, disputando jogos em dez modalidades esportivas. Os jogos fazem parte do programa Você Servidor, que vem sendo desenvolvido pela SAEB, contando com a parceria da Sudesb;

- XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – Conbrace e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte – Conice - O Governo do Estado, com a Sudesb entre as principais apoiadoras, trouxe para a Bahia o XVI Conbrace e o III Conice. Estes eventos acontecem bienalmente e esta foi a primeira vez que ocorreu em Salvador. Contou com a participação de mais de dois mil inscritos;

- Projeto Virando o Jogo – Fruto de uma parceria entre a iniciativa privada e o Governo do Estado da Bahia, tendo a Sudesb como uma das entidades apoiadoras, o Projeto Virando o Jogo reuniu, em Pituaçu, num torneio de futebol masculino, seleções de garotos entre 11 e 14 anos, representando bairros carentes de Salvador (Nordeste de Amaralina, Bairro da Paz, Boca do Rio, Cajazeiras, Candeal, Itapagipe, Liberdade e Periperi).

Confira o investimento direto da Autarquia em 2009, por tipo de ação e por território de identidade, nas Tabelas 46 e 47, respectivamente.

**TABELA 46**

**AÇÕES FINALÍSTICAS DE ESPORTE E LAZER POR TIPO DE AÇÃO  
BAHIA, 2009**

AÇÃO	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)	PESSOAS BENEFICIADAS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Construção de equipamentos esportivos	842	17.121	17
Reforma de equipamento esportivo	186	37.047	3
Apoio técnico e financeiro a eventos esportivos e de lazer	1.876	65.249	22
Apoio institucional a eventos esportivos e de lazer	2	9.930	9
Caravana do lazer - Dia de Lazer	24	17.140	12
Caravana do lazer - formação de multiplicadores	-	550	7
Copas de futebol	199	108.408	61
Curso de atualização de árbitros de futebol	-	128	4
Doação de material esportivo	205	3.760	65
Fornecimento de passagens aéreas e terrestres	103	194	1
Escola de esportes e inclusão social	863	16.137	10
Regatas	69	50	1
<b>TOTAL</b>	<b>4.369</b>	<b>275.714</b>	<b>212</b>

Fonte: SETRE/Sudesb

**TABELA 47**

**AÇÕES FINALÍSTICAS DE ESPORTE E LAZER POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE  
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	VALOR INVESTIDO (R\$ 1.000,00)	PESSOAS BENEFICIADAS	% INVESTIDO
Irecê	151	9.166	3,5
Velho Chico	72	1.345	1,6
Chapada Diamantina	18	2.380	0,4

Continua

Conclusão da Tabela 47

Sisal	40	63	0,9
Litoral Sul	78	3.180	1,8
Baixo Sul	23	9.692	0,5
Extremo Sul	468	31.301	10,7
Itapetinga	50	842	1,1
Vale do Jiquiriçá	112	15.033	2,6
Sertão do São Francisco	0	22	-
Oeste Baiano	86	1.191	2,0
Bacia do Paramirim	34	60	0,8
Sertão Produtivo	84	620	1,9
Piemonte do Paraguaçu	58	14.830	1,3
Bacia do Jacuípe	99	11.149	2,3
Piemonte da Diamantina	42	4.166	1,0
Semiárido Nordeste	3	60	0,1
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	85	2.272	1,9
Portal do Sertão	63	32.618	1,4
Vitória da Conquista	49	610	1,1
Recôncavo	109	23.552	2,5
Médio Rio de Contas	130	10.046	3,0
Bacia do Rio Corrente	2	40	0,1
Itaparica	2	20	0,1
Piemonte Norte do Itapicuru	66	1.590	1,5
Metropolitano de Salvador	2.444	99.866	55,9
<b>TOTAL</b>	<b>4.368</b>	<b>275.714</b>	<b>100</b>

Fonte: SETRE/Sudesb

Os maiores investimentos feitos em 2009 foram nos seguintes territórios de identidade: Metropolitano de Salvador com R\$ 2,4 milhões; Extremo Sul com R\$ 468 mil; Irecê com R\$ 151 mil; e Médio Rio de Contas com R\$ 130 mil.

Os investimentos na Região Metropolitana de Salvador (55,9%) foram, principalmente, no apoio direto aos atletas, através do fornecimento de passagens, doação de material esportivo e apoio direto às ações de fomento ao esporte, lazer e inclusão social. No interior do Estado, o peso maior dos investimentos foi na construção e reforma de equipamentos esportivos, seguindo a prioridade do atual governo em interiorizar e democratizar o acesso da população à prática dos esportes.

Como forma de diminuir a falta de infraestrutura esportiva e de lazer de Salvador, está prevista, para 2010: a construção do Ginásio de Esportes de Cajazeiras, orçado em R\$ 7,47 milhões, cujo processo com licitação já se encontra homologada; construção, orçada em R\$ 400 mil, de um ginásio de es-

portes na Uneb; além de mais quatro piscinas semi-olímpicas na capital.

Entre janeiro de 2007 e setembro de 2009, a Sudesb investiu R\$ 19,3 milhões em suas ações de esporte e lazer. Além deste valor, já está previsto o desembolso de mais R\$ 2 milhões, totalizando um investimento de R\$ 21,4 milhões nesses últimos dois anos e nove meses.

### Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos

Em decorrência da celebração de convênios, acordos ou ajustes, a Sudesb está atuando em 14 territórios de identidade, com investimentos de R\$ 1 milhão conforme a Tabela 48, beneficiando aproximadamente 54 mil pessoas.

Os investimentos na reforma de cinco equipamentos esportivos realizados pela Sudesb, em 2009, totalizam R\$ 1,7 milhão, beneficiando aproximadamente 69,2 mil pessoas.

**TABELA 48**

**CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS  
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIODE IDENTIDADE	INVESTIDO (Em R\$ 1.000,00)			%
	CONSTRUÇÃO	REFORMA	TOTAL	
Irecê	100	-	100	9,7
Velho Chico	36	-	36	3,5
Sisal	36	-	36	3,5
Extremo Sul	234	37	271	26,3
Oeste Baiano	72	-	72	7,0
Bacia do Paramirim	29	-	29	2,8
Sertão Produtivo	72	-	72	7,0
Piemonte do Paraguaçu	36	-	36	3,5
Bacia do Jacuípe	72	-	72	7,0
Portal do Sertão	12	-	12	1,2
Vitória da Conquista	36	-	36	3,5
Médio Rio de Contas	72	45	117	11,4
Piemonte Norte do Itapicuru	36	-	36	3,5
Metropolitano de Salvador	-	104	104	10,1
<b>TOTAL</b>	<b>843</b>	<b>186</b>	<b>1.029</b>	<b>100</b>

Fonte: SETRE/Sudesb

**Escola de Esportes e Inclusão Social**

O Programa de Iniciação Esportiva e Promoção da Atividade Física e Saúde – Escola de Esportes, também conhecido como “Escolinha de Esporte”, oferece oportunidades de educação, saúde e lazer através de atividades esportivas, melhorando a qualidade de vida e reduzindo o risco social de crianças, adolescentes, idosos e deficientes.

Atualmente, o projeto conta com investimento aproximado de R\$ 863 mil, atendendo mais de 16 mil pessoas nos bairros do Nordeste de Amaralina, Plataforma e Península Itapagipana, em Salvador, além dos municípios de Maracás, Cruz das Almas, Cafarnaum, Saúde, Aporá, Santanópolis, Bom Jesus da Lapa, Teixeira de Freitas e Macarani, nos territórios discriminados na Tabela 49.

**TABELA 49**

**ESCOLA DE ESPORTES E INCLUSÃO SOCIAL  
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)	PESSOAS BENEFICIADAS
Irecê	46	1.480
Velho Chico	13	1.200
Extremo Sul	123	2.870
Itapetinga	42	685
Vale do Jiquiriçá	29	720
Piemonte da Diamantina	24	550
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	64	210
Portal do Sertão	4	500

Continua

Continuação da Tabela 49

Recôncavo	47	2.000
Metropolitano de Salvador	471	5.922
<b>TOTAL</b>	<b>863</b>	<b>16.137</b>

Fonte: SETRE/Sudesb

### Copas de Futebol

As Copas têm como objetivo difundir a prática desportiva junto às comunidades dos municípios participantes, promover a integração e socialização dos participantes e fortalecer o diálogo da Sudesb com gestores municipais e dirigentes esportivos, buscando o fortalecimento das instituições. Em 2009, foram realizadas seis Copas de Futebol:

- Copa do Dendê, envolvendo dez municípios dos territórios de identidade Baixo Sul; Recôncavo e Metropolitano de Salvador;
- Copa da Mandioca, envolvendo seis municípios dos territórios de identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte e Portal do Sertão;
- Copa do Jacuípe, contando com a participação de equipes de 16 municípios baianos, distribuídos nos territórios de identidade Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina;
- Copa do Recôncavo, com a participação de sete

municípios do Território de Identidade Recôncavo e do Território de Identidade Portal do Sertão;

- Copa Vale do Jiquiriçá, envolvendo dez municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá;
- Copa 2 de Julho, com a participação de 15 municípios dos territórios de identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Portal do Sertão, Recôncavo e Metropolitano de Salvador.

No total, os eventos esportivos contaram com um investimento R\$ 199 mil, beneficiando aproximadamente 108 mil pessoas em 61 municípios baianos.

### Apoio Técnico e Financeiro a Eventos Esportivos e de Lazer

A Sudesb apóia, com recursos, competições esportivas ou eventos de lazer através da formalização de convênios com entidades esportivas e Prefeituras. Em 2009, o órgão destinou um total de R\$ 1,9 milhão para 38 entidades esportivas de 21 municípios baianos, beneficiando mais de 65 mil pessoas (Tabela 50).

**TABELA 50**

**APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER  
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	PESSOAS BENEFICIADAS	INVESTIMENTO (Em R\$ 1.000,00)
Irecê	240	6
Velho Chico	45	22
Chapada Diamantina	700	9
Litoral Sul	3.000	110
Extremo Sul	1.600	45
Vale do Jiquiriçá	5.000	14
Sertão Produtivo	500	5
Portal do Sertão	3.101	6
Vitória da Conquista	500	5
Recôncavo	507	6
Piemonte Norte do Itapicuru	1.000	13
Metropolitano de Salvador	49.056	1.635
<b>TOTAL</b>	<b>65.249</b>	<b>1.876</b>

Fonte: SETRE/Sudesb

## **Fornecimento de Passagens Aéreas e Terrestres**

Uma grande dificuldade encontrada pela maioria dos atletas no Estado é a carência de recursos para participar de eventos esportivos, que são muito importantes para o desenvolvimento na busca por um bom desempenho nas competições. Ciente desta realidade, a Sudesb tem incrementado o apoio às federações e associações desportivas, viabilizando a participação de atletas e técnicos em competições nacionais e internacionais, através do fornecimento de passagens aéreas ou terrestres. Neste ano, 194 atletas de 15 entidades esportivas foram beneficiados com passagens aéreas ou terrestres, representando um investimento do Governo do Estado no valor de R\$ 102 mil.

## **Caravana do Lazer**

Além de levar atividades de esporte e lazer que propiciam à população momentos de alegria e prazer, a Caravana do Lazer também oferece curso de formação inicial para os Agentes Comunitários de Esporte e Lazer, preparando-os para serem os multiplicadores das atividades em seus municípios. O projeto, que visa desenvolver atividades lúdico-recreativas em diferentes regiões do Estado da Bahia, já percorreu 12 municípios de dez territórios de identidade, alcançando aproximadamente 17 mil pessoas. Além da realização dos Dias de Lazer, 550 pessoas foram capacitadas como multiplicadores de lazer nos municípios de Mansidão, Macajuba, Ruy Barbosa, Nova Fátima, Saúde, Camamu e Maracás.

## **Doação de Material Esportivo**

A doação de material esportivo visa suprir as entidades desportivas de material mínimo para a realização de suas atividades. São contempladas nessa ação, além de prefeituras, ligas desportivas, entidades esportivas sem fins lucrativos e associações de bairros que desenvolvem atividades esportivas nas comunidades. Nos nove primeiros meses do ano, o Governo da Bahia, através da Sudesb, atendeu 97 entidades de 65 municípios, doando materiais esportivos no valor de R\$ 204 mil, beneficiando aproximadamente 3.760 pessoas.

## **Apoio Institucional a Eventos Esportivos e de Lazer**

Refere-se à cessão de materiais e equipamentos esportivos, como cessão de toldos e tatames, visando à realização de eventos esportivos e de lazer. Neste ano, o Governo da Bahia apoiou 45 eventos esportivos em Salvador, Lauro do Freitas, Valente, Itapetinga, Maragogipe, São Félix, Feira de Santana, Santa Bárbara e Juazeiro.

## **Capacitação – Curso de Arbitragem**

Como forma de reciclagem/atualização dos profissionais envolvidos com o esporte, foram realizados quatro encontros de capacitação profissional em arbitragem de futebol, tendo sido capacitadas 128 pessoas.

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Programa de transferência direta de renda sob condicionalidades, o Programa Bolsa Família – PBF beneficia famílias em situação de pobreza, com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140, e de extrema pobreza, com renda mensal por pessoa de até R\$ 70.

O PBF integra a estratégia Fome Zero, programa que assegura o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- Coordenação de programas complementares que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação

de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

No Estado, a SEDES é a secretaria responsável pela gestão do programa e coleta de dados e informações do CadÚnico, instrumento usado para cadastrar todas as famílias de baixa renda e vulnerabilidade social.

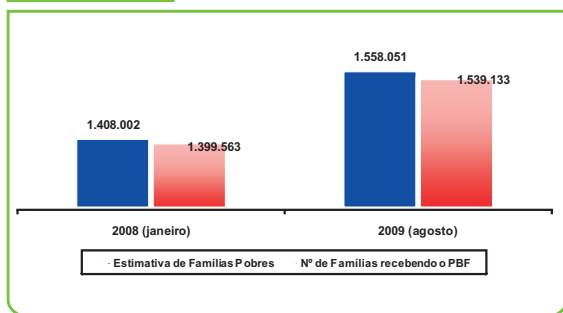
Dentre as atividades desenvolvidas ao longo de 2009, a Coordenação Estadual do PBF realizou capacitações presenciais e à distância para profissionais que lidam diretamente com a gestão do programa, habilitando-os à execução do aplicativo do CadÚnico, e ampliou a participação inter-setorial com as secretarias e prefeituras, através de oficinas, audiências públicas e ações diversas para o estabelecimento e afirmação da parceria entre os governos Federal, Estadual e Municipal.

### Análise do Resultado Alcançado na Bahia

Estima-se que a Bahia possui 1.558.051 famílias pobres, e 1.539.133 delas estão beneficiadas pelo PBF, o que representa 98,8 %. O Gráfico 9 mostra a evolução do Programa entre 2008 e 2009.

**GRÁFICO 9**

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM  
RELAÇÃO À ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS POBRES  
BAHIA, 2009

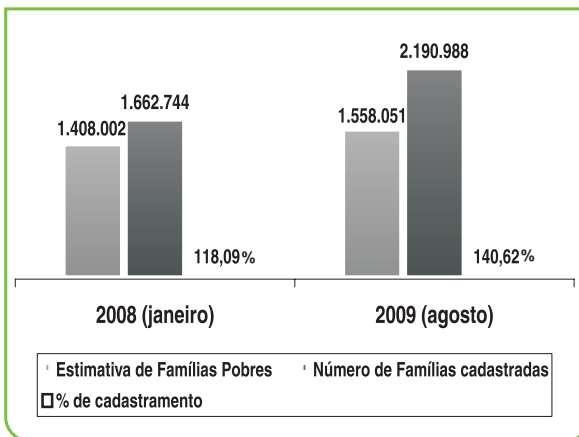


Fonte: Caixa Econômica Federal - CEF

Analisando comparativamente o Gráfico 10 nos anos de 2008 e 2009, observa-se que mais 528.244 famílias foram inseridas no CadÚnico até agosto deste ano.

**GRÁFICO 10**

NÚMERO DE FAMÍLIAS CADASTRADAS EM  
RELAÇÃO A ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS POBRES  
BAHIA, 2008-2009



Fonte: Caixa Econômica Federal - CEF

### Famílias Beneficiárias Acompanhadas – Bolsa Família na Saúde

No Estado da Bahia, o acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças de 0 a 7 anos, pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrízes (mulheres de 14 a 44 anos), gerou resultados satisfatórios em 2009.

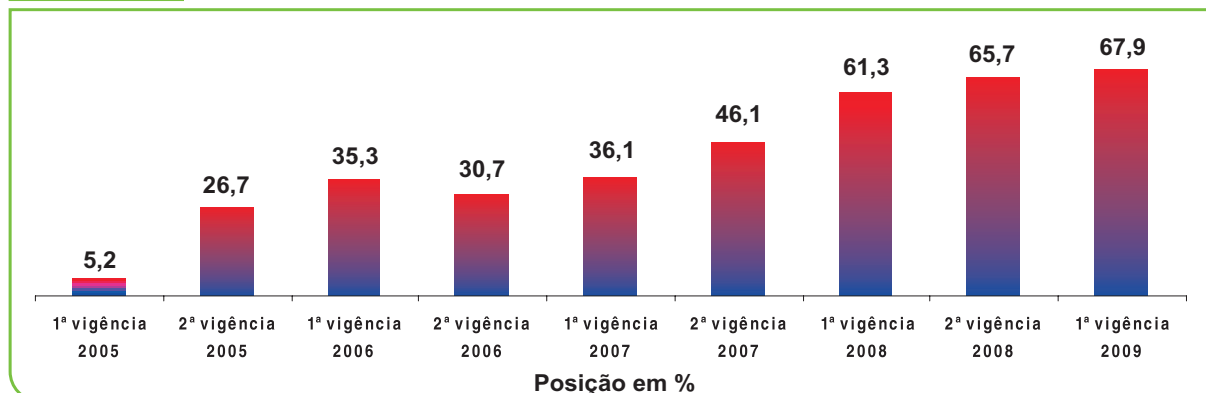
Nesse processo, a Coordenação Estadual monitora os resultados a partir dos relatórios consolidados, visando o atendimento aos municípios com risco de perda de Índice de Gestão Descentralizada – IGD, sendo que o número total de famílias acompanhadas, no 1º semestre de 2009, deu um salto significativo em relação ao 1º semestre de 2008.

Em números absolutos, na 1ª vigência de 2009, a Bahia alcançou um maior número de famílias acompanhadas. O Gráfico 11 mostra a evolução do acompanhamento das famílias pelo Sisvan.



**GRÁFICO 11**

**EVOLUÇÃO DA COBERTURA DE FAMÍLIAS ACOMPANHADA PELO SISVAN MÓDULO DE GESTÃO PBF EM RELAÇÃO ÀS VIGÊNCIAS SEMESTRAIS BAHIA, 2005-2009**



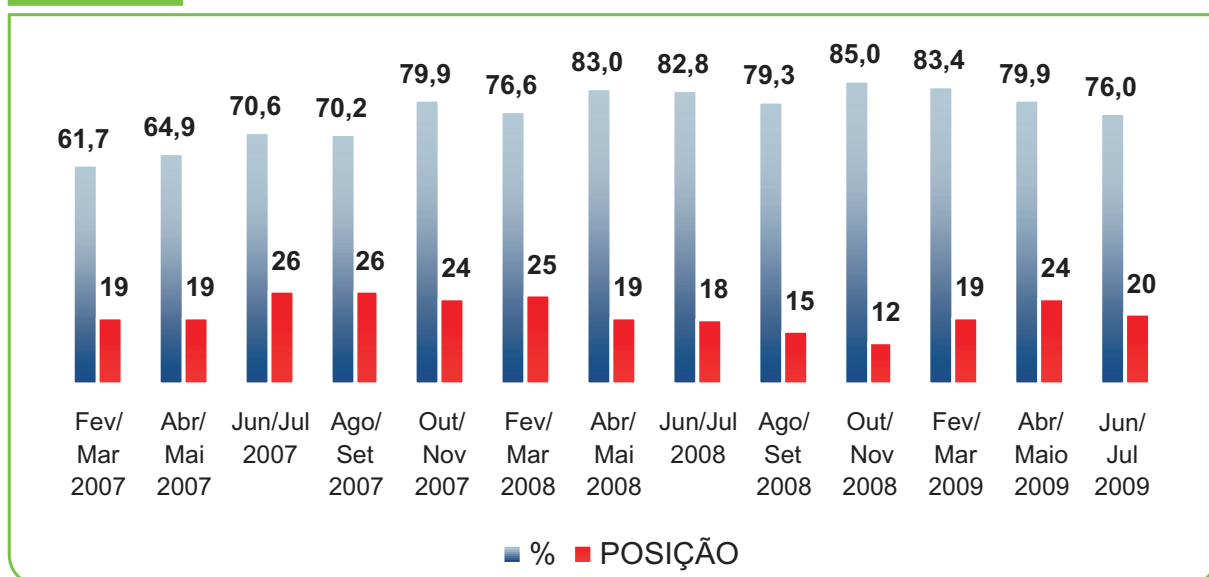
Fonte: SESAB/DATASUS

### Evolução do Programa Bolsa Família na Educação

O Gráfico 12 mostra a progressão do PBF na Educação na série temporal entre 2007 e 2009, por bimestre.

**GRÁFICO 12**

**EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AOS BIMESTRES BAHIA, 2007-2009**



Fonte: SEC/MEC

### Realizações da Coordenação Estadual em 2009

O acompanhamento aos 417 municípios do Estado da Bahia está organizado em uma sequência lógica que pode se desdobrar na execução de subprocessos, que, por sua vez, são processos de informações e decisões.

Portanto, em qualquer fase da análise dos dados, tornar-se-á necessária a visita consultiva aos municípios, tanto para aprender com a melhoria como, se for o caso, implementar oficinas para preparação de metodologias específicas ao bom desenvolvimento das ações nos municípios, no caso, se houver registros que favoreçam uma baixa gestão municipal.

As visitas técnicas têm como proposta ampliar a visão periférica do Estado, garantindo a efetividade do acompanhamento técnico, buscando atingir a multidimensionalidade dos municípios a fim de desenvolver ainda mais o exercício da intersectorialidade.

Dentre as atividades da Coordenação Estadual, destacam-se em 2009:

- Aprimoramento e manutenção do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Indicadores – Sisami-PBF, visando monitorar os resultados alcançados pelos municípios a partir dos dados consolidados e enviados pela Caixa Econômica Federal – CEF, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério da Saúde – MS e Ministério da Educação – MEC;
- Envio de periódicos informativos aos municípios, alertando para o cumprimento das condicionalidades do PBF;
- Realização de visitas de capacitação, atendendo solicitação dos municípios, contando com a participação dos Secretários de Assistência Social, de Saúde, de Educação, Gestores, Técnicos, Instância de Controle Social, Agentes Comunitários de Saúde, Sociedade Civil, Diretores de Escola, Promotores Públicos e Conselho Tutelar;
- Participação em audiências públicas do Programa Bolsa Família, para esclarecer e informar aos beneficiários e à população local sobre atividades de gestão, cadastramento e responsabilidades dos entes envolvidos no PBF (2008/2009);
- Apoio e monitoramento da inclusão das pessoas resgatadas do trabalho escravo no CadÚnico;
- Concessão de 29 entrevistas nos meios de comunicação, atendendo solicitação das emissoras de rádio e TV, para esclarecimento de informações sobre o PBF em âmbito municipal, estadual e federal, além das oficinas realizadas nos municípios;
- Participação no Encontro Regional de Gestão do Programa Bolsa Família - ação realizada em parceria com a 3ª Dires, envolvendo 21 municípios do território de Alagoínhas;
- Participação no curso de capacitação para multiplicadores do Programa Bolsa Família realizado em Brasília-DF;

- Participação no Encontro Nacional dos Coordenadores Estaduais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, realizado em Recife;
- Realização das Oficinas Construtivas no Programa Bolsa Família realizadas em 15 polos, em conjunto com a SEDES, SEC, SESAB e CEF, com vistas a trabalhar a gestão municipal de cerca de 314 municípios que fizeram novos prefeitos. As oficinas tiveram a participação de aproximadamente 2.198 pessoas entre secretários e técnicos municipais;
- Realização das Oficinas de Escuta no Programa Bolsa Família em 11 polos, com vistas a identificar os aspectos facilitadores e dificultadores na gestão municipal. As oficinas tiveram a participação de 174 municípios e aproximadamente 522 pessoas de diversas áreas e contou com a parceria da SEDES, SEC, SESAB e CEF.

## **AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA – FUNCEP**

### **Gestão da Política de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep**

O Governo do Estado definiu, como um de seus macro objetivos, o desenvolvimento social com equidade, trazendo, assim, a questão da superação da pobreza para a arena central da sua gestão.

Nesse contexto, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep vem pautando seu funcionamento na inscrição de uma matriz de articulação capaz de integrar as diversas ações por ele financiadas, de modo a não apenas aliviar o sofrimento das pessoas em situação de pobreza, mas, sobretudo, permitir a mobilidade social da pessoa ou família atendida, saindo da zona de carência em que se encontra na direção do acesso ao mundo dos direitos.

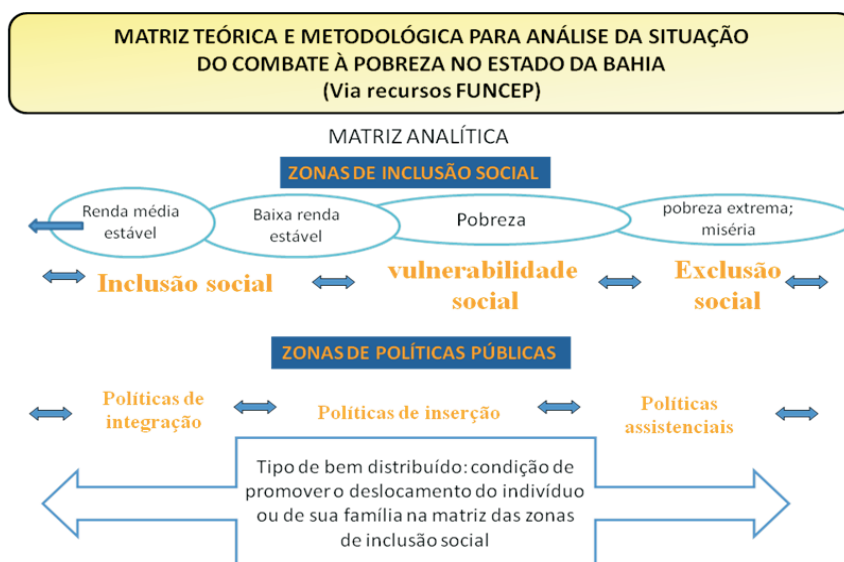
O Funcep vem construindo espaços colegiados, com representação das Secretarias envolvidas, para discussão e formulação das ações por ele financiadas. A estratégia justifica-se diante do caráter multidimensional desta temática, exigindo a mobilização de múltiplas competências que integram os diversos órgãos do Estado para potencializar esforço e recursos disponibilizados por cada um na luta contra a pobreza no Estado.

Nesta direção, foi instituído, em 10 de julho de 2009, o Comitê Executivo, ao qual compete elaborar diagnóstico da pobreza no Estado, analisar estoque de ações em curso e sua aderência com o cenário diagnosticado, propor intervenções, bem como avaliar, acompanhar e monitorar os produtos, efeitos e resultados alcançados pelas ações implementadas.

Fruto deste processo participativo, foi elaborado um Plano Estratégico-Operacional da Aplicação de Recursos do Funcep, que tem como foco o desenvolvimento de uma metodologia sistêmica, construtiva e diferenciada, para a tomada de decisão relativa ao financiamento das ações/projetos.

O Plano tem como diretriz os eixos estratégicos de atuação adotados pelo Funcep e se orienta por uma matriz de articulação das políticas voltadas para permitir a mobilidade social da população atendida.

Para proceder às observações e estudos sobre a realidade da pobreza na Bahia, o Funcep já vem utilizando as informações contidas no Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF, criado pelo MDS, com base nos dados do CadÚnico, disponibilizando um significativo estoque de informações sobre as famílias cadastradas que são assistidas ou não pelo Bolsa Família. O IDF é formado por seis dimensões e 48 indicadores, variando de zero a um, sendo que, quanto mais perto de um, melhor é o seu resultado.



Além da utilização do IDF, o Funcep promoveu o desenvolvimento, juntamente com a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, de um programa para cruzamento dos dados fornecidos pelo CadÚnico, que permite extrair informações das pessoas, dos domicílios e dos agricultores familiares no intuito de aproximar as políticas por ele financiadas das reais necessidades a serem atendidas.

Tendo em vista melhor subsidiar este propósito, a Diretoria Executiva do Funcep efetuou visita à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - Senarc, vinculada ao MDS, onde solicitou a base de dados de fevereiro de 2007 do CadÚnico, bem como a disponibilização das suas atualizações trimestrais.

Além dessas providências, a Diretoria Executiva estreitou o seu relacionamento com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, para fornecimento de dados relacionados à pobreza na Bahia, visando ampliar assim as parcerias no sentido de reforçar o combate à pobreza no Estado.

### Distribuição das Ações de Combate à Pobreza por Eixos de Intervenção

O Funcep concentrou seus esforços no financiamento de quatro eixos de políticas públicas: as políticas compensatórias inclusivas, destinadas à população que demanda uma ação assistencial; as políticas formativas, focando principalmente o segmento jovem no sentido de ampliar a capaci-

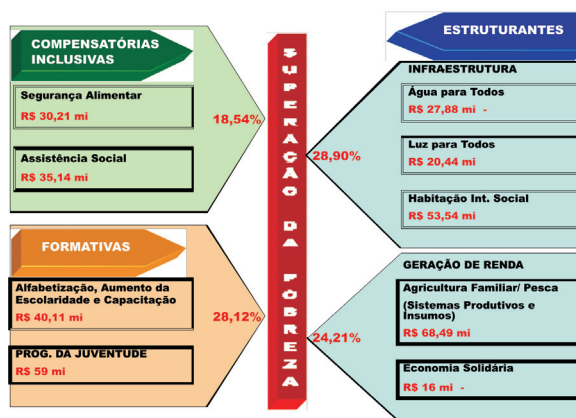
dade das pessoas/famílias por elas atendidas, contribuindo tanto para o processo de inclusão produtiva como para o desenvolvimento do capital social e promoção do capital humano; as políticas voltadas para oferta de infraestrutura social, como acesso à água de qualidade, à energia e condições adequadas de habitabilidade; e as políticas de geração de renda pelo viés do fortalecimento dos segmentos da agricultura familiar, economia solidária e outros empreendimentos populares voltados para a população de baixa renda.

Ao financiar tais políticas, o Funcep busca estabelecer o nível de convergência, similaridade e complementaridade existentes entre elas, tanto em nível horizontal, considerando as ações desenvolvidas pelas diversas estruturas do Governo do Estado, como em nível vertical, a partir do alinhamento entre as ações executadas pelos três níveis federativos de governo, de forma a contribuir para materializar, no cotidiano das atividades institucionais, o conceito da transversalidade e da intersetorialidade, reivindicado para atender temáticas complexas e multifacetadas como é o caso da pobreza.

A concepção de pobreza que orienta as ações financiadas pelo Funcep segue a linha do CadÚnico, segundo a qual são pobres famílias cuja renda familiar *per capita* mensal não ultrapasse meio salário mínimo ou a renda familiar total seja de até três salários mínimos. Portanto, a situação de pobreza em que vive 57% da população da Bahia (IBGE/CadÚnico/Funcep, 2009) urge por políticas públicas ordenadoras da produção e distribuição de riqueza focadas em acesso a bens públicos na medida e no tamanho da necessidade da população.

As ações voltadas para o combate à pobreza e exclusão social que compõem os quatro eixos são executadas pelas Secretarias e outros órgãos governamentais da administração indireta, os quais têm responsabilidade de levar às populações carentes os produtos e serviços definidos no PPA/LOA, cabendo-lhes, ainda, a fiscalização e apresentação de relatórios de resultados.

**Cenário social e natureza das ações** - Valores relacionados ao orçado e o empenhado correspondem ao apurado até 30 de setembro de 2009.



## Eixo de Políticas Compensatórias Inclusivas

Cenário Social - Pelos dados do CadÚnico, o valor médio gasto em alimentação é de R\$ 26,75 por pessoa, o que corresponde ao total gasto com alimentação dividido pelo total de pessoas cadastradas no sistema. Em Salvador, o valor necessário para aquisição da cesta básica é de R\$ 65,23 por pessoa, levando-se em conta o cálculo do Dieese, que divide o valor da cesta básica nacional, que foi de R\$ 195,68 no mês de setembro de 2009 na capital baiana, por três. Vale ressaltar que o critério de divisão por três, para chegar à cota de cada indivíduo na obtenção dos alimentos básicos, é explicado porque o Dieese considera a família com dois adultos e duas crianças, sendo que duas crianças correspondem ao consumo de um adulto.

## Natureza das Ações

Segurança Alimentar - R\$ 17,2 milhões em ações voltadas para distribuição de sopa, fornecimento de refeições e produção e distribuição de leite, além de ações que combinam a oferta de alimento e geração de renda através de sistema de beneficiamento e produção de alimentos para populações em insegurança alimentar.

Assistência Social - Foram R\$ 43,8 milhões destinados ao financiamento e cofinanciamento de ações voltadas para consolidação do Sistema Único da Assistência Social – Suas, implantação e funcionamento de Centros de Referência de Assistência Social – Cras, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas e Centros Sociais Urbanos – CSU, bem como a

qualificação do Programa Bolsa Família no Estado. Como beneficiários estão crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, mulheres em situação de violência, idosos, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

## Eixo de Política Formativa

Cenário Social - Do universo de 7.965.983 pessoas que integram o CadÚnico na Bahia, 1.027.859 são analfabetos e 2.782.482 são cidadãos com até a 4ª série incompleta, conformando um quantitativo de 3.810.341 com menos de oito anos de estudo.

### Natureza das Ações

Alfabetização, Aumento da Escolaridade e Capacitação - Investimento de R\$ 27,5 milhões em projetos/ações vinculados a programas de grande capilaridade e mobilidade social, como o Faz Universitário, o Universidade para Todos. Parte do recurso também é destinada para garantia da merenda e do transporte escolar do programa Todos Pela Alfabetização – Topa e na implantação e funcionamento de Centros Digitais de Cidadania.

Programa da Juventude – Trilha - Foram destinados recursos na ordem de R\$ 31 milhões nesta estratégia voltada para a inserção de jovens das zonas urbanas e rurais no mercado de trabalho, através de ações integradas de educação e qualificação profissional.

## Eixo de Política de Geração de Renda

Cenário Social - As informações capturadas pelo CadÚnico mostram que, 6,29% da população são autônomos, 17,38% trabalhadores rurais, 54,28% estão desempregados e 2,71% estão no mercado informal, ou seja, são assalariados sem carteira de trabalho.

### Natureza das Ações

Agricultura Familiar e Pesca – Dotação de R\$ 65 milhões em ações que possibilitaram a geração e promoção de níveis melhores de renda e autonomia às populações carentes, através de Distri-

buição de Insumos (sementes, mudas, caprinos, ovinos, aves e alevinos), Assistência Técnica e Extensão Rural, da Garantia Safra e do Fortalecimento dos Sistemas Produtivos e do Sistema de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Secafes.

Economia Solidária - R\$ 8,9 milhões para serem investidos em ações como Incubadoras Públicas de Empreendimentos de Economia Solidária, construção de galpões industriais, fomentos a empreendimentos solidários e populares e implantação e funcionamento de Centros Públicos de Economia Solidária, convergindo para garantia de maior circulação de riquezas e justiça social no Estado da Bahia.

## Eixo de Política da Infraestrutura Social

Cenário Social - As informações do CadÚnico para esse quesito mostram que, dos 2.165.730 domicílios recenseados, 32,84% são construídos com adobe, madeira, material aproveitado, taipa ou outro material; 26,71% possuem déficit habitacional, nas formas de aluguel, cedidas, invadidas ou outra forma de ocupação; e 22,60% possuem carência de iluminação. Já em relação à água, 44% dos domicílios têm tratamento precário e 37% carecem do abastecimento. Quanto a esgotamento, do total dos domicílios, 63% contêm escoamento sanitário a céu aberto, fossa rudimentar, fossa séptica, valas e outros.

### Natureza das Ações

Habitação – R\$ 47,6 milhões foram destinados a ações ligadas a programas como Casa da Gente, Pró-moradia, Pró-sanear, possibilitando a produção de unidades habitacionais na zona urbana e rural, além de reforma, legalização e melhoria nas condições de habitabilidade a pessoas carentes.

Luz Para Todos - Financiamento, no que concerne a participação do Estado, na Implantação de Rede de Distribuição de Energia Elétrica na Área Rural na ordem de R\$ 20,5 milhões, melhorando as condições de vida das populações assistidas, disponibilizando, assim, uma ferramenta importante para a inclusão sócio-econômica.

Programa Água Para Todos - contribuindo para a qualidade de vida, o fortalecimento da agricultura familiar e a viabilidade da vida no Semiárido baiano, foram destinados R\$ 52 milhões em ações como perfuração de poços, construção de sistema simplificado de abastecimento de água, construção de cisternas, aquisição de equipamentos hídricos, entre outras iniciativas voltadas ao fornecimento de água para o consumo humano, irrigação de lavouras e criação de animais.

### **Acompanhamento das Ações financiadas com Recursos da Fonte 28**

O acompanhamento dos recursos do Funcep, aplicados pelas Secretarias do Estado, processa-se através de relatórios operacionais das setoriais executoras ou, quando necessário, através de reuniões de acompanhamento, individuais ou coletivas.

De posse dessas informações, são elaborados os diagnósticos e gerados relatórios periódicos, cujas informações são compiladas, devolvidas para a Setorial e, depois de validadas, utilizadas também para a tomada de decisão.

O acompanhamento da execução física das ações financiadas em 2009 foi efetuado através de relatórios encaminhados pelas secretarias, órgãos e empresas da administração descentralizada. Neste particular, merece destaque o desenvolvimento de um novo processo do "Sistema de Acompanhamento de Projetos" para as ações financiadas através da Fonte 28, estruturada a partir da formação de um banco de dados alimentado com as informações acima citadas, além daquelas obtidas através do Sistema Estadual de Planejamento – Siplan.

Tal Sistema permite a emissão de relatórios com informações gerenciais que, alinhados às informações fornecidas pelo Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SicoF, permitem melhorar a qualidade e tempestividade do acompanhamento físico das ações. Este sistema permite extrair relatórios de forma municipalizada, territorializada, por eixo de ação e por secretaria responsável.

## **OUTRAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO**

### **Projeto Crescendo: Regulação e Cidadania Ativa**

Em parceria com as prefeituras, o Governo do Estado, por intermédio da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba, executou as atividades do Projeto Crescendo – Regulação e Cidadania Ativa, que tem como objetivo levar aos alunos da rede pública de ensino conhecimentos sobre direitos e deveres do cidadão nas áreas de energia elétrica e transportes intermunicipais de passageiros.

O projeto capacitou, neste exercício, 3.571 professores, beneficiando 296.370 alunos da rede pública estadual e municipal de 1.582 escolas, localizadas em 56 municípios.

Desde a sua criação, em 2001, já foram capacitados 10.447 professores de 4.452 escolas, localizadas em 398 municípios do Estado, proporcionando benefícios para mais de 1.700.000 alunos.

### **Ações de Apoio a Projetos Culturais, Esportivos e de Inclusão Social**

Reafirmando seu compromisso com a responsabilidade empresarial, a Bahiagás liberou recursos da ordem de R\$ 1,6 milhão para ações institucionais de apoio a projetos culturais, esportivos e de inclusão social, destacando as seguintes:

- Apoio às atividades da cultura regional;
- Patrocínio a atletas olímpicos e paraolímpicos em campeonatos nacionais e mundiais;
- Manutenção do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora da Misericórdia, que atende 100 crianças de três a seis anos, no Bairro da Paz;
- Patrocínio na realização de 16 projetos sociais, culturais e esportivos, através de edital público no valor total de R\$ 590 mil;
- Patrocínio da Restauração do Prédio Histórico da Associação Comercial do Estado da Bahia.



## ANEXO I

### TERRITÓRIOS ATENDIDOS PELO PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ

	VAGAS NA REGIÃO	MUNICÍPIO	JOVENS ATENDIDOS	ARCOS PROFISSIONAIS
Chapada Diamantina	118	Lençóis Iraquara	58 60	Turismo Agroextrativista
Litoral Sul	520	Ilhéus Itabuna	197 323	Telemática Turismo Telemática Turismo
Extremo Sul	429	Eunápolis Itamaraju Teixeira de Freitas	158 98 173	Telemática Turismo Telemática Turismo Administração Construção Civil Telemática
Itapetinga	158	Itapetinga	158	Alimentação Administração Telemática
Sertão do São Francisco	510	Campo Alegre de Lourdes Casa Nova Juazeiro Remanso	90 90 240 90	Telemática Administração Administração Telemática Administração
Piemonte Norte do Itapicuru	106	Senhor do Bonfim	106	Construção Civil Turismo
Oeste Baiano	466	Barreiras Luís Eduardo Magalhães	355 111	Administração Construção Civil Turismo Administração Construção Civil Telemática

Continua

Continuação do Anexo I

Bacia do Rio Corrente	191	Santana Correntina	58 133	Administração Agroextrativista Administração Telemática
Sertão Produtivo	740	Brumado  Caetité  Guanambi  Livramento de Nossa Senhora  Lagoa Real	197  205  220  88  30	Administração Telemática Turismo  Administração Agroextrativista Telemática Administração Telemática  Administração Turismo  Agroextrativista
Irecê	91	Irecê	91	Agroextrativista Vestuário
Piemonte do Paraguaçu	106	Itaberaba	106	Administração Telemática Vestuário
Piemonte da Diamantina	207	Jacobina  Capim Grosso	180  27	Administração Telemática Vestuário Administração
Bacia do Jacuípe	218	Mairi Pintadas  Várzea da Roça	29 117  72	Vestuário Vestuário Agroextrativista Vestuário
Agreste Alagoinhas/Litoral Norte	448	Alagoinhas  Pojuca	328  120	Administração Telemática Vestuário Administração

Continua

Continuação do Anexo I

Portal do Sertão	610	Amélia Rodrigues	30	Administração
		Conceição do Jacuípe	54	Telemática
		Feira de Santana	526	Construção Civil Administração Construção Civil Telemática
Vitória da Conquista	178	Bom Jesus da Serra	30	Agroextrativista
		Caetanós	30	Agroextrativista
		Mirante	30	Agroextrativista
		Barra do Choça	88	Administração Agroextrativista
Vale do Jiquiriçá	148	Amargosa	148	Agroextrativista Vestuário
Recôncavo	731	Cachoeira	48	Construção Civil Turismo
		Conceição do Almeida	57	Construção Civil Telemática Agroextrativista
		Cruz das Almas	167	Construção Civil Telemática
		Maragogipe	159	Construção Civil Turismo
		Muritiba	133	Construção Civil Turismo
		Santo Antônio de Jesus	167	Madeira e Móvel Telemática
Médio Rio de Contas	210	Jequié	210	Administração Construção Civil Telemática

Continua

Continuação do Anexo I

Itaparica	259	Abaré	29	Agroextrativista
		Chorrochó	27	Agroextrativista
		Glória	30	Agroextrativista
		Macururé	29	Agroextrativista
		Rodelas	24	Agroextrativista
		Paulo Afonso	120	Administração Telemática Turismo
Metropolitano de Salvador	4.363	Camaçari	426	Administração Construção Civil Metal e Mecânica Telemática
		Candeias	178	Administração Metal e Mecânica Telemática
		Lauro de Freitas	302	Administração Alimentação Telemática
		Simões Filho	331	Administração Metal e Mecânica Telemática
		Vera Cruz	57	Turismo
		São Sebastião do Passé	88	Telemática Vestuário
		Salvador - Federação	261	Administração Meio Ambiente Telemática

Continua

Conclusão do Anexo I

Metropolitano de Salvador	Salvador - Barbalho	390	Construção Civil Telemática
	Salvador - São Cristovão	240	Administração Turismo Vestuário Telemática
	Salvador - Tancredo Neves	180	Administração Transporte
	Salvador Mata Escura	50	Construção Civil I
	Salvador - Paripe	60	Alimentação
	Salvador - Jaguaribe II	200	Administração Transporte Telemática
	Salvador – 1ª Etapa	1600	Diversos
<b>TOTAL</b>		<b>10.807</b>	<b>10.807</b>

Fonte: SETRE/Sudet

